

Revista Municipal



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

*NA CAPA: Arranjo gráfico de uma gravura de Baldi — in «Viagem
de Cosme de Médicis a Espanha e Portugal».*



TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS
MUSEU DA CIDADE-LISBOA

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRÁFICO
ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE
BRAVO
CARLOS O. PINTO
CARLOS RAFAEL
G. PROSPERI
JULIO GIL
PAULO CARDOSO
VITOR BELEM



ANO XXV—NÚMERO 100—1.º TRIMESTRE DE 1964

*OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES*

SUMÁRIO

*PALAVRAS DE SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE
DO MUNICIPIO*

*CONSPECTO DA HISTÓRIA CULTURAL LISBOETA 1.ª METADE
DO SÉCULO XVIII)*

ANTÓNIO ALBERTO DE ANDRADE

*LIVRO DE ANIVERSÁRIOS DA IGREJA DE SANTA MARINHA
DE LISBOA*

PADRE ISAIAS DA ROSA PEREIRA

CANCIONEIRO DE LISBOA—MILAGRE DE SANTO ANTÓNIO

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

*NOTA ETNOGRÁFICA DE LISBOA—OS «OLEADOS»
ORNAMENTADOS DAS VENDEDEIRAS DE PEIXE
PELAS RUAS*

LUIS CHAVES

O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

FERREIRA DE ANDRADE

*ACTO DE POSSE DO NOVO MAGISTRADO DO 2.º JUÍZO
DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO*

JOSÉ ESPINHO

O TERRAMOTO DE LISBOA DE 1 DE NOVEMBRO DE 1755

GIANCARLO ROSCIONI-GIULIANA SCUDDER

*ATRIBUIÇÃO DE DATA A EDIFÍCIOS ANTIGOS PELO MÉTODO
DAS SIGLAS LAPIDARES*

M. VAN DE WINCKEL

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

A «Revista Municipal», com a publicação do seu centésimo número, registou os acontecimentos de relevo na vida da Cidade, durante vinte e cinco anos.

É uma vida febril, dominada pela ansiedade de realizar muito em pouco tempo, pois insatisfeitos se encontram sempre, munícipes e administradores.

É uma luta, sem tréguas e sem glória, desconhecida da população, aquela que se trava dia a dia nos departamentos administrativos, para se conseguir conceder à Cidade um melhoramento, por simples que seja.

Luta-se contra a incompreensão, a falta de cooperação, o interesse desmedido, algumas vezes contra o egoísmo; luta-se contra os obstáculos em que tropeça a autonomia municipal, contra dificuldades que por reflexo fazem surgir outras dificuldades, num encadeamento que põe à prova toda a paciência; luta-se contra deficiências técnicas, orçamentais ou orgânicas, algumas vezes contra a maldade, muitas vezes contra o próprio tempo.

Só o amor à Cidade e a noção do dever concedem a força necessária para prosseguir com fé!

Ao longo de vinte e cinco anos, insensivelmente, as pessoas, os trajos, os aspectos das ruas, as características urbanas, foram-se transformando como cores esbatidas de aquarela sãbiamente tratada, que se sucedem sem limite definido, até chegar ao dia de hoje.

As pessoas passam enquanto que a Cidade permanece, acolhendo nas mesmas casas e nas mesmas ruas outras pessoas diferentes que representam a eternidade da Nação.

Evoco todos aqueles que ao longo desse quarto de século serviram e amaram desinteressadamente a Cidade de Lisboa, com dignidade e com elevação, para lhes testemunhar a homenagem e o agradecimento devidos a quem, no conjunto do seu esforço, fez de Lisboa a mais bonita cidade do Mundo.

*CONSPÉCTO
DA HISTÓRIA CULTURAL
LISBOETA*

1.ª METADE DO SÉCULO XVIII



Em poucas épocas da sua história, Lisboa apresentou quadros tão notáveis de movimento intelectual, como no século XVIII, bastantes anos antes da Revolução Francesa e mesmo anteriormente às reformas pombalinas. Capital de um país cheio de prestígio, onde imperava um Monarca que se impusera nas relações diplomáticas internacionais e no mecenismo literário, Lisboa foi objecto de visitas de professores de Ciências e de Línguas (as duas únicas formas de cultura de que nos ocupamos), e sobretudo viu partir os seus filhos para o estrangeiro, com avidez de saber e contactar com espíritos superiores nas artes e nas letras.

As Academias desempenharam papel importante na agitação literária, nem sempre justamente apreciado por alguns críticos que apenas lobrigam culteranismo, gongorismo e defeitos afins. Reuniam-se os intelectuais da época em tertúlias eruditas, acamaradando os *poetas fenices* com os linguistas e curiosos dos segredos da Natureza. Eram os Aplicados, no Bairro das Olarias, sob a presidência de José Freire de Monterroio, o incansável editor das *Gazetas de Lisboa*, que anos mais tarde dirigiria a dos Renovados; os Escolhidos e os eruditos da Academia Portuguesa do 4.º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, que funcionava no Cunhal das Bolas e no Palácio da Anunciada (no local onde se encontra hoje o Cinema Condes). Esta, sobretudo, tornou-se mais notada, quer pelo escol de intelectuais que agregou, quer pela vasta biblioteca (de 18 000 volumes) que servia de cenário. As reuniões eram semanais, lendo-se em cada sessão um extracto das notícias literárias da Europa. Depois, um académico dissertava sobre questões filológicas, de filosofia moral, matemática, física, etc.

O teatino D. Rafael Bluteau devia ser o principal mentor da renovação literária, filosófica e científica, que vivificava a Academia. Já no fim do século passado ele enviava para Lisboa o *Journal des Sçavants*, onde saíra notícia crítica da *História de Portugal Restaurado* de D. Luís de Meneses. Por seu intermédio, o Conde da Ericeira contacta com Boileau, chegando a traduzir-lhe a *Arte Poética*.



Lexicólogo e erudito, um dos intelectuais que, nas primeiras décadas do século XVIII, mais contribuiu para a renovação cultural portuguesa

Nas Academias, no *Vocabulário* e nas *Prosas Portuguesas*, o ilustrado teatino patenteia vasta soma de conhecimentos científicos. Ele que falava com o célebre matemático Cassini, ele que conhecia por dentro o Observatório de Paris, que lia os diários científicos da Europa e uma multidão de obras essenciais escritas pelos melhores autores, enveredara absolutamente pela senda do experimentalismo newtoniano, classificando a experiência como guia do entendimento, regra da vontade, alma da prudência.

Em tom de autêntico erudito que domina a cultura da Europa, Bluteau refere-se às Academias científicas e de Belas Letras francesas, inglesas, italianas e alemãs. Se bem que melhor conheça a Filosofia até Descartes, não deixa de se mostrar inteirado dos movimentos reaccionários, de tipo mais cientista, de Newton, Huyghen, Cassini, Mariotte e Boyle.

Na Academia Portuguesa o Conde da Ericeira ocupou-se do método dos estudos, o Conde de

Vilar Maior ensinou matemáticas pertencentes a Cavalheiros, o cosmógrafo Manuel Pimentel falou de filosofia natural, o Prior de Sacavém dissertou sobre a ética dos Modernos, o Eng.º Manuel de Azevedo Fortes comparou a lógica moderna com a dos antigos. Enquanto este último ainda voga no âmbito cartesiano, o Conde da Ericeira, ao entrar para a Real Sociedade de Londres, *abjurou* o Cartesiano pelo Newtonianismo.

Não muito longe, no Colégio de Santo Antão, (actual Hospital de São José), os jesuítas mantinham uma aula de matemática e um observatório sob a direcção dos italianos Capacci e Carbone. As suas observações astronómicas transpunham as nossas fronteiras e eram publicadas nos principais periódicos científicos da Europa. O entusiasmo de observar os astros e os eclipses do Sol comunicou-se à Corte, de forma que no próprio Paço se realizavam observações astronómicas.

Nesse mesmo Colégio preparavam-se os retóricos e os latinos, em contacto directo com os clássicos do Lácio e também de Atenas, sob a orientação dos padres Paulo Amaro, José Leite, António de Brito e outros.

O povo de Lisboa conhecia esses estudantes de chapéu e vestes pretas de casaca ou à romana, de cabeleira ou sem ela, e apelidava-os de *estorninhos*.

Enquanto surgiam os reaccionários contra o formalismo literário, mais ou menos inspirados por França, apareceram em luta os apaixonados por ares de Espanha, que combatiam a excessiva influência francesa. Salientou-se entre todos o Marquês de Valença, D. Francisco de Portugal e Castro, que redigiu, a propósito, um *Discurso Apologético em defesa do Teatro espanhol* (Lisboa, 1739), em que defende Calderon, dos ataques dos críticos. Um dos atingidos é Rapin, que também censurou de escuro o nosso Camões.

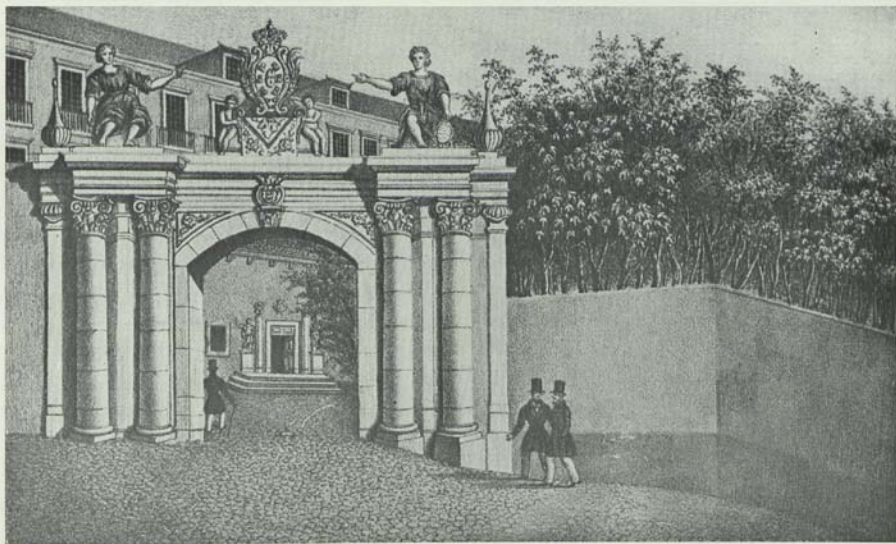
Mais tarde, o Marquês escreveu severa crítica à famosa *Tragédia do Cid*, que o envolveu em polémica com um anónimo. A crítica tornara-se exigente, porque a experiência dismantelava teorias velhas, semeando a dúvida por todos os sectores do saber e exigindo o corte das excêntridades com foros de costume.

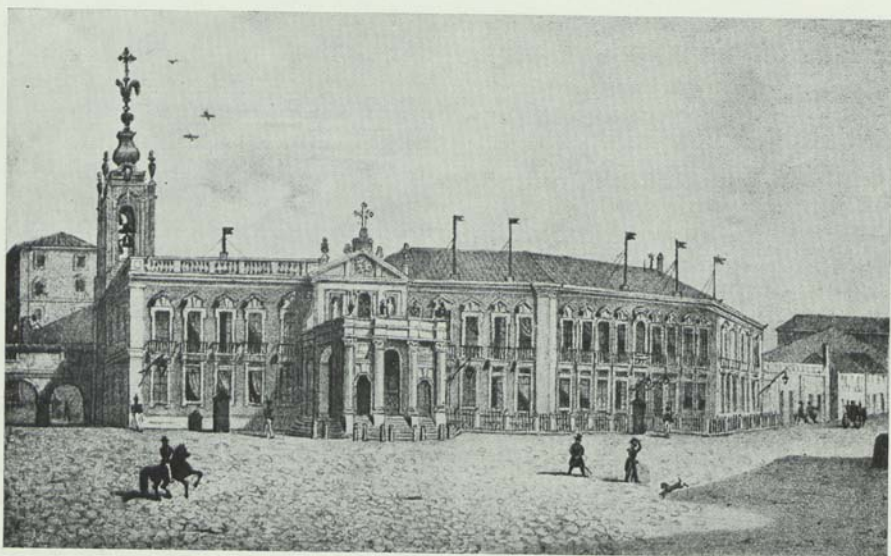
A *Gazeta de Lisboa* acompanhava todo este movimento literário-científico, dando notícias várias, em que merecem relevo as Academias estrangeiras e os prémios que estas instituíam para os melhores trabalhos de história e ciências. Assim se conheceram nomes de sábios e planos de trabalhos nos meios científicos e literários da França até à Rússia. Em meados de 1736, Lisboa tomava contacto directo com 45 volumes de trabalhos, em grande parte matemáticos, que a Academia de S. Petersburgo enviou à Academia Real de História Portuguesa.

Um belo dia aparece um inglês em Lisboa, de nome Luís Baden, que se propunha ensinar Filosofia experimental, com tubos ópticos, lanternas mágicas, prismas e microscópios, barómetros, termómetros, máquinas pneumáticas, etc. Sob o signo de Boyle e Newton, reuniu nas casas do Conde de S. Miguel, «sitas no Bairro Alto, na Rua da Cordoaria Velha, quase centro das duas Lisboas», os curiosos alfacinhas que desejavam observar maravilhas.

A inauguração das lições foi transferida de Novembro de 1725 para Maio do ano seguinte, por não terem chegado a tempo os instrumentos que mandara vir de Inglaterra. Talvez tenha dado a primeira lição, mas alguma coisa de anormal se passou, visto que o inglês desapareceu. Lições gratuitas, anunciavam-se na «Gazeta», mas um contemporâneo refere-se a «preços taxados».

Colégio de Santo António, actual Hospital de S. José. Entre as modificações modernas que se notam, sobressai todo o aparato do portão fronteiro à entrada





Palácio das Necessidades, permitindo ver, além da capela real, entregue aos Oratorianos, um trecho do edifício que constituía o Real Hospício de Nossa Senhora das Necessidades. As escadas que ainda se vêem, pertencem à frontaria, de que publicamos fotografia à parte

Um outro estrangeiro, o espanhol Monravá y Roca conseguiu ser mais feliz com a sua Academia das quatro Ciências, apesar dos contratempos que também lhe sobrevieram. Pontificava no Hospital de Todos-os-Santos, com muita solididade e rigor aristotélico no pensamento, mas perfeitamente imbuído das novas teorias médicas que partiam do mecanicismo. Os alunos eram os académicos e todos se viam obrigados a dissertar sobre tema proposto. Num ano, a Academia pronunciou-se sobre os princípios do ente natural, pela voz de Manuel dos Santos Ferreira. Na sessão seguinte, prosseguiu Manuel da Rocha e Oliveira, ocupando-se das qualidades dos corpos. Damião da Ceita abordou um tema de biologia, definindo o animal como «coisa organizada natural, de líquidos e sólidos». E assim por diante...

Substituído na regência da cadeira de Anatomia pelo italiano Bernardo Santucci, o impetuoso catalão não se deixou vencer, opondo novas obras aos livros que Santucci publicava. Os partidos formaram-se e os dois contendores foram alvo de admiração e desprezo.

Entretanto, de Londres fazia esforços por introduzir no Reino a Filosofia experimental de Newton, o judeu português Jacob de Castro Sarmiento, que louvava o jesuíta Manuel de Campos por ter editado, em Lisboa, compêndios de matemática, acessíveis e seguros.

Em luta aberta com os mecanicistas do tipo de Sarmiento e Monravá, o eborense Rodrigues de Abreu, que morava em Lisboa, na Rua das Pareiras, por detrás do Jogo da Pela, publicava a sua «Historiologia Médica», precedida da célebre carta de Martinho de Mendonça de Pina

e Proença, um português que falou com Wolf na Saxónia e com S'Gravesande, na Holanda. Aí tomou Proença conhecimento dos sistemas de Leibnitz e Newton, depois de ter lido Locke e outros modernos.

Rodrigues de Abreu defendia o Animismo de Sthal como doutrina mais razoável para se compreenderem e tratarem as doenças.

Mesmo no limiar do meio do século instituiu-se em Lisboa a Sociedade Médico-Lusitana, do Dr. António Isidoro da Nóbrega, que teve vida efémera.

No campo das matemáticas há ainda que tomar contacto com o Eng.º Pelt, morador na Calçada de S. João Nepomuceno, que dava as suas lições em casa do escrivão da Fazenda Real, Jorge Luís Teixeira de Carvalho, todas as segundas, quartas e sextas-feiras de tarde. Lecionou Aritmética, Álgebra, Cosmografia, Astronomia e Geografia. Explicava o uso das esferas, «assim de Ptolomeu como de Copérnico» e o dos globos, «assim terrestre como celeste».

A Academia Militar de Lisboa era já na primeira metade do século, um alobre de ciência positiva, graças à acção de professores nacionais e estrangeiros. A 25 de Março de 1729, por exemplo, peregrinaram os alunos até ao mar, na companhia de Mons. de la Pomeraiç, a fim de repetirem a «normal experiência» de um corpo côncavo de qualquer metal ou matéria dura, sendo bem fechado por toda a parte, quebrar a certa altura debaixo de água.

Dentre os portugueses mais cientes nestas matérias convém lembrar os nomes dos cosmógrafos-mores da família Pimentel, o do Engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes, que morava ali à Boavista; o do Dr. Sebastião Estácio de Villhena e de Manuel Ângelo Vila, fabricantes de instrumentos de toda a espécie, e de Bento de Moura Portugal. Deste, apontaremos brevemente um episódio cheio de cor, que teve lugar em Belém, com assistência d'El-Rei e da Fa-

Defensor convicto do sistema sibalano, também conhecido por Animismo, de tipo aproximadamente tomista



Introdutor de Newton em Portugal e um dos mais ilustres médicos portugueses do século XVIII que seguiu a nova direcção da Medicina proclamada por Boerhaave

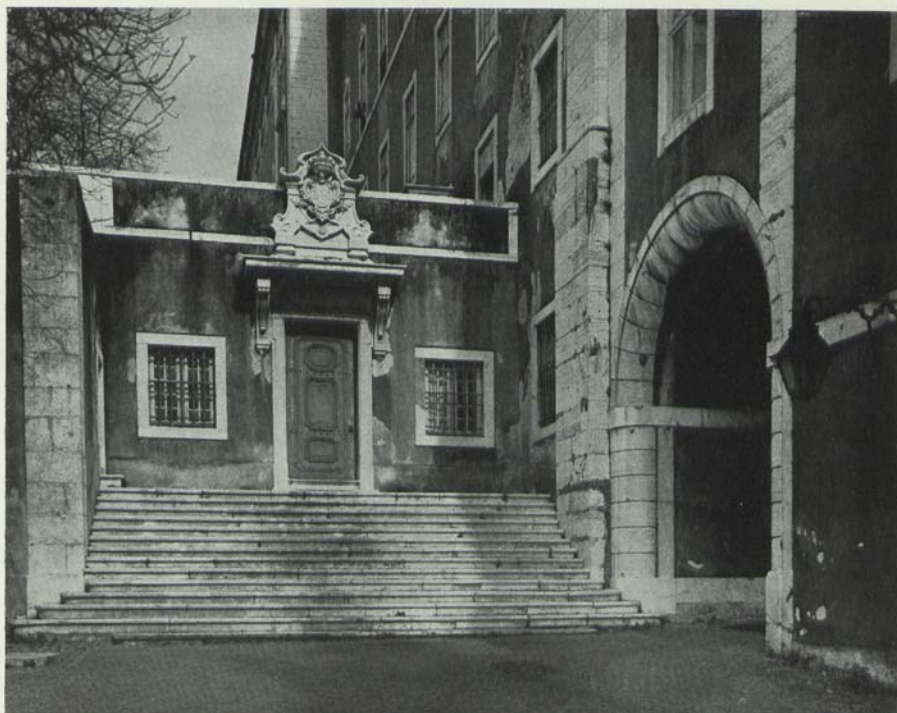


mília Real, que por esse tempo residia em «uma das casas Reais de campo do sítio de Belém a que chamam praia». Moura Portugal repetiu a demonstração das suas bombas elevatórias de água por meio de fogo (também conhecidas pelo nome do inglês Savery) entre a admiração de uns e o cepticismo de muitos.

Ângelo Vila, «professor operário», publicou em 1745 um manifesto de 23 páginas, endereçado à «maior parte das pessoas que habitam nesta populosa cidade de Lisboa e seus contornos, que curiosamente se divertem com as observações físicas, matemáticas, etc.». Prontificava-se a fabricar os instrumentos e artefactos físicos e matemáticos de que necessitassem, como bombas, espingardas, seringas, balanças, prismas, espelhos, telescópios, microscópios, etc.

Tal era o ambiente, em linhas gerais, em que se vivia, quando D. João V ofereceu aos Oratorianos a Casa das Necessidades — actual Ministério dos Negócios Estrangeiros — com gabinete de Física Experimental e D. José reformou a Universidade de Coimbra, transformando as aulas de Filosofia em teoria física e experiências de laboratório.

No campo do livro, reinava animação ainda superior. Os livreiros multiplicavam-se pela cidade. Espanhois, franceses, holandeses, vinham ou mandavam livros para Lisboa. Por exemplo, Manuel Buytrago chegou de Madrid nos princípios de 1741 com a História da última guerra de Itália, em 3 tomos de quarto. Na loja de Pedro Fabre e Bertrand, mercador de livros na Rua Direita do Loreto, «no princípio da Rua do Norte», encontrava-se à venda «toda a casta de livros franceses, latinos, de Direito, Moral, de todas as faculdades». Um espanhol fazia o seu negócio no pátio de São Martinho, junto do Limoeiro; um outro morava «à ilharga da igreja de S. Nicolau, por cima do rev.º Padre Tesoureiro da dita Igreja».



«Portaria» do Real Hospício de Nossa Senhora das Necessidades, que durante vários anos da 2.ª metade do século XVIII foi, sem dúvida, o melhor Colégio da Capital

Na Rua Nova defronte da «loja de café» de Madame Spencer, em casa de outro espanhol, vendia-se um livro em oitavo sobre o uso do Globo e do Mapa, com as figuras para a sua inteligência e tábuas para conhecer nos Mapas os países, as províncias e as principais cidades do Mundo, traduzido do francês, em espanhol, por D. Luís de Losada. Pedro de Hondt, livreiro na Haia, fez diligências por colocar os 45 volumes do *Thesaurus antiquitatum et historiarum Italiae*, dos Prof. J. Gref, Graevius e outros, no mercado português.

Do livreiro de Amesterdão, Pedro Vander Meersche chegavam a Lisboa os catálogos no princípio do século. Diplomatas como D. Luís

da Cunha, encarregados pelo Governo de Lisboa, negociavam no estrangeiro a compra de livros, especialmente destinados à Universidade portuguesa.

As traduções do francês e italiano multiplicavam-se. Na censura do Paço de uma delas, D. Luís de Meneses tecia o mais rasgado elogio a «Aronet Voltayre», denominando-o «célebre autor em prosa e verso». D. João V teve um secretário de línguas na sua Secretaria de Estado, o teatino D. Luís de Lima, autor de uma Ortografia Portuguesa e de Gramáticas Francesa e Italiana. Os próprios franceses, porém, deslocavam-se a Portugal, em aventura literária, para abrirem escola em Lisboa.

Foi o caso de Villeneuf, que morava na Rua dos Condes, e admitia na sua aula, senhoras e crianças. Nem sempre leccionou no mesmo local, pois também o fez em casa de Caetano de Melo, na Rua da Ametade e em casa de João Pedro Soares, na Cotovia. Chegou a ter cursos de manhã, das 7 às 8 e de tarde, das 6 às 7.

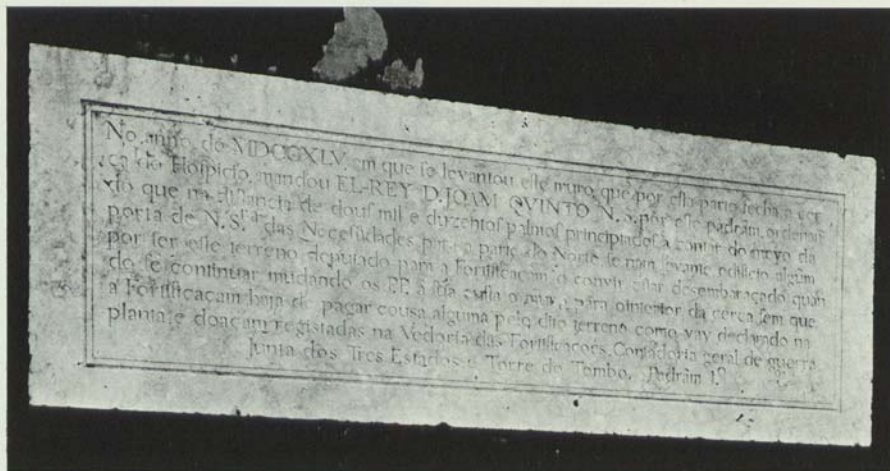
Na Rua de João Brás, ao Poço Novo, leccionava outro parisiense, de apelido l'Étang, e um terceiro, que se propunha ensinar senhoras e toda a gente que não soubesse latim. Vivia na Rua das Flores e estava decidido a explicar em 15 dias, as oito partes da oração e sua concordância.

Focámos, brevemente, aspectos de Lisboa culta, nos campos literário e científico da primeira metade do século XVIII, sem falar da *Fenix Renascida*, na chuva de poesias caída por ocasião da morte da Infanta D. Francisca, sem fazer menção de muito nome ilustre. Mas o que fica esboçado

já é de molde a deixar entrever o bulício dos poetas, dos críticos, dos linguistas, numa palavra, dos homens de Letras que conheciam o estrangeiro, porque viajavam e liam os periódicos de além-fronteiras. Por outro lado, ressaltou o facto de Lisboa ter estado em contacto com os progressos da ciência, ainda que se prove apaixonado apreço por teorias velhas, em certos sectores do ensino. As reformas não se operam num dia, e as hipóteses da ciência, por vezes só passados muitos anos, tomam o foro de certeza.

Nem sempre se faz justiça aos intelectuais da primeira metade do século. Mas o certo é que Lisboa, nesse período, tinha as portas abertas para a Europa culta, porque à falta do comércio activo das Descobertas, com as cidades mercantis, não queria deixar de participar no movimento cultural europeu que se desenrolava na Espanha, na França, na Inglaterra, na Alemanha e na Rússia.

Inscrição no muro da cerca do Real Hospício de Nossa Senhora das Necessidades, ainda existente no mesmo local. A «porta» a que se refere, é a «portaria» que também publicamos



A par destas indicações ocorrem outras que são por vezes de grande interesse histórico: referências a determinadas personagens ou famílias, nomes de localidades, datas de óbito, listas de livros e objectos de culto legados, etc.

O documento de que nos ocupamos não é abundante em pormenores, contudo cremos que a sua publicação terá algum interesse histórico.

Os fólhos que restam referem-se aos últimos seis meses do ano, estando alguns incompletos. Nos últimos três fólhos encontra-se um fragmento do officio de defuntos.

Os dias estão indicados pela letra dominical, mas posteriormente escreveram uma numeração romana. Muitos dos dias estão em branco.

A letra do MS parece ser na sua maior parte da mesma mão, mas, como é natural em documentos desta espécie, tem adições posteriores.

A análise paleográfica faz-nos datá-lo dos últimos anos do século XIV, conclusão esta que é corroborada pela análise interna do códice:

— No dia 15 de Julho fala-se de umas casas destruídas na primeira guerra com D. Henrique. Trata-se certamente de D. Henrique II de Castela e refere-se ao saque de Lisboa em 1373. Já tinha por isso passado a segunda guerra, ou seja a invasão e saque de Lisboa em 1382 (2).

— Por outro lado, no dia 13 de Agosto faz-se menção do falecimento, no ano de 1393, dum certo Bartolomeu Vicente.

Os cadernos eram compostos por 10 fólhos, cada um dos quais tem uma numeração recente, a começar com o número 16. Faltam assim pelo menos 15 fólhos.

Fazemos a transcrição do texto o mais fielmente possível, pondo apenas acentos e sinais de pontuação onde se afigura necessário, e desdobramos as abreviaturas como é de regra.

O pergaminho tem passagens de difícil leitura. Além disso, como as propriedades (casas, vinhas, olivais) estavam arrendadas e os arrendatários mudavam, bem como os preços e até a moeda, o pergaminho foi raspado em vários sítios para escrever outros nomes e quantias. Mas acontece, por vezes, que esses lugares ficaram em branco.

2. — A igreja de Santa Marinha foi demolida em 1853 e o terreno em que se encontrava constituiu hoje o largo de Santa Marinha. Era uma

das mais antigas de Lisboa e consta que fora mesquita de mouros (3).

Por uma inscrição que estava ao lado direito da porta principal, e hoje se conserva no Museu Arqueológico do Carmo, sabe-se que foi sagrada a 12 de Dezembro de 1222: «No anno de 1222 foi esta Igreja consagrada aos doze dias de Dezembro». Se a data se refere à era de César, a sagração teria sido no ano de 1184 (4). Chamava-se antigamente Santa Marinha do Outeiro, por estar a igreja construída numa elevação (5).

Tinha prior e cinco beneficiados. Pertenceu ao padroado real mas D. Afonso III, em 5 de Fevereiro de 1274, transferiu o direito de padroado para a Ordem de Santiago (6).

A paróquia de Santa Marinha foi reunida à de Santo André em 1834 e a sede paroquial transferida para a igreja do convento da Graça em 31 de Maio de 1835 (7). Ainda lá se encontra com o nome de paróquia de Santo André e Santa Marinha.

(2) Damião Peres, *História de Portugal*, ed. de Barcelos, 1929, II, 339-342, 359.

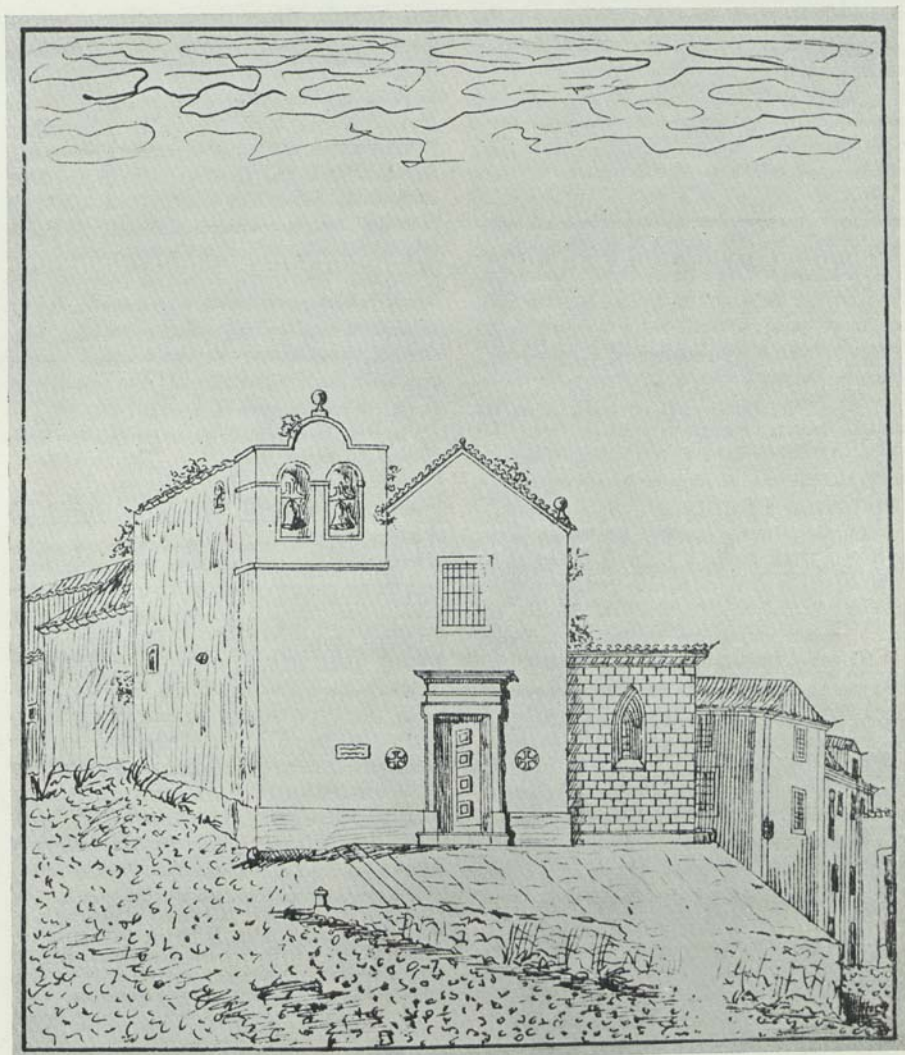
(3) P. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1712, III, 363-364; Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1874, IV, 211.

(4) Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1874, IV, 211; João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1758, 5.ª parte, 600; Luís Gonzaga Pereira, *Descrição dos Monumentos Sacros de Lisboa*, 1840 (Bibl. Nac. de Lisboa, MS 215 V, fol. 327); António Joaquim Moreira, *Colecção de Epitáfios e Letreiros Portuguezes*, 1864, MS da Bibl. da Academia das Ciências de Lisboa, publicado no Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1910, 24; J. M. Cordeiro de Sousa, *Inscrições Portuguezas do Museu do Carmo*, Lisboa, 1936, 74.

(5) Já no século XIII é conhecida por este nome, como se vê num documento da Torre do Tombo, Gaveta 19, maço 14, n.º 7, que tem por título «Rol de várias Igrejas de que El Rey he Padroeyro nos Bispados do Porto, Lamego, Tuy, Coimbra e Lisboa, feito na era de 1267» (parece que a data primitiva seria 1247; de facto o 6 está escrito sobre uma rasura) fol. 10 v.: «Hec sunt ecclesie totius Episcopatus Ulixbonensis unde dominus Rex est patronus ... Sancta Marinha de Outeiro...».

(6) João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1758, 5.ª parte, 600.

O documento pelo qual D. Afonso III dá ao Mestre de Santiago a igreja de Santa Marinha encontra-se na Torre do Tombo (Gaveta 5, maço 4, n.º 5) e diz assim: «In Christi nomine et eius gratia. Amen. Quoniam consuetudine approbata que pro lege suscipitur et legis auctoritate didiscimus quod acta Regum et principum scripto comendari debeant, ut comenda ab hominum memoria non decendant et omnibus preterita presentialiter consistant. Idcirco ego Alfonsus, Dei gratia Rex Portugaliæ et Algarbii, una cum uxore mea Regina dona Beatrice, illustris Regis Castellæ et Legionis filia, et filius et filiabus nostris, infantibus domino Dionisio, dono Alf-



*A extinta Igreja
de Santa Marinha
de Lisboa*

A meados do século XVI Frei Cristóvão Rodrigues de Oliveira dá a seguinte notícia da paróquia de Santa Marinha: «A igreja de Santa Marinha tem prior e cinco beneficiados. Rende o priorado cento e sessenta e cinco cruzados. Rende cada razão quarenta cruzados. *Capelas* — Tem duas capelas, uma delas tem administrador, e tem um capelão, a que o administrador dá trinta e cinco cruzados. A outra capela é quotidiana obrigatória ao coro. Rende cento e cinquenta cruzados. *Confrarias* — A Confraria do Santo Sacramento. A Confraria de Santa Marinha. Rendem estas confrarias quinze cruzados. *Casas* — Tem esta freguesia cento e três casas. *Ruas e travessas* — Rua das Escolas Gerais. Rua de João do Basto. Rua de Santo André. Rua de Frei Luís. Rua onde chamam o Outeiro. Travessa de Santa Marinha. O Adro. *Vizinhos* — Tem esta freguesia cento e onze vizinhos em que há quatrocentas e oitenta almas» (8).

Em 1712 o Padre António Carvalho da Costa descreve-a deste modo: «A igreja paroquial de Santa Marinha do Outeiro, que antigamente foi mesquita de mouros, é de uma nave com a porta para o poente; tem quatro capelas, a maior com a sua tribuna dourada com a imagem de Santa Marinha da banda da epístola, e a de Nossa Senhora da Conceição da parte do evangelho; é padroeiro desta capela o desembargador João Cabral de Barros, aonde tem seu jazigo. As duas capelas laterais são a de S. Dionísio da banda da epístola, aonde está Nossa Senhora do Rosário com Santo António e Santa Marta; e a de Nossa Senhora da Boa Nova da banda do evangelho, com S. Sebastião, a qual fundou frei João Brandão Pereira, Balio de Negroponte e Comendador das Comendas de Oliveira do Hospital e Águas Santas na Ordem de S. João de Malta, aonde tem nobre sepultura; é administrador desta capela o Senhor de Pancas. A outra capela fica à entrada da igreja na banda da epístola, é muito antiga e dedicada a Nossa Senhora da Natividade, aonde estão as imagens de S. Leandro e S. Bento, com S. Francisco Xavier no meio delas; esta capela é anexa ao Priorado desta igreja, como consta do epitáfio que diz: «Aqui jaz os ossos de Jannes Salgado, primeiro administrador que teve esta capela, instituída por Pedro Salgado na era de M.CCC.XLI, Tesoureiro mor que foi de el-

-Rei D. Dinis, a qual é unida ao Padroado desta igreja, aqui postos no ano de 1625». Esta igreja é sagrada, como se vê do letreiro que está junto da porta, que diz assim: «No anno de 1222 foy consagrada esta Igreja aos 12 de Dezembro». O Priorado rende dois mil cruzados com as rendas da capela anexa que são setecentos mil reis. Tem cinco beneficiados com cem mil reis de renda cada um, cura e tesoureiro. Desta igreja foram priores, Sebastião Monteiro de Vide, que foi vigário geral, e hoje é arcebispo da Baía, e o Doutor Manuel Álvares da Costa, que também foi vigário geral e agora é Bispo de Pernambuco. Tem esta freguesia duzentos e vinte vizinhos que se dividem pelas ruas seguintes: A Rua da Oliveira. A Rua da Igreja. O Beco do Agulheiro. O Beco das Cabras. O Terreirinho. A Calçada da Graça. A Rua de Santa Mónica. A Rua do Outeiro. O Adro. A Rua das Escolas Gerais» (9).

Das capelas instituídas nesta igreja temos mais alguns pormenores:

«As capelas aqui estabelecidas são as seguintes, uma do mencionado Pedro Salgado de missa quotidiana com quarenta mil reis; estabeleceu mais o mesmo instituidor três merceiras com a cônica de doze alqueires de trigo a cada uma, quinhentos reis em dinheiro, e casas para morarem. No ano de 1621 instituiu aqui outra capela o desembargador Carlos Brandão Pereira de missa quotidiana com a cônica de dezassete mil e quinhentos reis cada ano, a qual se não satisfaz, e vai para os legados não cumpridos. Há mais outra capela de missa quotidiana com uma livre cada semana, instituída pelo físico mor do reino Manuel Pereira da Costa com a cônica de cinquenta mil reis» (10).

Nos meados do século XVI a freguesia tinha «cento e onze vizinhos em que há quatrocentas e oitenta almas» (11), em 1712 tinha duzentos e vinte vizinhos (12), antes do terramoto tinha 200 fogos (13) e em 1780 contava 269 fogos e 978 habitantes (14).

Em 1780 o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Fernando de Sousa e Silva, por Decreto de 22 de Janeiro, estabeleceu uma nova divisão das paróquias de Lisboa, ficando a de Santa Marinha com «mais o Convento da Graça e todas as casas que da parte do mesmo convento se encontram até à Travessa do Monte».

Além da inscrição relativa à sagração da igreja conserva-se a notícia de vários epitáfios em túmulos existentes na igreja de Santa Marinha, num MS da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, com a data de 1864, mas começado em 1845, de que é autor António Joaquim Moreira⁽¹⁵⁾. Aqui os reproduzimos.

— «Ao lado esquerdo, dentro da capela da Senhora da Boa Nova havia um rico mausoleo de mármore branco e vermelho sobre dois elefantes de pedra cinzenta, tendo no topo as seguintes armas (*segue o desenho das armas*) e em baixo: «Aqui já Frei Joam Brandam Pereira Bailio de Negroponte e Comendador das Comendas de Oliveira do Hospital e Agoas Santas da sagrada Religiam de S. Joam Bautista de Jerusalem. Falecco no anno de 1680 aos 17 de Dezbro».

— «Nesta mesma capela, do lado esquerdo estava uma lápide com a seguinte inscrição: «Esta Capela he de Carlos Brandão Pr^a Fidalgo da Casa delRei e de Dona Cr^a Freire sua mulher e de seus erdeiros tem Missa cotidiana e os Beneficiados desta Igreja são obrigados a lhas dizer, os seus erdeiros sam obrigados a lha dar dezoito mil reis de esmola e dous mil reis para a fabriqua cada ano, faleceu na era de 1625».

— «Em uma pequena casa, para onde se entrava por esta capela, havia um túmulo de pedra e cal, e no meio dele a seguinte inscrição: «Aqui jazem os ossos de D. Maria Joaquina d'Azevedo Diegues Bemfeitora desta Igreja ano de M.CCC.XXVII».

— «No meio da igreja junto do arco cruzeiro: «Aqui já João Cabral de Barros que foi do concelho de Sua Magestade...».

— «No adro desta igreja havia uma sepultura tão antiga que só se percebe ter aí sido enterrado um homem do apelido de *Aranha*».

Pelagii Petri et pro remedio pecaminum meorum et parentum meorum et pro multo servicio quod mihi fecerit, et facietis, Deo dante. Et ab hac die in antea auferro predictam ecclesiam et ius patronatus eiusdem cum omni iure suo quod mihi competit in eadem de meo dominio et de mea potestate et eam et ius patronatus eiusdem transferro in vestrum dominium et in vestram potestatem, iure hereditario in perpetuum habendam et etiam possidendam. Si quis autem, tam de meis propinquis quam de extraneis, istam meam donationem et concessionem infringere attemptaverit vel aliquo diminuire voluerit non sit ei licitum sed pro sola temptione iram Dei Patris omnipotentis et beate Virginis matris eius et omnium sanctorum incurrat et maledictionem meam habeat in eternum, donatione et concessione ista in suo robore permanere. In cuius rei testimonium dedi vobis domino Pelagio Petri et ordini vestro istam meam cartam apertam meo sigillo plumbeo sigillatam. Datum Sanctaren, V^a die febr., Rege mandante, E. M^a CCC^o XII^a. Dominus magister Petrus Iuliani electus Bracaren, confirmavit — Dominus Vincentius episcopus port. confirmavit — Ecclesia Colimbrien. vacat — Ecclesia Vinsen. vacat — Dominus ffrater Valasus episcopus Egitanien. confirmavit — Dominus Matheus episcopus Ulixbon. confirmavit — Dominus Durandus episcopus Elboren. confirmavit — Dominus Gonsalvus Garcia alferaz confirmavit — Dominus Iohannes de Avoyno maior omnis confirmavit — Dominus Alfonso Lupi tenens Sausam confirmavit — Dominus Dominus Alfonso tenens Lamecum confirmavit — Dominus Menendus Roderici tenens Mayam confirmavit — Dominus Petrus Iohannis tenens terram Sciam confirmavit — Dominus Petrus Iohannis de Portello tenens Leyrenam confirmavit — Dominus Petrus Poncii confirmavit — Dominus Stephanus Iohannis cancellarius confirmavit — Dominus Martinus Alphonsi tenens Chaves confirmavit — Rodericus Garcia de Pavia, Iohannes Suerii Conelius testes — Hernandez Fernandi Congruvini (?) — Martinus Iohannis de Vinali — ffrater Alphonsus Petri Farina (...) dade pretor Sanctaren. — Dominicus Iohannis Iardus clericus — Iohannes Petri notarius curie not. sigillum plumbeum rotundum per fila nigra et candida dependens.

(15) Augusto Vieira da Silva, *As Freguesias de Lisboa*, Lisboa, 1943, 39; Luís Gonzaga Pereira, *Descrição dos Monumentos Sacros de Lisboa*, 1840 (Bibl. Nac. de Lisboa, MS 215 V, fol. 327); António Joaquim Moreira, *Colecção de Epitáfios e Letreiros Portugueses*, 1864, MS da Bibl. da Academia das Ciências de Lisboa, publicado no Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1910, 24.

(16) Christovam Rodrigues de Oliveira, *Summario em que brevemente se contem alguãs cousas (assi ecclesiasticas como seculares) que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, s/d (cerca de 1554-1560), 1.^a ed. fol. 10 v-11.

Na transcrição das obras impressas modernizamos a ortografia. (17) P. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1712, III, 363-364; Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano*, Parte I, Lisboa, 1757, 322.

(18) João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1758, 5.^a parte, 600.

(19) Christovam Rodrigues de Oliveira, *Summario em que brevemente se contem alguãs cousas (assi ecclesiasticas como seculares) que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, s/d (cerca de 1554-1560), 1.^a ed. fol. 11.

(20) P. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1712, III, 364.

(21) João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1758, 5.^a parte, 600.

(22) Plano da divisão e translação das paróquias de Lisboa assignado pelo Eminentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fernando de Sousa e Silva Cardinal Patriarcha approvado e confirmado por Sua Magestade em 19 de Abril de 1780, Lisboa, 1780, 15 (exemplar do Arquivo da Cúria Patriarcal).

(23) O MS está publicado no Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1910, com o título de «Colecção de Epitáfios e Letreiros Portugueses». Das páginas 23 e 24 extraímos os epitáfios relativos a Santa Marinha.

fonso, domina Branca, dona Sancia, do, dono et concedo vobis domino Pelagio Petri, magistro ordinis milicie sancti Iacobi, et ordini vestro et omnibus successoribus vestris ecclesiam sancte Marine de Outeyro de Ulixbona eiusdem diocesis et ius patronatus eiusdem ecclesie cum omni iure quod habeo et habere debeat et mihi de iure competit in eadem quod vos et omnes successores iure habeatis et possideatis ecclesiam predictam libere, pacifice et quiete, tanquam domini et patroni iure hereditario in perpetuum possidendam. Et hoc facio vobis ad honorem Dei et beate Marie Virginis matris eius et pro amore vestri domini

3. — Dos livros de visitas paroquiais que ainda se conservam no Arquivo da Cúria Patriarcal constam as seguintes visitas à igreja de Santa Marinha: — em 5 de Julho de 1607; — em 24 de Abril de 1620; — em 29 de Junho de 1654; — em 23 de Julho de 1662 (16).

Destas visitas a que nos dá alguns pormenores de maior interesse é a de 29 de Junho de 1654, que se continuou nos dias 30 de Junho e 2 de Julho. Foi visitador o Doutor Manuel de Escobar de Vasconcelos, Desembargador da Relação Eclesiástica, por comissão do Cabido «sede vacante».

O visitador executou todo o cerimonial próprio, «visitou o Sacrário, fez a estação dos defuntos pello adro e fez as mais cerimonias pertencentes a visitação», ouvindo em seguida o depoimento de várias testemunhas.

Em primeiro lugar o Prior, P. António Mendes, «no tocante ao governo desta igreja disse que nunca nesta igreja viu apontador do coro, senão nos anniversarios, e que também os beneficiados são quatro que servem, e hum que he Inquisidor que não serve, mas que os que tem obrigação de coro não vem rezar as vésperas, às horas que mandam a substituição». Em seguida o beneficiado António Dias de Niza «disse que os beneficiados não vem às vésperas por serem os rendimentos poucos», importando cada benefício em cerca de sessenta mil reis. Finalmente o beneficiado António Fragozo relata mais pormenorizadamente o desleixo que os clérigos de Santa Marinha manifestavam no seu tempo no culto divino: «Disse que os beneficiados desta igreja não vem rezar as vésperas, nem os sete salmos penitencias, e graduas em os dias que mandam as rubricas, e que não há apontador do coro, e também as horas de Nossa Sra. tendo obrigação de as rezar a maior parte do anno, nem fazem as estações sobre os defuntos na forma das rubricas do Breviário e que os beneficiados rezão sem sobrepelizes algũas vezes, nem vão acompanhar o Senhor com ellas, que o livro das visitas o tem fechado e não o querem mostrar, que não cantam os dias que são obrigados as missas, nem com hum padre, nem com três, assim nos dias maiores, nem em os outros *per annum*, senão muito poucas vezes».

4. — Ao ler este livro de anniversários perpassam diante dos nossos olhos várias personagens.

O rei D. Dinis por quem mandou fazer anualmente um anniversário Domingas Salvada, sua regueifeira, isto é, a padeira da casa real. O Bispo de Lisboa D. Domingos Jardo (1289-1293) que doou à igreja de Santa Marinha um olival para lhe fazerem igualmente um anniversário. Aparecem depois os nomes de vários priores de Santa Marinha: Martim Dominguez, sepultado no dia 24 de Dezembro de 1370; Martim Perez, falecido em 1283; Lourenço Anes; João Martins; Domingues Anes, falecido a 17 de Agosto.

Vem em seguida os nomes de vários clérigos adstritos ao serviço da igreja e que recebiam a sua porção dos rendimentos (raçoeiros): Aires Estevez; Aires Eanes; João de S. Pedro; João Verdelho, falecido a 23 de Setembro; Martim Vasques. Aparecem ainda outros clérigos que também favoreceram a igreja nos seus testamentos: Alvaro Gonçalves, sacerdote, falecido em Roma e sepultado em Santa Maria Maior; Mestre Fernando, cónego de Lisboa, falecido no dia 10 de Julho de 1279; Guido Jusardi, prior da Golegã; Vicente Estevez, abade de São Miguel de Antas e capelão de Pedro Salgado.

Agora personagens ligados à corte: Dr. João das Regras, ainda vivo; A. Anes, correio del-rei; Lopo Martinz, almoxarife da portagem del-rei; João Arminho, copeiro del-rei; Gonçalo (...), escrivão das tercenas del-rei; Domingue Anes, contador del-rei; Conde D. Alvaro Paes.

Várias profissões estão também representadas: Alvaro Perez, mercador de Alfama; Alvaro André, mercador; Estêvão Anes, tabelião; Gonçalo Perez, ferreiro; João Vicente, moedeiro; João Martinz, boieiro; João Afonso, carpinteiro; Lourenço Estevez, contador; Lopo Afonso, almoinheiro; Lourenço Perez, tecelão; Rui Pereira, cavaleiro; Senhorinha Dominguez, tecedeira.

A toponímia também tem um lugar importante:

— *Alfundão*, provávelmente na freguesia dos Olivais onde ainda existe a Azinhaga do Alfundão;

— *Corredoiira dos Cegos* que ficava detrás do Mosteiro de Santo Agostinho; ainda existe para esses lados a Rua dos Cegos;

— *Cotovia* apar de Santo Antão;
— *Fonte de Louro* que ficaria para os lados da Penha de França onde existe a Azinhaga da Fonte do Louro;
— *Ferregial de São Brás*; na freguesia dos Mártires existem uma Calçada, uma Travessa e uma Rua do Ferragial; haveria então aí um campo de crava (ferrã); o Ferregial de São Brás ficava próximo da Porta do Sol;
— *Malapados* acima de Chelas;
— *Panasqueira*, para os lados dos Olivais onde temos ainda a Azinhaga da Panasqueira;
— *Porta do Sol* de Lisboa;
— *Poço do Borrotem*;
— *Regueira ou Rigueira*, na freguesia de S. Miguel onde existe a Rua da Regueira;
— *Telheiras*, na freguesia do Lumiar;
— *Verdelha*, na freguesia de Vialonga, de onde eram naturais os pais de D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

Kalendas. Julii habet dies XXXI.

I g Este dia ham os dictos prior e raçoeiros de fazer o X^o aniversário da dicta donna Susanna. Som direitos XIII ssoldos, III^o dinheiros.

II a Este dia ham de fazer os dictos prior e raçoeiros o X^o aniversário do dicto Joham Martinz, prior, e som direitos V libras, XVI ssoldos e meyo tonel de vinho e VIII^o alqueires de pam meado.

III b Item o II^o aniversário do dicto Martim Perez Cagam e som direitos XX ssoldos.

III c Item o VII^o aniversário da dicta Guitéria Dominguez. Som direitos (...) ssoldos.

X b Este dia sse finou Mestre Fernando, coonigo que foy da igreja de Lixboa, era de mil e III^o e XVII^o annos, V^o idus jullii, o qual leyxou aa dicta igreja e prior e raçoeiros della hūas casas com hūu quintaal que el avia na dicta cidade na freguesia de Sancta Justa, acima do poço de Borrotem, pera lhi os dictos prior e raçoeiros fazerem em cada hūu anno, em este dia, hūu aniversário. Ora a tem emprazadas Joham de Sanctiogo, procurador, por X libras, II frangos.

XV g Este dia ham de fazer os ssobredictos prior e raçoeiros hūu aniversário por Enes Estevez por hūas casas, sotam e ssobrado, as quaes eram apar de Sam Momedo, perto do muro, e na gerra primeira com dom Anrrique as derribaram com as outras dapar dellas.

XVI a Era M^a CCC^a XXX^a V^a, primo kalendas augusti, obiit dona Susanna Pereira qui dedit pro anniversario suo domus sue in parochia Sancte Marinha, e ora jazem em adro.

Kalendas. Augustus habet dies XXXI et luna XXX.

I c Este dia ham de fazer o XI^o aniversário por a dicta dona Ssusana. Som direitos XIII ssoldos, III^o dinheiros.

II d Este dia ham de fazer o XI^o aniversário por o dicto prior Joham Martinz. Som direitos V libras, XVI ssoldos e meyo tonel de vinho e VIII^o alqueires de pam meado.

III e Este dia sse finou Vicente Stevez, abade qu foi de Sam Migel de Antas e capelam de Pedro Ssalgado, o qual deu e doou pera todo senpre aa dicta igreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della duas casas suas que el avia na dicta freguesia junto com o adro, hūas aa porta principal e tem-nas emprazadas Airas Stevez, raçoeiro, por V libras, e as outras som à porta do ávrego⁽¹⁷⁾ e tem-nas emprazadas Stevam Anes, tabaliom, por tres libras, por as quaes mandou o dicto Vicente Stevez que os dictos prior e raçoeiros lhi fezerem em cada hūu anno dous aniversários, scilicet, por el em este dia hūu, item outro por Joham Arminho, copeiro que foi delreii, XIII dias doutubro.

IV ff Este dia ham de fazer o VIII^o aniversário de Guitéria Dominguez. Som direitos L ssoldos.

XIII b Era de mil e III^o e trinta e hūu annos. Este dia se finou Bertholameu Vicente, cuius anima requiescat in pace, o qual deu e doou à

(16) Arquivo da Cúria Patriarcal, MS n.º 102, fl. 266-267; n.º 105, fl. 187-193; n.º 45, fl. 69-80; n.º 120, fl. 36-42.

(17) Ávrego significa o Sul; de Africo, o vento que sopra do Sul.

egreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della hũa casa térrea, a qual he junto com outras suas e com casas do doctor Joham das Regas (¹⁸), por a qual casa os dictos prior e raçoeiros am de fazer en cada hũu anno dous anniversarios, scilicet, en este dia por el dicto Bertholameu Vicente hũu, e por Caterina Vicente, sua molher que foy, outro no dia adeante scripto. As qasas estam por XV libras. *Item por Caterina Viçente sa molher — Jobam de Vizella (¹⁹).*

XV c Este dia ham de fazer o IIIº aniversario de Maria Arminha. Som direitos tres libras, XV ssoldos que paga Jobam Vicente, moedeiro. *Em este dia suso scriptu ham de fazer o priol e raçoeiros da igreja de Sancta Marinha hũu aniversario por alma do doctor Lourenço Anes, priol que foy da dicta igreja, por hũas cassas que deu à dicta igreja que som na dicta freegessia e parte com cassas em que mora o priol, e ora as tem Jobam de Sam Pedro, raçoeiro, emprazadas e paga IIIº reais e dous frangos.*

XVI d Este dia sse finou Alvaro Perez, mercador da Alfama, o qual deu aa dicta igreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della hũa olival que el avia em termho da dicta cidade em logo que chamam Malapados, por o qual lhis os dictos prior e raçoeiros ham de fazer em cada hũu anno em este dia hũu aniversario. Ora a trage emprazada Martim (?), porqueiro, que mora à porta da ✠. Paga por Natal X libras.

XVII e Este dia se finou Dominge Anes prior que foy de Sancta Marinha, o qual deu e doou pera todo senpre aa dicta igreja e prior e raçoeiros della dous portaaes de casas que el avia na dicta freegessia junto com o virgeu dos paaços que foram Dafonso Scanches hu está a cisterna, por as quaes lhi am de fazer os dictos prior e raçoeiros em cada hũu anno dous aniversarios, e ora as tem tomadas o Conde Dom Alvaro Perez e nom dá nada à igreja.

XIX g Este dia se finou Maria Perez da Louçãa a qual deu e doou aa dicta igreja e prior e raçoeiros della pera todo senpre hũa herdade que ella avia em termho da dicta cidade apar do rio Dalaveiras, polla qual lhi os dictos prior e raçoeiros ham de fazer em cada hũu anno em este

dia hũu aniversario, a qual herdade ora trás emprazada Alvaro André, mercador, morador na dicta cidade, por XLº ssoldos e dous capões.

XXV ff Este dia se finou Maria Fernandez, a qual deu e doou pera todo ssenpre aa dicta igreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della hũa vinha com sseu olival que ella avia em termho da dicta cidade em logo que chamam Fonte de Louro, polla qual lhi os dictos prior e raçoeiros ham de fazer em cada hũu anno em este dia hũu aniversario. Ora ha tem emprazada a qual ora trás emprazada Martim Vaasques, raçoeiro da dicta igreja. Paga por Natal sete libras.

Kalendas. Setembre habet dies XXX et luna XXX.

I ff Item este dia ham os dictos prior e raçoeiros de fazer ho XIIº aniverssario da dicta dona Ssuzana e som direitos XX ssoldos.

II g Item este dia ham os dictos prior e raçoeiros de fazer o XIIº aniversario por o dicto prior dom Joham Martinz e som direitos V libras, XVI ssoldos, item de vinho meyo tonel, item de pam meado VIIIº alqueires.

III a Item este dia ham de fazer o quarto aniversario de Martim Perez Cagam e som direitos XX ssoldos.

III b Item este dia ham de fazer o IXº aniversario de Guitéria Dominguez. Som direitos X ssoldos.

VII e Item este dia ham de fazer os dictos prior e raçoeiros aniversario por Martim Perez, prior que foy da dicta igreja, o qual leyxou aa dicta igreja hũa vinha que foy de Pedro do Cadaval, era Mª CCCª XXIª.

IX g Item este dia ham os dictos prior e raçoeiros de fazer o quarto aniversario de Maria Arminha e som direitos tres libras e XV ssoldos de boa moeda. Paga Jobam Vicente.

X a Este dia se finou Abel Paaes o qual leixou aa dicta igreja hũa vinha pequena a qual he em termho da dicta cidade trás o mosteiro de

Sant'Agostinho, em logo que chamam a Corredora dos Ceguus, e tragea ora emprazada Afonse Stevez da Alcáçova por XXX ssoldos.

XI b Este dia se finou Joham Queveo o qual jaz enterrado na dicta egreja ante o altar de Sancta Águeda, o qual leixou aa dicta egreja e prior e raçoeiros della a meatade da sua vinha que el avia com ssua molher dona Susanna em Malapados acima da Chellas e ora ha tem emprazada *Lopo Affonso, almoynheiro, por saçenta libras moeda rreal por X soldos* ⁽²⁰⁾. Paga por Natal. *Item amonta a este aniversario XXX libras.*

XIII d Este dia se finou Domingas Eanes Lobeira, a quem Deus perdoe, a qual deu e doou aa dicta egreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros dela hũu sotam das casas que ella avia na dicta freguesia, que parte com casas que foram de Lourence Stevez, contador, e com casas Dandré Fernandes e com rua publica, por o qual sotam lhi os dictos prior e raçoeiros ham de fazer em cada hũu anno dous aniversários e este he o primeiro, o qual sotam ora tem emprazado *Senhorinha Dominguez, tecedeira, por cinco libras e dous frangoos. Paga por Sam Martinho. Som direitos deste aniversario L soldos, hũu frangom. O qual sotam foi escambado por hũas qassas junto com as cassas que ora trage o dicto Joham Martinz, boeiro, que som do aniversario de Paay Paaes, a qual casa trage emprazada o dicto Joham Martinz, boeiro, por XV libras e duas galbinas. Paga por Natal — Martim Dominguez dicto Pinheiro. E som da moeda antiga* ⁽²¹⁾.

XV ff Segundo aniversario da dicta Domingas Eanes. Som direitos cinquenta ssoldos e hũu frangom.

XX d Este dia se finou Martim Anes da Romeira o qual leixou aa dicta egreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della hũu marinha que el avia em Ribatejo apar Daldea Galega pera lhi os dictos prior e raçoeiros fazerem em cada hũu ano em este dia hũu aniversario. Ora a tem esta marinha emprazada *Afonso Dominguez Daldea Galega por X libras, paga por Natal, e hũa duzia de coelbos.*

XXI e En este dia an de fazer o priol e raçoeiros de Santa Marinha o segundo aniversario pela alma Dalvaro Gonsalvez, créligo de misa, que se finou em Roma e jaz o seu corpo em Santa Maria a Maior em Roma. Este aniversario se ha de fazer de cada hũu anno per hũas casas que estam açerqua da Porta do Sol de Lisboa, que partem com o feregial de Sam Brás e doutra partem com casas de Gonçalo Martinz e com rua publica.

XXIII g Em este dia se finou Joham Verdelho, raçoeiro que foi da egreja de Sancta Marinha, o qual deu e doou aa dicta egreja e prior e raçoeiros della hũa vinha com sseu olival que el avia em logo que chamam Alfondom, por a qual lhi am de fazer os dictos prior e raçoeiros em cada hũu anno dous aniversários. Ora o trage esta vinha e olival Stevam Anes tabaliom.

XXV b Este dia se finou dona Coonba a qual leixou aa dicta egreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della hũa coirella derdade, a qual he em termho da dicta cidade, em logo que chamam a Verdella, e am lhie de fazer os prior e raçoeiros da dicta egreja em este dia hũu anniversário pera todo sempre e tragea ora Martim Dominguez Dalpiarça por XV soldos. Era M^a CCC^a V^a. *Agora a trage Joham Davelha por VII libras.*

Kalendas. October habet dies XXXI et luna XXX.

I a Este dia sse finou dona Susana a qual leixou aa dicta egreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della duas coirellas pequenas de vinhas as quaes foram de Gonçalo (...) scripvam das taracenas delreii ⁽²²⁾, as quaes som em logo que chamam Fontoira, por as quaes coirellas lhii os

⁽¹⁴⁾ O Dr. João das Regras faleceu a 3 de Maio de 1442.

⁽¹⁵⁾ As frases em itálico indicam letra de mão diferente e posterior.

⁽²⁰⁾ A moeda variou constantemente durante a Idade Média. Os últimos reis de 10 soldos foram cunhados no período de 1392-1397. (Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, XXII, 1959, 496-526; Viterbo, *Elucidário*, s. v. Soldo e Livra).

⁽²¹⁾ Segundo Viterbo (s. v. Livra) as antigas libras de prata valiam 36 reis, em 1395 D. Duarte fez cunhar libras de prata que valiam 25 reis e 3 ceitis.

⁽²²⁾ Tercena era o arsenal em que se construam e guardavam os armamentos navais, ou os armazens em que se fazia depósito de munições de guerra. (Cfr. Viterbo, *Elucidário*, s. v. Tarrecena).

dictos prior e raçoeiros da dicta egreja ham de fazer em cada hũu anno XII aniversários, convem assaber em este dia se compeça o primeiro e assii em cada primeiro dia do mes hũu aniversário. E trage ora as dictas coirellas emprazadas Airas Eanes, raçoeiro da dicta egreja, por VIII^o libras. Paga por Páscoa.

II b Este dia sse compeçam os XII aniversários do prior dom Joham Martinz, que foi prior da dicta egreja de Sancta Marinha, ao qual Deus perdoe os sseus pecados, amen. O qual deu e doou aa dicta egreja e prior e raçoeiros della pera todo senpre, por lhii fazerem os dictos XII aniversários e sairem sobre depois de acabarem a missa do dia com ✠ e augua benta e resposso *Memento meii Deus* e psalmo *De profundis* e oratio *Omnipotens sempiterna Deus*, estas possiões que sse adeante seguem:

— Item en Riibatejo apar Daldea Galega, hu chamam o Pinhal, hũa quintaa a qual tem Lopo Martinz, almoxarife da portagem delreii⁽²³⁾, aforada em cada hũu ano por sseis tonces de vinhos, scilicet, tres brancos e tres vermelhos. Paga por agosto quando el vindimar.

— Item no dicto logo de Riibatejo, logo que chamam o Coteiro, hũa quintaa a qual he partida em duas partes, scilicet, Rои Pereira, cavaleiro, trage aforada a meatade por XV libras e Guido Jusardi, prior da Golegã, trás aforada a outra meatade por VII libras e mea, e anbos pagam por Ssam Martinho davento.

— Item nos Montijos outra quintaa a qual tragem aforada estes que se seguem:

item Fernam Dominguez, filho de Francisco Dominguez de Beja, trage aforada a terça parte da dicta quintaa e paga por Sam Martinho em cada hũu anno quatro libras e mea e tres quarteiros de sal;

item Afonso Gonsalvez Nabaes trage parte desta quinta de que há de pagar XLV ssoldos e de sal XXIII^o alqueires;

item os Franquinhos tragem emprazada parte da dicta quintaa de que paga em cada hũu anno nove libras e II^m capões; paga por Sam Miguel.

— Item Bertholameu Martinz, genrro de Lopo Simões, trage emprazada hũua quintaa a qual he no dicto logo de Ribatejo, em logo que chamam

a Poboa dos Montijos, por XV libras em cada hũu anno e paga por Natal (?).

— Item em termo da dicta cidade meatade dhũu casal à Ponte de Lousa, o qual tem arrendado Joham Lourenço por VI quarteiros de pam meado em cada hũu anno e II^m capões e paga por agosto.

E desto todo até aqui leva o prior duas rações e das outras possiões que som de Stevens Anes, segundo som scriptas nos livros das possiões, leva por esta giza, soma de seus direitos LIII libras e V ssoldos e monta a cada hũu aniversário pagadas as missas III^o libras e tres ssoldos e IX dinheiros. Item de pam meado VIII^o alqueires. Item de vinho meo tonel e III^o capões.

III c Item este dia ham de fazer o V^o aniversário de Martim Perez Cagom.

III d Este dia am de fazer o X^o aniversário de Guitéria Dominguez.

V e Este dia am de fazer hũu aniversário por o dicto prior dom Joham Martinz por a capela de Sanctiago dos Velhos que el hedificou, por o qual aniversário o prior há de pagar XV ssoldos e os raçoeiros outros XV e hamse de partir antre os dictos prior e raçoeiros assim come os outros aniversários.

VIII a Este dia ham de fazer os dictos prior e raçoeiros aniversário por o dicto prior dom Joham Martinz, o qual lhi mandou fazer Pedro Dominguez seu neto, e som direitos tres libras e XVIII^o ssoldos de booa moeda antiga.

IX b Este dia ham de fazer aniversário por el Rey dom Dinis o qual lhi mandou fazer Domingas Salvada, rigeifeira sua que foi, per as casas Darrigeira e a quintaa de Corroios e por os moiihos de Salvaterra, as quaes possiões ella deu e doou aa dicta egreja per esta guisa e condiçom que enquanto hii ouvesse do seu dídido lograsse e pousse os dictos bens e dese em cada hũu anno por este aniversário e dous que am de fazer por ella como se adeante segue em cada hũu anno XX libras e por o al lhi mantevesem em cada hũu anno hũu capelam. Som direitos deste aniversário VI libras e XIII ssoldos, III^o dinheiros.

X c Primeiro aniversário da dicta Domingas Salvada. Som direitos VI libras e XIII ssoldos e IIII dinheiros e todos estes direitos paga Margariida Stevez que mora a Sam Nicollaa por dia de Sam Martinho as dictas XX libras per os dictos bens de que ora ella he thedor e agora paga Martiinbo Lourenço desta moeda que core real por dez soldos que som çem libras ⁽²⁴⁾.

XIII ff Este dia ham os dictos prior e raçoeiros de fazer aniversário per Joham Arminho, copeiro que foy delrey dom Dinis, o qual lhy mandou fazer Vicente Stevez, clérigo, era M^a CCC. XL^a. Som direitos L ssoldos.

XVI b Este dia ham de fazer os sobredictos prior e raçoeiros aniversário por Domingos Lourenço de Torres Vedras, era M^a CCC. LXX. IIII^a, o qual deu aa dicta igreja e prior e raçoeiros della húa coirella derdade a qual he em termo de Torres Vedras apar do Trocifal hu chamam a Faiia e tragea emprazada (*espaço em branco*) por XX ssoldos, II^m frangoos.

Kalendas: Novenber habet dies XXX et luna XXX.

I d II^o aniversário da dicta dona Susana. Som direitos XX ssoldos.

II e II^o aniversário do dicto prior Joham Martinz. Som direitos IIII^o libras, III ssoldos e IX dinheiros, e de pam meado VIII^o alqueiros e de vinho meo tonel.

(*Notas de letra posterior, século XVI talvez*).

— Já se não dizem estes dous aniversários porque se não pagam.

— Neste dya propyo dos ffynados se há de dyzer hũ anyversário por allma de Vyollante Gonsalvez, molher que ffoy de A. Anes, correyo delrey, a quall dexhou à dyta fregeysia (?) XX alqueires de pam, scilicet, X de trigo e X de cevada.

III ff Este dia ham os dictos prior e raçoeiros de fazer hũu aniversário por Tareija Perez por a quintaa da Lançada e som direitos VII libras, XV ssoldos e de vinho cozido XIII almudes.

III g Este dia ham de fazer o XI aniversário de Guitéria Dominguez.

V a Este dia se conçeçam de fazer os aniversários de Pedro Salgado, e som V aniversários, por os quaes V aniversários os dictos prior e raçoeiros ham daver em cada hũu anno per os bens da sua capela cinquenta libras as quaes há de pagar o dicto prior come proveedor que he da dicta capela per os beens della e pagamsse por Natal e Páscoa estas e as de Joham Salgado, e monta a cada hũu aniversário dez libras.

VI b II^o aniversário do dicto Pedro Salgado. Som direitos X libras.

VII c III^o aniversário do dicto Pedro Salgado. Som direitos dez libras.

Este dia se conçeçam outros cinco aniversários de Dominge Anes, contador que foi delrey, por os quaes aniversários os dictos prior e raçoeiros ham daver per a quintaa de Fonte de Louro que el leixou aa dicta igreja e prior e raçoeiros della vinte libras por os dictos aniversários em cada hũu anno pera todo sempre, e pagamsse per o proveedor da sua capella factos os dictos aniversários, e monta a cada hũu, tiradas as missas, tres libras e XV ssoldos.

VIII d IIII^o aniversário do dicto Pedro Salgado e direitos dez libras.

II aniversário do dicto Dominge Anes. Sem direitos três libras e XV ssoldos.

IX e V^o aniversário do dicto Pedro Salgado e som direitos dez libras.

III^o aniversário do dicto Dominge Anes e som direitos III libras, XV ssoldos.

X ff IIII^o aniversário por o dicto Dominge Anes e som direitos três libras e XV soldos.

⁽²³⁾ O almoxarife era o official que cobrava os direitos reais (Cfr. Viterbo, *Elucidário*, s. v. Almoxarife).

⁽²⁴⁾ Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, XXII, 1959, 496-526.

Este dia ham os sobredictos prior e raçoeiros de fazer hũu aniversário e assi em cada hũu anno por a alma de Pedro Filho por a meatade das vinhas e casas e lagar e oliveiras e outras árvores que el avia em termho da dicta cidade, em logo que chamam a Portella de Corroios, a quel ora tem aforada Joham Afonso, carpenteiro, por três libras e paga por Sam Martinho *de boa moeda, ora a trage Jobanne Anes leixa estar por XV libras desta moeda real por X ssoldos.*

XI g Vº aniversário do dicto Dominge Anes e som direitos três libras e XV ssoldos.

XII a Este dia ham de fazer os dictos prior e raçoeiros e dous dias seguintes três aniversários por as almas Dafonso Salgado, primeiro, e de seu padre e de sua madre o IIº, e o IIIº por a alma de Domingas Salvada. E pera esto leixou o dicto Affonso Salgado aa dicta egreja e prior e raçoeiros della hũas casas que el avia na freguesia de Sam Vicente de Fora, as quaes ora trás aforadas Gonçalo Perez, fereiro, por V libras. Paga por Sam Martinho.

XIII b Este dia ham de fazer aniversário por as almas de Joham Migêes e de sua molher Maria Soares, os quaes leixarom aa dicta egreja hũas casas que eles avyam na freguesia de Sam Vicente de Fora, as quas ora trage emprazadas o dicto Gonçalo Perez, ferreiro, por V libras em cada hũu anno e paga por Sam Martinho.

XIII c *Aqui se dirá bũ dos tres aniversários que fica supra aos XII dias, scilicet, de Affonso Salgado e dos outros.*

XV d Este dia se começam de fazer os aniversários de dona Toda, madre de Dominge Anes, contador, e som dous por os quaes aos dictos prior e raçoeiros deu o dicto Dominge Anes seu filho duas coirellas de olival que el avia em termho da dicta cidade em logo que chamam Barratojo e tem-nas Vaasquo Martinz por (...) libras. Paga por Sam Martinho XXX ssoldos *de boa moeda.*

XVI e IIº aniversário por a dicta dona Toda. Som direitos XX (...).

Kalendas. Decenber habet dies XXXI et luna XXIX.

I ff IIIº aniversário da dicta dona Susana. Som direitos XX ssoldos.

II g IIIº aniversário do dicto prior Joham Martinz, e som direitos IIIº libras e três ssoldos e IIIº dinheiros e trigo pam meado VIIIº alqueires e de vinho meo tonel.

III a VIIº aniversário do dicto Martin Perez Cagom. Som direitos XX ssoldos.

III b XIIº aniversário de Guitéria Domingez.

V c Este dia ham os sobredictos prior e raçoeiros de fazer hũu aniversário por dona Susana, molher que foy de Joham Queveo, por a meatade da vinha de Malapados que trage emprazada (*ilegível*) libras. Paga por Natal (*ilegível*).

VIII ff Este dia ham os sobredictos prior e raçoeiros de fazer hũu aniversário por a dicta dona Susana e ham de aver por el os dictos prior e raçoeiros os direitos que dam mais do logar da Cotovia apar de Sant'Antom que está emprazado por XL libras a Maria Stevez moradora no dicto logo da Cotovia e as XXV libras se am de cantar em missas por alma da dicta dona Susana e outras XV que sobejam e mais outras que por dicto logar derem ham daver os dictos prior e raçoeiros em cada hũu anno por lhi fazerem em este dia este aniversário. Som direitos XV libras e Ias galinhas. Paga por Sam Martinho e Natal.

IX g Este dia ham de fazer os dictos prior e raçoeiros hũu aniversário por Joham Gonsalvez, leigo, por hũa vinha que leixou pera el apar de Telheiras.

X a Este dia ham de fazer os sobredictos prior e raçoeiros [hũu] aniversário por Martim Perez, clérigo, por hũa vinha que lhi el deu pera el, a qual he em termho da dicta cidade em logo que chamam Aalmargema, tragea ora emprazada Airas Stevez raçoeiro da dicta egreja por XLº ssoldos e paga por Natal.

XI b Este dia ham de fazer aniversário por Fernam Perez, o qual deu aa dicta egreja e prior e raçoeiros della duas coirellas dolival que el avia em termho da dicta cidade em logo que chamam Villa Covua as quaes coirellas dolival ora trage (...) pera manteer por ellas a lanpada do Corpo de Deus e ham daver os dictos prior e raçoeiros por este aniversário per as casas da Rigeira V libras e dous capões. Paga por Natal. *Ora paga Johanne Anes que em elas mora.*

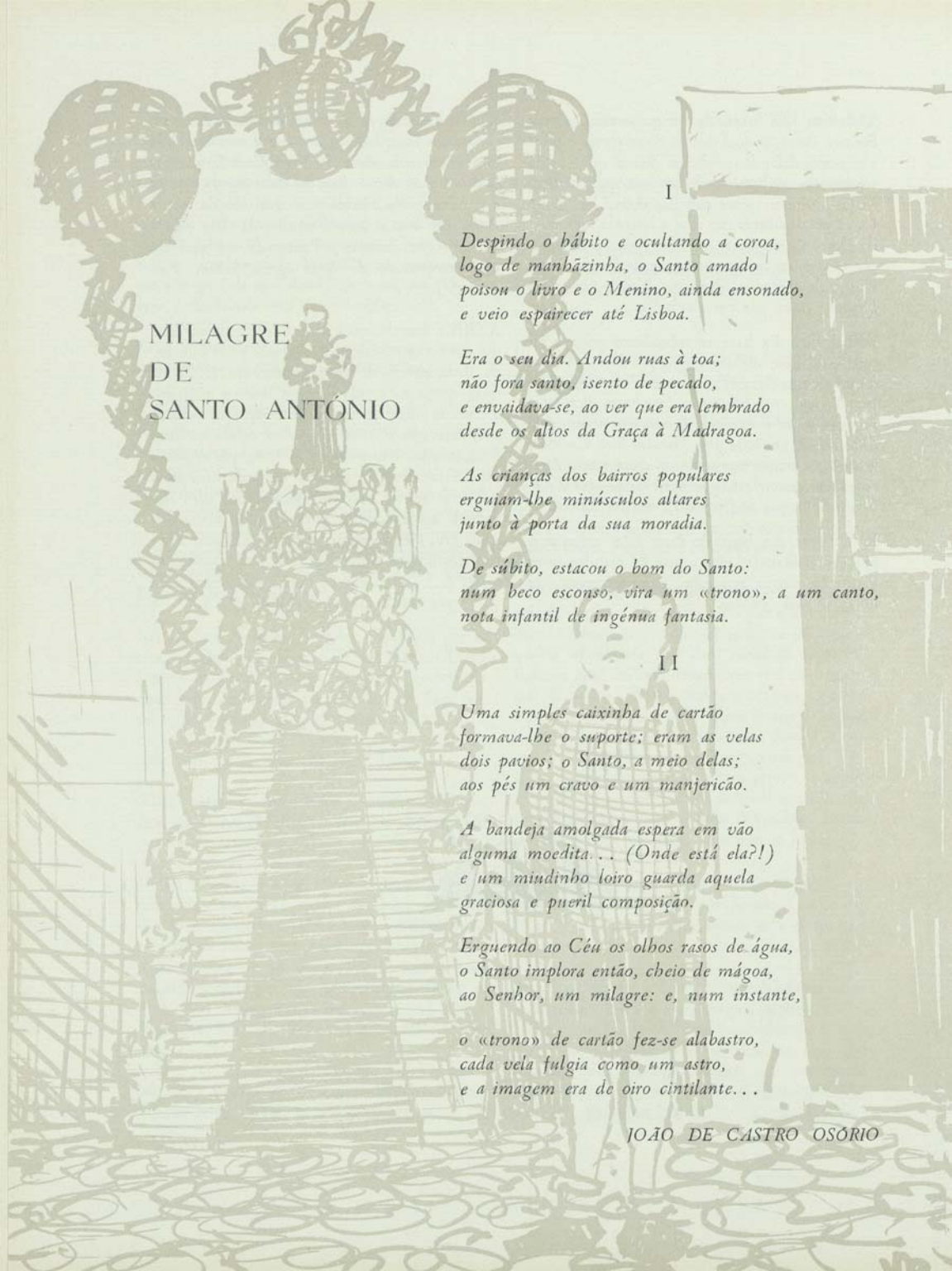
XIII d Este dia ham os sobredictos prior e raçoeiros de fazer hũu aniversário por Stevam Perez, o qual deu aa dicta egreja e prior e raçoeiros della pera lhi em cada hũu anno fazerem o dicto aniversário hũua vinha que el avia em termho da dicta cidade em logo que chamam Sete Castelos, a qual ora trage emprazada da dicta egreja *Lourenço Perez, teçelam, que mora Sam—por XXV libras e hũu par de ffragoos. Paga por Páscoa.*

XV ff Este dia ham de fazer hũu aniversário polla alma de dona Loba, o qual lhi mandou fazer Pedro Domingez seu filho, e som direitos três libras, XVIII° ssoldos.

XVII a Este dia ham os sobredictos prior e raçoeiros de fazer hũu aniversário e assi em cada hũu anno polla alma do Bispo dom Domingos Jardo, o qual deu e doou aa dicta egreja e prior e raçoeiros della hũu olival o qual foi de Maria Anriquez o qual he em termho da dicta cidade em logo que chamam a Panasqueira, o qual ora trage emprazado da dicta egreja *Joham Vasquez (?)*.

XXIII a Era de mil e III° e VIII° annos. Este dia enterrarom Martim Domingez prior que foy da dicta egreja de Sancta Marinha (...) na dicta egreja na capela de Sam Brás, o qual deu e doou aa dicta egreja e prior e raçoeiros della as suas casas que el avya em a dicta cidade na dicta freeguesia per esta guisa e condiçom que os dictos prior e raçoeiros lhi fezerem em cada hũu anno XII° aniversários, convem assaber por Pedro Salgado V aniversários, item por Johana Maria Salgado (...) aniversários, item por el dicto Martim Domingez aniversários V aniversários, os quaes (...) dicta egreja e prior e raçoeiros della (...) por Sancta Maria dagosto e (...).





MILAGRE
DE
SANTO ANTÓNIO

I

*Despindo o hábito e ocultando a coroa,
logo de manbãzinba, o Santo amado
poison o livro e o Menino, ainda ensonado,
e veio espaiarecer até Lisboa.*

*Era o seu dia. Andou ruas à toa;
não fora santo, isento de pecado,
e envidava-se, ao ver que era lembrado
desde os altos da Graça à Madragoa.*

*As crianças dos bairros populares
erguiam-lhe minúsculos altares
junto à porta da sua moradia.*

*De súbito, estacou o bom do Santo:
num beco esconso, vira um «trono», a um canto,
nota infantil de ingénua fantasia.*

II

*Uma simples caixinha de cartão
formava-lhe o suporte; eram as velas
dois pavios; o Santo, a meio delas;
aos pés um cravo e um manjeriço.*

*A bandeja amolgada espera em vão
alguma moedita... (Onde está ela?!)
e um miudinho loiro guarda aquela
graciosa e pueril composição.*

*Erguendo ao Céu os olhos rasos de água,
o Santo implora então, cheio de mágoa,
ao Senhor, um milagre: e, num instante,*

*o «trono» de cartão fez-se alabastro,
cada vela fulgia como um astro,
e a imagem era de oiro cintilante...*

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

NOTA ETNOGRÁFICA DE LISBOA

OS «OLEADOS» ORNAMENTADOS DAS VENDEDEIRAS DE PEIXE PELAS RUAS

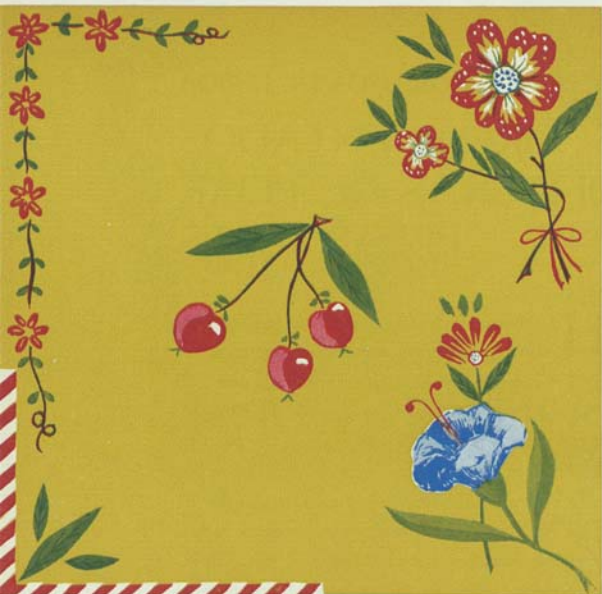


Há tempos, a *Revista Municipal* publicou-me uns comentários aos «aventais», com decorações e alegorias pintadas, que são postos à frente, no peito dos animais das carroças, a fim de os protegerem do calor e do frio (*). Embora os haja muito rudimentares, feitos de serapilheira, simplesmente colorida em banho de tinta em água, ou de oleado monocromático, outros prendem atenções e curiosidades.

Resguardos afins, na origem de coberturas setecentistas, e na forma rectangular, com decoração colorida, são os «oleados», que as vendedeiras de peixe (peixeiras: «varinas» ou não) estendem sobre as canastras da condução do pescado em cima da cabeça. A canastra é rectangular, de bordos erguidos; o «oleado» cobre-lhe por inteiro o fundo e ainda os bordos; como é rectangular e a canastra tem os cantos arredondados, o «oleado» fica aí com as pontas de fora.

Este resguardo ou guarnição tem por fim estancar a água ressumante e acumulada, proveniente do peixe contido nele. Assim, a peixeira livra-se da molha de água salgada e do cheiro dela sobre as roupas.

(*) *Revista Municipal*, Ano XXI n.º 84, 1.º trimestre de 1960 («Os aventais dos cavalos das carroças nas ruas de Lisboa»), pp. 55-58.



Projecto de um oleado artistico
(ter-se-ia realizado?)

Tempos houve em que os «oleados» eram coloridos diferentemente e escolhidos ao gosto ou predilecção das mulheres. Ainda aparecem por aí alguns exemplares de então; poucos, porém. Hoje são todos amarelos. As dimensões não mudam, porque os «oleados» têm sempre de se adaptar às constantes medidas das canastras, ou não atingem o seu destino. Lépidas, com a canastra equilibrada na cabeça, posta sobre a «sogra» (2), a proteger a cabeça por cima do lenço e do chapéu varino das que ainda o usam, as «mulheres do peixe», ou «peixeiras», recordam as mulheres, da mesma estirpe do povo, que trabalham no cais à descarga do carvão. São ilustrações poéticas de Cesário Verde. Sem manchas de carvão, nem formarem «cardume

negro», a imagem aplicar-se-á simetricamente a todas as mais.

.....
Correndo com firmeza, assomam as varinas.

Vêm sacudindo as ancas opulentas!
Seus troncos varonis recordam-me pilastras;
E algumas à cabeça, embalam nas canastras
Os filhos que depois naufragam nas tormentas (3).

.....

O que mais atenção prende nos «oleados» das canastras do peixe está na decoração colorida, a duas ou mais cores.

A decoração compreende três sectores distintos: — os *cantos*, — os *bordos*, em toda a periferia, — e o *centro*. A *orla periférica* liga por si as *composições cantonais*; estas, agrupadas, largas, mais ou menos maciças; as orlas, formadas por série alongada e pouco densa de figuração; e o *centro*, independente em si, a condizer com a harmonia decorativa dos cantos.

Nos cantos da composição, que, apesar de todas as variações, apresenta homogeneidade notável, todos os valores decorativos foram sempre utilizados. O centro é como o marcador dos bailes, «balos» e «balhos»; isolado, no meio de tudo, manda; em redor tudo lhe obedece; as figuras centrais vão repetidas a toda a volta, agrupadas nos cantos, distendidas em série entre estes, ao longo do comprimento dos lados (é a «roda»). Variam as cores das peças: unificadas nos cantos e no centro, alternam, por via de regra, na periferia; recordam timbres vibrantes no conjunto policrômico.

As grandes *figuras estreladas* ou às *rosáceas* do centro vão corresponder as de menor porte nos cantos, e mais reduzidas ficam as periféricas; se maior é a harmonia de cores entre o centro e os cantos, variegadas andam as outras na corrida pelos lados.

Silvas, que mais parecem plumas, *grinaldas de folhas e flores* fugitivas na haste, que as liga ou enforma, percorrem os lados, quando os cantos têm flores de forte colorido. Coloridos esbatidos raramente surgem, e, quando os há, é em figuras cujo recorte as aparenta com *amores-perfeitos* ou *flores de oloendro*: azul delido em cima, branco-azulado em baixo.

Os contrastes maiores são os das estrelas e rosáceas: raios ou folículos de cor forte (azul, vermelho, verde, amarelo) e o botão central delas com outra cor forte (entre aquelas mesmas) ou com cor neutra, neutralizante (cor-de-rosa, branco, amarelo brando). Ainda oferecem o apagado contraste do branco e cor-de-rosa.

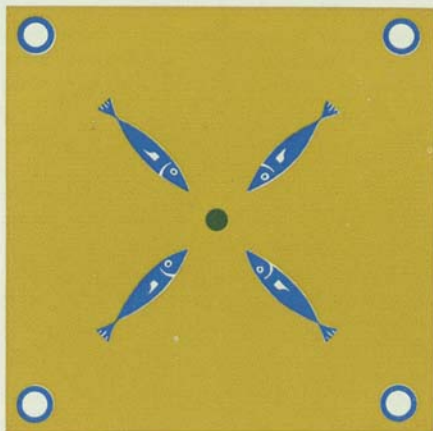


Formemos agora o esquema provisório destas figuras decorativas, em cujo n.º 11) cabem todas as divergências e novidades.

ESQUEMA DAS FIGURAS GEOMÉTRICAS E ESTRELADAS NOS «OLEADOS»

1) — Influência da «arte popular», a que as formas pertencem e em que estão integradas:

1) — *Formas geométricas*: triângulos, quadriláteros, circunferências (simples e concêntricas), círculos;



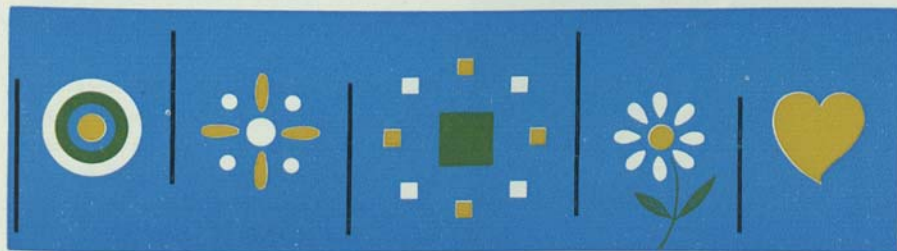
Anéis e peixes

- 2) — *Formas estreladas*: de quatro a oito pontas ou raios, algumas vezes, porém, de número maior;
 3) — *Formas florais*, estilizadas, — «rosáceas», — afins das formas estreladas, distintas, todavia, destas por terem os raios ou pontas com a feição de folículos mais ou menos largos, até quase redondos; frequentemente, as figuras de quatro folhas têm estes alternados por filamentos, simples ou duplos, divergentes, ou por folí-

(²) Esta peça «a sogra», — desde a primitiva «rodilha» à leve almofada circular, — como a típica e vulgar «regueifa» nortenha, — aberta ao centro, tem muito que contar, — tanto se diz da «Nau Carineta». Fica, este caso nobre, guardado para outra oportunidade.

(³) *O Livro de Cesário Verde*, Lisboa, 1926, pp. 72-73.

Motivos populares



culos mais delgados de que os filamentos representam reduções (dos folículos plenos, pelos delgados como perfis, até às hastes singelas dos filamentos; nestes, os duplos, divergentes, não serão mais do que os bordos de folículos estreitos);

4) — *Folhas*, espalmadas, quase circulares, ovais, recortadas, isoladas ou agrupadas;

5) — *Flores*: sobressaem as rosas, os malmequeres (figuras florais n.º 3) com folhas indicativas de qualidade: isoladas ou agrupadas, com folhas ou sem elas;

6) — *Corações* ou folhas em forma de coração: frequentemente, os corações foram copiados das vazas de copas das cartas de jogar, com a ponta para baixo (dir-se-ia quererem significar que «o trunfo é copas»), sempre encarnadas como na origem,

II — Sugestões do mar e da pesca:

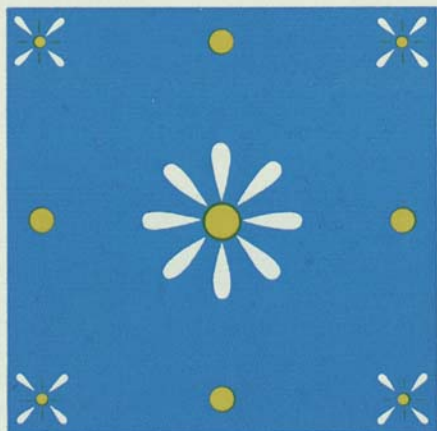
7) — *Ondas marinhas*: representadas por fitas sinuosas, a formarem faixa com alternativa de cores (azul-branco ou verde-branco);

8) — *Peixes*, um ou dois, que no centro são quatro a cantonarem em quadrado;

9) — *Barco* a navegar à vela;

10) — *Âncora*: azul forte.

Anéis e estrelas



III — Formas e sugestões avulsas:

11) — *Formas ocasionais e de fantasia*: faixas brancas ou róseas, que vão como bambinelas de meio a meio dos lados do «oleado», enrolando nesse lugar; massas de pontos, de anéis, de quadrados, de rectângulos em agrupamento, ora informe, sòmente para encher, ora com determinada ordenação; figuras afins de palmas e palmitos, etc.

★

Os «oleados» foram de várias cores; ainda aparecem alguns, muito gastos e de decoração danificada pelo uso, com a cor diferente da hoje dominante, que é o amarelo; uma ou outra, azul, lilás, talvez de vermelho descorado, passam nas canastras, nestas ruas de Lisboa, como notas desgarradas ou vislumbres de saudade.

Como nos outros produtos da «arte popular», os «oleados» manifestam a intenção decorativa do povo pelo aformoseamento das suas coisas utilitárias. O «oleado», colocado em cima de uma canastra, posta à cabeça de uma vendedeira de peixe, tanto atingia o seu fim quando tivesse recebido decoração como quando fosse dela desprovido. Num e noutro caso, o efeito de protecção da mulher era o mesmo; e por aí andam alguns oleados, que nenhum arranjo decorativo apresentam, e outros em que, se o tiveram, desapareceu com o uso e o tempo.

A decoração obedece a duas leis psicológicas: — a vanglória de quem a usa com o orgulho de «classe», e ninguém mais senão a peixeira usa o seu «oleado», — e a influência de símbolos, embora hoje desvanecidos mas evidentes, de alusões vivas a sentimentos pessoais (*flores emblemáticas, corações, silvas*) e também às actividades relacionadas com o trabalho da pescaria (*mar, peixes, âncoras, barcos*). Isto é: — «heráldica» de pro-

fissão especial e de quem a ela se aplica, — bem como protecção pessoal de quem a ela supersticiosamente recorre e se acolhe com toda a confiança nos símbolos e nos emblemas representativos.

Em postos de venda de peixe ao público vêm-se na porta, à laia de sinal ou tabuleta, alguns *oleados* dependurados (*). Não é preciso mais nada: quem passe e repare neles, e os conhece com a decoração colorida, já sabe: ali vende-se peixe.

Há também por sinal de venda, a substituir tabuleta, que o negócio de peixaria em loja própria, — ou não dei nunca por isso, — não teve jamais, em tempo algum, o *cesto* da venda à cabeça das peixeiras por Lisboa adiante.

E de falar quase subrepticamente de cesto vem à memória o esplêndido trabalho de D. Maria Helena Santos Silva, *O cesto* «estudo linguístico, etnográfico e folclórico» publicado em separata da *Revista Portuguesa de Filologia* (*). Tem o capítulo, aqui memorável especialmente, assim intitulado: «Cestos utilizados nos trabalhos da pesca» (*). Transcrevamos os passos iniciais.

— «Começarei por falar da região marítima de que consegui obter mais informações, que é a Figueira da Foz. Aliás, creio não variarem demasiado — a não ser nas designações, numa ou noutra região, — os cestos utilizados pelos pescadores.

«Os mais vulgares, em que se faz o transporte do peixe, são o *cabaz*, geralmente feito de madeira de castanho, e a *canastra*, também de madeira de castanho, usada pelas varinas na venda do peixe, e que varia de tamanho conforme a espécie de peixe a que se destina».

No «Glossário» do mesmo estudo, está assim definida a «canastra»: — «este termo não corres-



Esquema dos motivos e cores para a ilustração dos oleados

ponde a uma forma determinada, mas é geralmente aplicado a um cesto baixo, de forma oval, confeccionado com tiras de castanho» (*).

A canastra-canoa, baixa, achatada, de bordos grossos, longa, larga, leve, visivelmente estreitante nos extremos, prolongados e erguidos simetricamente, a corresponderem à proa e à ré: — aí está o esquema da canastra de Lisboa. Criou e fixou o tipo. Pertence à família generalizada em todo o

(*) Em outras casas de venda os oleados são substituídos modestamente por panos de serapilheira.

(*) *Revista Portuguesa de Filologia*, publicada pelo «Instituto de Estudos Românicos» da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vols. IX e X, 1959 e 1960: edição da separata em 1961.

(*) Id., vol. IX, pp. 267-268, sep. 53-54; a pág. 268, (sep. 15), apresenta, na fig. 15, a «canastra» da Figueira da Foz.

(*) Id. *Revista*, vol. X, pág. 254, sep. 224.

litoral, a que se refere e como o faz a autora do livro citado. As *varinas* típicas, autênticas pela origem natal e pelo domínio profissional, transmitiram mais tarde o modelo às mulheres que se entregavam à venda do peixe nas ruas, — as *peixeiras*, como hoje vulgarmente se chamam as «mulheres do peixe», qualquer que seja a origem delas e por oposta ou muito diferente que tenha sido o seu anterior modo de vida (*).

Actualmente mantém-se a forma da canastra. Os oleados ainda conservam na cor o predomínio do amarelo. Estão, porém, a ser substituídos por impermeáveis de plástico, pela maior parte coloridos de vermelho intenso, embora ainda, por simpatia, apareçam alguns amarelos também. Não osten-

tam a decoração dos oleados; se algumas destas coberturas procuram manter as tradições, fazem-no com uns «rabiscos» serpenteados sem significação própria; os restantes não oferecem interesse artístico algum; adaptam-se apenas à aplicação utilitária sem honra nem glória, em anonimato integral, de proteger a portadora da canastra com o peixe.

(*) Depois da segunda guerra mundial, com a afluência de muita gente da Província a Lisboa e devido às alterações profundas na vida económica da população de Lisboa, muitas mulheres dedicaram-se à venda de peixe, com as canastras e outros dispositivos de transporte; e substituíram, sem características distintivas, na continuação dos anos, as bem típicas «varinas».

*Motivos marítimos nos oleados
(cantos e centros)*





RIBEIRA — O PEIXE FRESCO
E ACAMADO NOS OLEADOS



O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(CONTINUAÇÃO DO N.º 98)

SERVINDO DE PRESIDENTE — O VEREADOR
MAIS VELHO, LUÍS BOTELHO DA SILVA VALE

(1779-1785)

ERA caótico o estado financeiro da Câmara nos últimos anos do Consulado do Marquês de Pombal. Os empréstimos avultados e contínuos feitos pelo Senado à Coroa levaram aquela ao descalabro, quase à ruína. Tal estado de coisas conduziu à vergonhosa situação de ser nomeada — verdadeira tutela à administração municipal — uma Junta de Fazenda, com administração e jurisdição directiva e separada do Senado (¹). A presidência com-

petia ao presidente da Câmara e compunha-se de três ministros, ou vereadores, nomeados pelo rei, o tesoureiro geral, o escrivão da fazenda e o contador-geral do Senado. Foi, sem dúvida, uma tutela dada à administração do filho do enérgico estadista, isto já em 1773.

(¹) *Colecção de Legislação Portuguesa*, pelo desembargador António Delgado da Silva.

Em 8 de Agosto de 1778 (*), por se ter reconhecido que não havia dado resultado a nomeação periódica dos vereadores, voltam estes a ser vitálícios e escolhidos entre os Desembargadores dos Agravos. Já então o 2.º conde de Oeiras não dava ao Senado a assiduidade necessária. No ano seguinte retira-se, sem a publicação de qualquer carta régia, da gerência municipal. Teria esta súbita retirada do 2.º conde de Oeiras qualquer ligação com o pedido de seu pai de intervir junto da rainha viúva para uma protecção? D. Mariana Vitória já então se encontrava em Espanha. Segue-se a conhecida defesa do decreto marquês. O escândalo avoluma-se: as acusações sucediam-se, a ponto do próprio governo mandar, por decreto, pôr cobro aos desmandos de linguagem, por atentatórios das prerrogativas régias. A situação do Henrique José Maria de Carvalho e Melo tornara-se difícil—a razão compreende-se. Diz-nos Latino Coelho «que a sua presença em públicas solenidades era já então notada com assombro».

A mais importante cerimónia onde apareceu foi nas três touradas do Terreiro do Paço em 1777, quando da aclamação de D. Maria I. E Latino Coelho acrescenta ainda que o «moço Conde» foi «por um acto de arrogante patronato elevado ao lugar de presidente do Senado da Câmara de Lisboa, officio igualmente invejável pelo seu alto predicamento e pelos acrescidos proventos com que era remunerado».

Que razões se teriam oposto à normal substituição do presidente do Senado? Cinco anos decorreram. D. Maria e o seu governo, abandonada a Câmara pelo 2.º conde de Oeiras, não designam o primeiro magistrado da capital. Por confiança absoluta no vereador mais velho, o desembargador Luís Botelho da Silva Vale (?): O que é certo é que em todo este interregno foi o Dr. Luís Vale, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação quem assumiu a presidência do Senado, como o demonstram todos os *assentos* havidos em sessão, inclusive os da confirmação da posse de novos vereadores.

No entanto, não é ousadia afirmá-lo, o verdadeiro presidente da Câmara, senão na administração directa do Concelho, mas da limpeza, segurança e iluminação da cidade, na sua hygiene e na própria reconstrução de Lisboa, nas suas finanças,

o verdadeiro dirigente da gestão do Senado era o Intendente Pina Manique, que em 1759 havia sido nomeado Juiz do Crime do Bairro do Castelo (4) e em 1780 é designado para o alto cargo de Intendente Geral da Polícia e Corte do Reino (6). Desde então a actividade e esclarecida visão, o entusiasmo e dedicação à cidade de Pina Manique obscurecem quase por completo a acção do Senado. Muitas das atribuições e prerrogativas da Câmara passaram, sem qualquer atitude reclamatória da vereação, para a Intendência. Esta seria, de facto, uma das razões que teriam conduzido a rainha a não nomear neste período nenhum presidente do Senado? O «choque» de atribuições dar-se-ia decerto, como várias foram as questões havidas com os seus superiores e entre eles o próprio duque de Lafões, parente da rainha. Para uma melhor explanação dos benefícios recebidos pela cidade neste espaço de tempo em que a Câmara era presidida, como afirmámos, pelo vereador mais velho, vejamos os «campos de acção» nos quais a enérgica vontade e espírito de iniciativa de Pina Manique intervieram.

Um dos principais aspectos da actividade do Intendente foi, decerto, o da limpeza da cidade. Lisboa sofria ainda os arrastados prejuízos do terramoto. Morosamente, como temos afirmado, corriam os trabalhos de reconstrução. As receitas eram, como não é difícil calcular, insuficientes para obra tão avultada. Erguidos os principais edifícios públicos, escasseavam os meios para o arranjo das ruas, a abertura necessária de outras, o saneamento da cidade. O êxodo que após o terramoto recaiu da Província sobre a capital, encheu-a de malfeteiros, de indesejáveis. E por muitos anos a grande metrópole joanina haveria ainda de sofrer as causas tremendas da calamidade maior que a bela cidade do Tejo suportou em todos os tempos. Lisboa apresentava, de facto, neste último quartel do século XVIII, um aspecto deplorável, lastimoso, que os estrangeiros não deixavam de maldizer, esquecendo-se da miséria em que o sismo de 55 transformara a cidade, e esquecendo-se da grandiosa obra dos técnicos de Pomal, das medidas legislativas e da acção de Sebastião José de Carvalho e Melo, discípulo do famoso Colbert, de quem recebera decerto as grandes linhas directivas e legislativas. Detenhamo-nos

um pouco na esclarecida observação de Matos Sequeira, quando escreve (*): «O meio século pombalino não trouxe novos horizontes às liberdades individuais segundo o conceito que havia de ditar leis no século XIX, ainda na sua primeira metade. Mas a despeito do despotismo ou não, da dureza de Sebastião José de Carvalho e Melo, a cidade pombalina tomou aspectos sorridentes e alacres e o homem pôde ser mais sociável. O Passeio Público — que é um símbolo — não teria sido possível no reinado anterior. Ele constituiu um quadro de costumes lisboetas, que reflectem a maneira de ser de uma cidade renascida das cinzas... Era o «Passeio» um simples trato de terreno, convertido em aprazível jardim, desafogo para a população, uma aguarela ao centro da cidade, e que pouco a pouco se foi aformoseando até se tornar o centro de reunião de todas as classes, um retiro de divertimentos e de saborosos costumes lisboetas».

Mas retrocedamos ao aspecto desagradável que Lisboa apresentava nestas últimas décadas de setecentos, verdadeiro reduto de gatunos, de malfatores, de estropiados físicos e morais, da libertinagem escandalosa das mulheres públicas — espectáculo deveras degradante para uma metrópole que atingira as culminâncias do maior império do mundo, mas fruto ainda, nunca é demais repeti-lo, do traumatismo não só material, mas moral, que o terramoto havia produzido. À grandiosa obra de prancheta, de régua e de esquadro, à tenacidade de uma reconstrução imediata, haveriam de seguir-se medidas de saneamento das ruas, no seu aspecto social, da promiscuidade das baúcas e velhas barracas, das alfurjas escondidas ainda nesta ou naquela ruína. E é Pina Manique que, decidida e tenazmente, inicia a árdua empresa. Em 8 de Janeiro de 1780 um decreto dá ao Intendente plenos poderes para a obra em questão: da capital são retirados todos os indigentes e ciganos, bem como os estrangeiros indesejáveis (†); determina o afastamento da zona da «Baixa» das mulheres indesejáveis, e o seu registo e fiscalização sanitária (*), proibindo-lhes ao mesmo tempo a frequência de certos lugares públicos. A falta a estas determinações implicava a clausura na Casa da Torre do Castelo.

Neste mesmo ano de 1780, após constantes insistências de Pina Manique e da intervenção pode-

rosa da corte, é autorizado o Intendente a instalar nas ruínas dos antigos Paços da Alcáçova e dos quartéis velhos do Castelo de S. Jorge, dois Albergues (um para regeneração de homens e o outro para as mulheres) (†). A obra é deveras notável e digna de registo nos anais do Município da capital. Com uma tenacidade espantosa Pina Manique transforma, em pouco tempo, a nova instituição, com suas oficinas e teares para mulheres, os estabelecimentos para a educação e manutenção de menores delinquentes e de órfãos, casas para os mendigos, aulas de desenho, de estudo de fortificação, de geometria e de artes fabris. Juntamente começara a funcionar o Colégio de S. Carlos, onde as crianças aprendiam várias disciplinas não só de ciências e de gramática, como ainda de alemão, inglês e francês; igualmente se ministrava o ensino das artes fabris. A criação, por outro lado, da Academia do Nu e da Academia de S. Lucas (alta geometria, ciências matemáticas e mecânicas, como ainda de Medicina, Cirurgia e Enfermagem) demonstram só por si a grandeza da obra que Lisboa jamais poderá esquecer.

A cidade infestada de maltrapilhos e de ociosos, de vagabundos e malfatores, de contrabandistas e desertores, necessitava com toda a urgência de um corpo de guardas capazes de manterem a neces-

(*) *Livro de cons. e dec. da Rainha D. Maria I*, fol. 194.

(†) Nomeado em 20 de Agosto de 1778. Durante este interregno foram nomeados dois vereadores extraordinários: António Bernardo Xavier Percile e Manuel António Frsire de Andrade, ambos por alvará de 6 de Maio de 1784 e de harmonia com o decreto de 26 do mês anterior, que determinava a nomeação de dois vereadores extraordinários para «substituírem os que estavam impossibilitados».

(*) «Aos três dias do mês de Novembro de 1759 anos nesta cidade de Lisboa, em o Senado da Câmara dela pelo desembargador Gaspar Ferreira Aranha que serve de Presidente foi dado juramento e posse ao Bacharel Diogo Inácio de Pina Manique para por três anos servir o lugar de Juiz do Crime do Bairro do Castelo, etc. (*Livro 7 de Assentos*, fls. 73 v.).

(†) A Intendência havia sido instituída por alvará de 23 de Junho de 1760 e em 21 de Outubro de 1763 a Lei da Polícia (o primeiro Intendente foi o desembargador António Ferreira Souto e depois o desembargador António Gonçalves de Miranda).

(*) *Lisboa, Oito Séculos de História*, vol. II, págs. 516 e 517.

(†) Edital de 17 de Maio de 1780.

(*) *História da Prostituição*, de Francisco Inácio dos Santos Cruz.

(†) Sobre a fundação da Casa Pia não nos alongamos em pormenores, visto o assunto estar profundamente estudado já por vários autores. Salientamos entre eles o bibliógrafo de Pina Manique, Senhor F. A. Oliveira Martins. Sobre o Castelo de S. Jorge, ler o admirável estudo do Eng.º Vieira da Silva e a obra do autor: *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova*.

sária ordem. E é ainda Pina Manique que esforçadamente se decide a pôr termo a tal estado de coisas, vergonha da cidade perante os que a visitavam e campo aberto a roubos e assassínios, o que trazia a capital deveras alarmada. O serviço de segurança apenas estava entregue a dois alcaides e cinco homens de vara. As forças do exército não intervinham em qualquer escaramuça ou roubo; e estes recrudesciam a ponto dos próprios moradores, armando-se, servirem de agentes de autoridade. Mas o Intendente não desiste: expõe os factos às autoridades do Governo e do Exército. O Senado, quase inexistente, nada podia fazer, e daqui poder-se-á talvez vislumbrar a consequência da falta do Presidente da Câmara. Quem se exporia a enfrentar tão crítica situação e, mais ainda, quem desejaria tomar as rédeas do governo da cidade, colaborando com Pina Manique, o homem da inteira confiança da côrte e inimigo terrível?

Consegue, o Intendente, como medida provisória, «que se façam, em noites sucessivas, nos vários bairros da cidade, rusgas gerais para prisão dos sem profissão conhecida, de quem deveria ter assente praça no exército ou na armada, dos soldados que durante a noite fossem encontrados em traje civil» (19). Mas não eram apenas estas as medidas que Pina Manique ambicionava. Consegue ainda que o Governo autorizasse o tenente-general a fornecer um número (embora insuficiente) de soldados. Estes foram, de facto, os primeiros «guardas» da cidade, isto é, da Guarda Real da Polícia (*os nocturnos*) que o príncipe-regente criaria por decreto de 10 de Dezembro de 1801 (21). Estava vencida uma grande batalha para o saneamento social da cidade.

Qual a intervenção do Senado, o seu auxílio financeiro? Paupérrimos os seus rendimentos, não ficou o Senado alheio aos grandes benefícios que Pina Manique, com o auxílio moral do Governo de D. Maria I, ia introduzindo na cidade. Dele recebe o Intendente ordens a fim de se entender com a vereação para o estudo de um plano de finta geral a lançar sobre os habitantes de Lisboa, não só destinada à guarda de polícia, mas ainda para a iluminação da cidade, do que mais adiante falaremos. De facto, embora alargado a outros trabalhos, é expedido ao Senado, em 20 de Maio de 1780, um decreto (22) sobre a aplicação

da contribuição dos *reais e realetes* da carne e do vinho, determinando a passagem do seu produto para a Intendência Geral da Polícia. Esta avultada importância seria destinada às despesas de reedificação e construção das pontes, calçadas e fontes, bem como à limpeza das ruas desta «corte e seu termo».

Não acusam os documentos do arquivo municipal as sérias desavenças então havidas entre as duas entidades. Mas certamente as haveria, ciosa, como sempre, a Câmara dos seus direitos e das suas tradicionais prerrogativas. E tanto mais que a própria administração destes rendimentos passou automaticamente para as mãos de Pina Manique que, desde logo, estabeleceu na Alfândega das Sete Casas, uma contadoria que teve como inspector Francisco Pedroso das Chagas e Oliveira. Meticuloso e exigente na defesa dos dinheiros públicos, não se recusa o Intendente a abrir inquéritos e devassas sobre os descaminhos e abusos até então havidos na cobrança das receitas (23). Embora não tenhamos elementos para afirmar quanto teria aumentado a receita transferida da Câmara para a Intendência — que orçava então em 63 500\$000 réis anuais — certos estamos que o enérgico «ditador» da Lisboa de então com uma rígida fiscalização teria conseguido um acréscimo considerável. De outra maneira se não justificam as enormes despesas então feitas, com base nesta cobrança. A determinação explícita no decreto — aplicação desses dinheiros somente em obras de limpeza — foi desde logo alterada. Sem qualquer troca de documentação entre o Intendente e o vereador-presidente, Luís Botelho da Silva Vale, Pina Manique aplica desde logo a receita arrecadada nas instalações dos vários estabelecimentos da Casa Pia, sobretudo nas dos albergues, e na iluminação da cidade.

★

Vinha de longe já o direito do Senado de cobrar o imposto denominado *Real de água e Realete* (24). A sua origem remonta ao reinado de D. João I e incidia primeiramente sobre a venda do vinho, e o seu produto era destinado à construção da Vila Nova (bairro judaico), que havia ardido quando do cerco castelhano (25). E — nota curiosa que bem demonstra a autoridade dos *homens bons* de então, dos seus vereadores e pro-

curadores, ciosos dos seus direitos e defensores acérrimos do teor das cartas régias e das decisões havidas em *Conselho da Câmara*, em comparação com a atitude da vereação de 1780 — conta-nos Freire de Oliveira ⁽¹⁶⁾: Não obstante ter sido criada para ocorrer a um melhoramento local, pela sua importância, esta renda desde logo despertou a atenção do poder soberano, que algum tempo depois deitou mão dela, em consequência das *muitas necessidades que sobrevieram*, e a despeito da carta na qual prometera nunca tornar a dita imposição. Em resultado deste abuso, os vereadores recorrem, no reinado seguinte. D. Duarte dá razão à Câmara, mas embora reconhecendo-lhe a justiça com que a cidade reclamara os seus direitos, restitui-lhe somente metade desse direito. Porém, os tempos eram outros; o que à cidade pertencia, teria de pertencer mesmo. É de destacar — o que temos sempre feito neste trabalho — a varonil e nobre atitude que nunca faltou ao Senado durante séculos e perante o poder absoluto dos reis e as resoluções das cortes, sempre que estava em causa a defesa dos direitos do seu povo e as sagradas prerrogativas municipais. Prossigamos ainda o relato de Freire de Oliveira, o qual claramente demonstra a enérgica atitude desses verdadeiros homens bons que com tanta isenção e altivez defendiam os altos interesses da cidade que «descontente por ver como *nom era direito, nem rezom do seo lhe seer dado quasi metade e não todo*, depois da morte de D. Duarte e na regência do infante D. Pedro, por duas vezes reclamou em côrtes, pedindo a restituição por completo da imposição de Vila Nova, pois sua era». Somente, porém, nas cortes de Lisboa, de 1439, foi a cidade de novo investida na inteira posse da dita renda e respectiva jurisdição. Mas os anos decorreram e o imposto tornou de quando em quando a ser retirado da Câmara para a coroa, que por tempos o considerou como sua pertença. Seria longa a descrição da história da cobrança e dos direitos deste imposto. Limitemo-nos somente a recordar que os seus rendimentos foram através dos anos aproveitados de facto em obras de grande interesse para a cidade, como foram as da construção de chafarizes e abastecimento de água até ao Poço de João de Góis (1589); alargamento da Rua dos Ourives de Prata (1604);

obras da estrada para Mafra, abertura de ruas, e conservação de outras (reinado de D. João V). Mais tarde, em 1702, resolveu D. Pedro II mandar aplicar este imposto à limpeza da cidade e reparação dos caminhos públicos. Desde então o imposto passou a denominar-se *Realete da limpeza* ou simplesmente *Realete*. Necessário é acrescentar que deste tributo foram custeadas várias despesas alheias (como no caso de Pina Manique) ao fim para que foi lançado. Recordemos os auxílios do Senado à nossa Índia — facto que nos é grato rememorar e sobre o qual voltaremos a falar, noutra local e mais desenvolvidamente; pagamento das despesas com a vinda a Portugal de Filipe II; aprestos da armada de seu filho para reaver a capitania de Pernambuco; auxílio das despesas de uma guerra com a Espanha, em socorro da França e outras guerras que se seguiram durante o século XVII e necessária fortificação de Lisboa; pagamento de vinte e quatro mil cruzados para se levantarem na cidade e arrabaldes dois terços de infantaria e destinados a socorrer Olivença — outro facto de transcendente patriotismo do Senado de Lisboa que é de justiça igualmente recordar. «O povo de Lisboa — é ainda Freire de Oliveira que no-lo rememora — sofreu sempre com inevitável resignação os pesadíssimos encargos que os governos, e algumas vezes as circunstâncias fortuitas lhe criaram: a sua má fortuna, dirão outros porventura com mais razão. E foi assim que a capital correu, senão com todos, com uma grande parte dos cabe-dais para acudir às necessidades públicas em ocasião da peste ou de guerra, para custear as obras das fortificações, para completar o dote da infanta D. Catarina, dada em casamento ao rei Carlos II de Inglaterra e, ainda, em muitos casos, além de diversas despesas a que a forçavam, tais como nos actos solenes de regozijo ou de sentimento».

⁽¹⁶⁾ Pina Manique, o Político, o Amigo de Lisboa, de F. A. Oliveira Martins.

⁽¹⁷⁾ Falhara a primeira tentativa de Pina Manique quando, em 1793, quisera formar um corpo da Polícia Municipal, a que se opusera o Duque de Lafões.

⁽¹⁸⁾ Livro de cons. e dec. de 1780, fl. 97.

⁽¹⁹⁾ Pombalina, 461, pág. 174 v.

⁽²⁰⁾ Ler, sobre a origem da palavra, o *Vocabulário* de Rafael Bluteau.

⁽²¹⁾ *Crónica dos Reis de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão.

⁽²²⁾ *Elementos*, etc., vol. 1, pág. 178.

★

O que podemos neste trabalho destacar não é, pois, o desvio dos dinheiros recebidos do Senado por Pina Manique para outros fins que não fossem os consignados no próprio decreto, mas sim a inércia da Câmara, acéfala embora de um dirigente, e, portanto, inteiramente reduzida a um simples *serviço público* da Intendência Geral da Polícia, como décadas atrás o fora já, com repugnante servilismo, da vontade férrea de Pombal. Num e noutro caso, inércia que redundou em altos serviços prestados à cidade, é certo; mas, temos de reconhecê-lo, carência absoluta daquela integridade moral, altivez e nobreza de carácter, acérrima defesa do seu Povo, que sempre constituiu o verdadeiro apanágio do Senado da mui nobre cidade de Lisboa. Durante algumas décadas, meio século quase, o Senado, repetimos, mais não foi do que uma repartição pública cujos chefes se chamaram José Sebastião de Carvalho e Melo e depois Diogo Inácio de Pina Manique.

★

O saneamento e a limpeza da cidade ocuparam lugar de primeiro plano nas preocupações de Pina Manique, como igualmente o da iluminação pública. Quanto à limpeza das ruas de Lisboa, já várias vezes nos temos ocupado, no decorrer deste trabalho, como uma das obrigações que o Senado nunca descuro. A carência de uma rede de esgotos, os vestígios ainda do terramoto, e, sobretudo, a falta quase completa de fiscalização tinham de facto arrastado a cidade à degradação máxima de falta de higiene. Limpa a cidade da vadiagem, vigiada na medida do possível essa fauna terrível de gatunagem e de meretrizes, urgia tratar-se da limpeza das próprias artérias, cuja acção teve desde logo início no acabar de caes soltos—aspecto de que nos fala Beckford ao referir-se à abundância em Lisboa de caes vadios⁽¹⁷⁾. Machos com grandes seirões percorriam as ruas de Lisboa a fim de transportarem os lixos, muito embora começassem a aparecer algumas carroças, especialmente vindas de Londres. O problema — que sempre foi difícil — era bastante complicado, devido à configuração da cidade. No entanto, eficiente nas ruas de Lisboa nova, onde existia

já a ambicionada rede de esgotos. Todo o serviço era dirigido pelo administrador geral de limpeza, que conseguira o auxílio dos carros pertencentes aos proprietários das várias hortas do termo da cidade; os lixos eram recebidos e transportados «para as suas fazendas». Acabara-se o conhecido pregão de «água vai»? Não; por muitos anos ainda este serviço seria bastante deficiente, embora longe dos tempos das açacais e dos «galegos» que transportavam as imundícias para o Tejo.

★

No dia 15 de Dezembro desse ano, pleno de realizações, de 1780, o *Suplemento à «Gazeta de Lisboa»* publicava a seguinte notícia, que ficou marcando, na história da cidade, uma das suas datas mais assinaladas: «Por um edital do Intendente Geral da Polícia, que se acha fixado nos lugares públicos desta cidade, se faz saber que as principais ruas dela serão iluminadas desde o dia 17 deste mês. Sua Majestade houve por bem fazer a despesa dos lampeões, e cada morador das ruas, em que eles serão postos, deverá contribuir com um quartilho de azeite, em cada espaço de 27 dias».

O referido edital determinava ainda quais as ruas que, nesse dia 17, dia do aniversário de D. Maria I, deveriam ser iluminadas: Rossio, Rua Augusta, Praça dos Leilões, Rua Direita do Arsenal, Praça do Sodré, Ribeira Nova, Praça de S. Paulo, Rua Direita dos Remolares e Rua Nova de El-Rei. E o edital acrescentava: «como se pratica nas cortes mais civilizadas da Europa. Os candeeiros, desenhados pelo engenheiro Martinho António de Castro, foram executados», no prazo de dois meses e pelo preço unitário de quatro mil e oitocentos réis.

As dificuldades financeiras, como fácil é prever, foram desesperando Pina Manique. Mas o «teimoso» Intendente não desiste. Necessitava de, pelo menos, dois mil e seiscentos candeeiros. Do tributo do rendimento do *Realeite* não podia desviar qualquer importância, absorvida que estava com as instalações da Casa Pia e a limpeza e obras na cidade. Várias foram as «formas» apresentadas ao Governo de D. Maria I para se arranjar o dinheiro indispensável para que o ritmo de iluminação não parasse: o pagamento de certa

quantia por cada morador; por cada estabelecimento; imposto sobre o tabaco e as cartas de jogar; tributo sobre o sal, a cera e o azeite. Nenhum destes «processos» para conseguir o dinheiro indispensável para manter a iluminação da cidade — a exemplo, repetimos, do que já se praticava em Londres, Paris, Amesterdão, Madrid, Copenhague, etc., — foi outorgado a Pina Manique. Resultado: durante os anos de 1792 a 1795 o Intendente não mais se preocupou com tal problema. Lisboa continuava mergulhada em trevas.

Adiante veremos como, pouco a pouco, o Intendente resolveu esta grave situação.

★

As obras de reconstrução da cidade continuavam, porém, num ritmo lento. Erguem-se de novo alguns templos reduzidos a ruínas pelo terramoto; constroem-se vários arruamentos e praças⁽¹⁸⁾. É ainda a Pina Manique que a cidade ficou a dever este novo impulso dado à reconstrução de Lisboa. Finalidade: além de pugnar pelo arranjo da urbe, o Intendente teve ainda em vista (de acordo com Sousa Coutinho, do Governo de D. Maria) arranjar trabalho aos vadios e desempregados que infestavam as ruas de Lisboa.

★

Neste período de tempo Lisboa beneficiou de uma nova divisão paroquial, considerada que foi, imperfeita a divisão havida em 1770. Por proposta do cardeal D. Fernando de Sousa e Silva o Governo ordenou, por alvará régio de 19 de Abril de 1780, algumas alterações à divisão paroquial anterior. Houve então as seguintes alterações:

«*Santo André*, voltou para o seu primitivo local, perto do Castelo de S. Jorge, e para a sua primeira matriz, ficando aproximadamente com o mesmo antigo distrito;

Santa Isabel e Nossa Senhora da Lapa — aumentaram os seus territórios com parte do da freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte, que se extinguiu; *Santa Joana* (mudou a invocação para Coração de Jesus) — a sua sede passou, transitóriamente, em 1780, para a igreja de um hospício na Rua de

Santa Marta, onde se conservou durante a construção da nova igreja paroquial, cujas obras terminaram dez anos mais tarde, em 1790.

S. Jorge — trasladou-se para o Sítio de Arroios, aproximadamente com o território que tinha sido anexado em 1770 à freguesia de Santo André; a sua sede provisória instituiu-se na mesma ermida de Santa Rosa do Lumiar, onde havia estado provisoriamente a matriz de Santo André na casa dos herdeiros dos senhores de Murça, enquanto se não instalou em igreja própria. O seu território foi destacado do das freguesias dos Anjos e dos Santos Reis Magos do Campo Grande; *S. Pedro* (em Alcântara) — o distrito da freguesia foi ampliado para o lado oriental da Ribeira de Alcântara, à custa de uma porção do território da freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte, que se extinguiu, e que anteriormente havia pertencido à de Santos;

S. Salvador (Senhor Jesus da Boa Morte) — voltou para o seu antigo local, em Alfama, com a antiga igreja, ficando com o mesmo distrito. A freguesia com a invocação de Senhor Jesus da Boa Morte extinguiu-se, e o seu território distribuiu-se pelas freguesias de S. Pedro em Alcântara, Lapa e Santa Isabel⁽¹⁹⁾.

Tanto com este diploma, como de harmonia com o anterior, de 1770, haviam-se criado neste último quartel de setecentos duas novas freguesias: a de Santa Joana (depois Coração de Jesus) e a de Nossa Senhora da Lapa; foram trasladadas: S. Jorge, S. Pedro, S. Mamede e S. Bartolomeu; mudaram para novos templos as suas sedes as freguesias de Nossa Senhora dos Mártires, Santa Justa, S. Julião, S. Nicolau e Nossa Senhora da Conceição.

Ao todo, Lisboa possuía, então, 40 freguesias, incluindo a de Nossa Senhora da Ajuda.

★

Outro facto, embora de somenos importância, devemos assinalar neste ano de 1880, tão pródigo de acontecimentos para a cidade: a saída da Casa

(17) Os casos de raiva multiplicavam-se, o que levou a decretar-se a obrigação de todos os cães estarem presos e com coleira onde se inscrevia o nome dos donos.

(18) Entre outras a Praça do Salitre e a Praça da Alegria.

(19) *Dispersos*, vol. I, pág. 201, de Vieira da Silva

da Câmara «da sua legítima moradia, logo seis anos depois dela haver tomado posse» (20); com a data de 5 de Agosto, o secretário de Estado, visconde de Vila Nova da Cerveira, remete à vereação da Câmara o seguinte aviso (21): «Sua Magestade he servida que o Senado da Camara mande logo desembaraçar as cazas pertencentes a esse tribunal que apontar Simão Martins, veador de Sua Magestade, deixando-as armadas do modo que se achão, executando a este respeito tudo o que o dito Simão Martins lhe apontar». Outro aviso (22), este de 8 de Agosto, determinava o desalojamento imediato. Era o que hoje se poderia chamar uma verdadeira *ordem de despejo*. A Câmara era, assim, retirada da sua própria casa, «passando a fazer interinamente o seu expediente na Casa da Índia e acomodando-se no melhor modo que lhe for possível para o que se entenderá V. Ex.^a com o Provedor da mesma Caza a fim de se poderem ajustar as difficuldades occorrentes. . . ».

Razão de tal facto? Demonstram-na os autores de «As Casas da Câmara de Lisboa» (23), baseados nas informações de José Pedro Ferraz Gramosa (24) e no Dr. Caetano Beirão (25): a necessidade de D. Maria I tomar os banhos das Alcaçarias, em Alfama. Sabido é que durante o decénio 1780-1790 a corte habitava ou no Paço provisório da Ajuda, ou então, no de Queluz, Salvaterra e Vila Viçosa. A designação, claro está, que nos aparece, por vezes, mencionada de Palácio Real do Terreiro do Paço, é de veras hiperbólica. As casas que D. Maria I fora habitar situavam-se, já antes de 1780, entre as Ruas Áurea e Augusta. «Não passava de uma série de dependências, em dois pavimentos, que tinham sido utilizados por vários serviços públicos, como a Junta do Comércio e o Conselho da Real Fazenda». O que está provado é que o então chamado «palácio de Lisboa», já existia antes do Senado desocupar as suas dependências. A asserção é baseada muito simplesmente na data de 9 de Outubro de 1780, aposta num alvará da rainha e expedido do «Palácio de Lisboa», isto é, três

meses depois de terem ordenado a saída do Senado. O que é certo é terem-se então feito duas passagens que ligavam as dependências do actual Ministério da Justiça às casas do Senado, e que atravessava a Rua Áurea.

Muito embora não tenha interesse para este trabalho a descrição—aliás já feita noutras obras (26)— dos Paços ocupados na Praça do Comércio, por D. Maria I, é curioso citar o passo de uma das cartas do diário de Beckford (27), datada de 25 de Novembro de 1787: «Fiquei em casa a compor *seguidillas* até passar a hora da missa, depois, metendo-me na sege portuguesa dirigi-me para o Paço, na Praça do Comércio, e subi para os aposentos do marquês (28). Toda a sua família ali estava reunida para jantar com ele. Se não fosse o lembrar-me da minha própria partida, teria sentido na companhia daquela gente um consolo e uma felicidade como havia muito não experimentava». E mais adiante acrescenta: «Agarraram-se, firmes, a cada uma das minhas mãos, e, desatando a correr como galgos, ao longo dos vastos corredores do Palácio, levaram-me consigo para uma varanda que domina uma das maiores vias públicas de Lisboa. A tarde estava deliciosa e andava na rua uma grande multidão, de todas as classes, cores e nações, etc. . . . Desalojada a Câmara da sua própria sede, foram os seus serviços ocupar, como refere o *aviso* que transcrevemos, a *Casa da Índia*, situada no extremo oriental da Praça do Comércio, com entrada pela Rua da Alfândega. E ali se conservou até 1786.

(Continua)

(20) *Casas da Câmara de Lisboa*, por Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, pág. 117.

(21) *Livro IV do cons. e dec. de D. Maria I*, fl. 204.

(22) *Idem*, fl. 207.

(23) *Idem*, págs. 119 e 120.

(24) *Memórias Históricas, Políticas e Sociais*.

(25) *D. Maria I*.

(26) Muito principalmente nas *Casas da Câmara de Lisboa*, obra citada.

(27) Edição da Empresa Nacional de Publicidade, pág. 265.

(28) Marquês de Marialva.



ACTO DE POSSE DO NOVO. MAGISTRADO DO 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Sr. Dr. José Correia de Oliveira Abranches Martins foi designado para ocupar o 2.º Juízo do Tribunal Administrativo da C. M. L. Escolha acertada, sob todos os aspectos, como salientou o Sr. General França Borges, ao dar posse ao magistrado. Primeiro pelo facto da nomeação implicar a ampliação daquele tribunal, permitindo dar andamento aos processos acumulados e, conseqüentemente, melhorar as condições de ministrar a justiça, com vantagens evidentes para o Município e para os municípios. Segundo, por o novo magistrado não ignorar as obrigações a seu cargo. É que, antes, desempenhou no juízo existente as funções de delegado, de onde saíra na altura da sua promoção. Regres-

sava para ocupar o importante posto em que era empossado. Conhecia o tribunal, conhecia os problemas, conhecia as implicações do importante cargo para que fora escolhido. Além do mais, estava integrado no espírito camarário de bem servir Lisboa. No Tribunal Administrativo, respeitando-se a justiça, também se contribuía para a boa administração da cidade. Todos os motivos apontados diziam da escolha acertada do Sr. Dr. José Correia de Oliveira Abranches Martins.

O magistrado, ao agradecer as referências, afirmou o seu desejo de corresponder à confiança traduzida pela nomeação e pelas palavras do Presidente da C. M. L.

Por exigências da sua actividade profissional deixou de colaborar nesta publicação, como assistente gráfico, o apreciado artista José Espinho, funções que desempenhou desde o primeiro número.

A sua sensibilidade, invulgar bom gosto e conhecimentos técnicos concorreram para a valorização desta Revista em termos que a Direcção não pode deixar de muito justamente evidenciar, com bem merecido agradecimento pela colaboração prestada.

JOSÉ ESPINHO



O TERRAMOTO DE LISBOA
DE 1 DE NOVEMBRO DE 1755

Por GIANCARLO ROSCIONI-GIULIANA SCUDDER

GOETHE — A minha vida despreocupada de criança foi pela primeira vez profundamente perturbada, quando tinha seis anos, por um acontecimento de ressonância mundial. Talvez nunca, antes disso, o demónio do medo houvesse difundido tão rapidamente e com tal potência o horror em toda a Alemanha. O menino que ouvia comentar por todos o que sucedera ficou tremendamente agitado. Deus, o Criador e Protector do céu e da terra, Deus, o Omnisciente e o Misericordioso, mostrara-se bem pouco paterno para com os homens, ferindo ao mesmo tempo os justos e os injustos. E em vão a jovem mente procurava combater este pensamento; de resto, nem os teólogos mais subtis conseguiram encontrar explicação satisfatória para semelhante calamidade.

NARRADOR — Com estas palavras recorda o velho Goethe o eco suscitado pelo terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755. Terramotos ainda mais violentos e catastróficos, houvera-os durante a sua longa vida; e hoje pode mesmo dizer-se que em comparação, por exemplo, com os que no nosso século arrasaram Tóquio, São Francisco e Messina, o terramoto de Lisboa de 1755 não foi decerto dos mais espantosos. Contudo, nenhum suscitou tão extenso sobressalto de temor nem tal perplexidade e discussões entre filósofos, homens de ciência, teólogos e políticos: as palavras de Goethe mais não fazem do que confirmar o testemunho de inúmeros escritores ilustres e obscuros que narraram ou comentaram o infortúnio de Lisboa.

Não poucos factores contribuíram para criar, para além das referências à trágica realidade dos factos, o mito deste terramoto. Lisboa, porto voltado para as Américas, era então uma cidade fabulosamente rica. Mercadores ingleses, alemães, holandeses e espanhóis ali possuíam naus e armazéns que foram em grande parte destruídos pelo abalo sísmico; sobretudo os ingleses, que monopoliza-

vam sectores inteiros do comércio português, sofreram consideráveis perdas. Mas, em maior ou menor medida, toda a Europa foi afectada.

O terramoto apresentou, além disso, um singular carácter epidémico. Os abalos sísmicos, perdendo embora progressivamente intensidade e frequência, repetiram-se em Portugal durante vários meses e, se bem menos sensivelmente, foram notados em Espanha, na Alemanha, na Normandia, na Bretanha, em Lyon, em Strasburgo, na Suíça e na Itália do Norte.

Lisboa era, enfim, uma das capitais do mundo católico e a sua Inquisição talvez a mais famosa da Europa. A destruição do edifício onde ficava a sede da Inquisição forneceu pretexto a comentários e polémicas nos países protestantes, e não faltaram as respostas do lado católico.

O carácter religioso e católico de Lisboa reflectia-se, de resto, até na estrutura arquitectónica da cidade. O que mais impressionava o viajante que chegava por mar eram os campanários que apontavam para o céu, numerosíssimos, por entre as casas: Lisboa contava mais de 40 paróquias, muitas outras igrejas e para cima de 90 conventos. Outra característica da cidade, e talvez a mais curiosa, consistia no singular aspecto que lhe davam as suas casas de ressalto. Assim a descrevia no seu diário Henry Fielding, que ali aportou em 1754, ou seja, um ano antes do terramoto:

FIELDING — Diz-se que Lisboa, em cujo porto ancorámos, foi construída sobre sete colinas, como a antiga Roma; mas do mar nada disso se distingue, senão que dali se vê uma só alta e vasta colina ou rocha com as casas acasteladas umas sobre as outras e a tal ponto perpendiculares e íngremes que nos aparecem como que apoiadas nos mesmos alicerces.

NARRADOR — Não causa surpresa que numa cidade assim feita o terramoto tenha provocado destruição quase geral; os habitantes de Lisboa, antes

mesmo de se darem conta do que acontecia, encontravam-se no meio das ruínas. Eis como o mercador inglês Thomas Jacomb descreve o cataclismo numa carta ao *Gentleman's Magazine*:

JACOMB — Cerca das dez da manhã, eu, Thomas Jacomb, encontrando-me na minha casa de campo dos arredores de Lisboa, adverti o início do terremoto e corri imediatamente a casa do sr. Montgomery, que, sem delongas, me disse que fosse com ele para o pátio; e, mal lá chegámos, víamos aluir o Palácio da Inquisição, as Cortes, o Palácio dos Duques de Cadaval e a minha casa; a terra tremia a tal ponto que mal nos aguentávamos de pé; ouvia-se um estrondo tão formidável que julguei que tivesse chegado o Dia do Juízo Final. O abalo prolongou-se por três ou cinco minutos, durante os quais se ergueu tal polvoreda que cuidei sufocar... Um quarto de hora depois, verificou-se outro abalo, e, passada meia hora, ainda outro, e, por volta do meio-dia, terceiro, mas nenhum tão violento como o primeiro.

NARRADOR — A que particulares circunstâncias se deve atribuir o elevado número de vítimas, explica-o uma carta de outro inglês, que escapou à morte: o sr. Chase:

CHASE — Era o dia de Todos os Santos, data festiva em Portugal, e todos os altares estavam iluminados com numerosos círios. E, precisamente na altura em que as igrejas estavam apinhadas, a maior parte delas desabou. Até nas ruas se via um caudal de gente enlouquecida que ia para a igreja ou de lá voltava, e muitas dessas criaturas provavelmente morreram em consequência do desmoronamento das casas. Seria impossível descrever o horror e o medo que se seguiram ao primeiro abalo. Muitos salvaram-se em barcos, enquanto outros encontravam no mar a morte de que procuravam fugir. Diz-se que o rio transbordou e que nele se formaram vagas enormes, retirando-se do leito e logo tornando sobre a mar-

gem, ora ameaçando submergir a cidade baixa, ora deixando os navios praticamente a seco e revelando escolhos até então desconhecidos.

NARRADOR — Era convicção de todos que chegara o fim do mundo, e não só os feridos e os moribundos, mas também os sãos, sentindo-se a todo o momento em perigo de vida, se arreceavam de morrer sem terem tido tempo de se confessar. Onde quer que os sacerdotes e os frades dispensassem sacramentos e absolvições se formavam improvisados préstitos.

Um frade capucho italiano, Frei Illuminato, testemunha ocular do terremoto, explicava algumas semanas depois, numa carta a uma freira, como tudo isto contribuiu para tornar ainda mais luttoso o dia 1 de Novembro:

FREI ILLUMINATO — Muitos, em vez de buscarem abrigo longe, afastando-se do perigo, corriam ao seu encontro. Pois em lugar de fugirem das igrejas e dos oratórios, julgando-os em tal ocasião único asilo para o grande perigo que os affligia, como noutras ocasiões de catástrofes, corriam justamente para os oratórios e para as igrejas, e assim fazendo iam encontrar essa mesma morte que evitar buscavam.

NARRADOR — Católicos e protestantes estavam unidos num comum sentimento de religioso terror. Jacomb pinta a piedade e a angústia da multidão portuguesa com mal velada ironia:

JACOMB — A fuga dos portugueses, tal como a vi, pode comparar-se, sob certo aspecto, ao incêndio de Tróia. Assim como então os troianos se preocupavam com os lares, suas divindades domésticas, assim em Lisboa não se via na rua homem ou mulher sem um crucifixo, uma imagem da Virgem ou de Santo António ou de outros santos, abraçando-os e invocando salvação. Dei-me conta de que até a senhora Graves compartilhava a opinião geral de que chegara o Dia

do Juízo, e, tentando eu persuadi-la do contrário, disse-me que não valia a pena discutirmos por isso, pois era provável que os depósitos de pólvora vizinhos explodissem de um momento para o outro.

NARRADOR — O rei D. José Manuel de Portugal e a família real ficaram ilesos; encontravam-se na residência de Belém, a pouca distância de Lisboa, e, tendo o palácio sido muito danificado, acomodaram-se em barracas de campanha, e nessa situação permaneceram mais de nove meses, prova de que nem só a arraia miúda foi tomada de terror. O sr. Castres, enviado especial do Governo britânico, fez uma primeira visita ao rei logo após a catástrofe:

CASTRES — Como as estradas ficaram impraticáveis nos primeiros dias, só hoje tive a honra, juntamente com o sr. de la Calmette, de apresentar as minhas homenagens ao rei de Portugal e a toda a família real, em Belém; encontrámo-los acampados, pois nenhum dos palácios reais está em condições de os proteger; o rei recebeu-nos mais serenamente do que esperávamos. A rainha mandou-nos dizer, em seu nome e de todas as jovens princesas, que nos agradecia a atenção, mas que, encontrando-se acampada e em trajes impróprios para aparecer em público, esperava que de momento a dispensássemos de receber em pessoa as nossas homenagens.

NARRADOR — O primeiro ministro português, Marquês de Pombal, homem enérgico e inteligente, procurou por todas as formas organizar os socorros, mobilizando todos os homens válidos e pedindo auxílio ao estrangeiro. O clero português prodigalizou a sua assistência aos sem tecto, distribuindo víveres e esmolas e colaborando com as autoridades civis no sentido de pôr um pouco de ordem na perturbada cidade. Transcorridas algumas semanas extinguiram-se finalmente todos os incêndios, e os géneros alimentícios mais in-

dispensáveis começavam já a afluir de diversos países da Europa; barracões de vária espécie haviam sido entretanto construídos para acolher os desalojados.

Faltava, porém, combater o pior inimigo, o medo, que era continuamente alimentado por rumores de novos e iminentes desastres, que, segundo diziam não poucos exaltados pelas ruas da cidade, em breve cairiam sobre o infeliz povo de Lisboa. Nos seus esforços para restituir a calma ao país, o Marquês de Pombal teve de defrontar-se com um homem de estranha e complexa personalidade, que surgiu aos seus olhos como o porta-voz e o símbolo das forças que constituíam o maior obstáculo para a sua obra de reconstrução. Esse homem era um italiano, o jesuíta Gabriele Malagrida, que alguns anos antes conquistara em Portugal notável autoridade como confessor do rei D. João V e da rainha D. Maria Ana. Logo após o terramoto, Malagrida, movido por um genuíno sentimento de cristã solicitude pela sorte das almas dos cidadãos de Lisboa, deu-se a pregar sobre a necessidade do arrependimento e da expiação, únicos meios de afastar da cidade a ameaça de nova punição divina. Publicou, entre outras, uma obra intitulada «Juízo sobre a verdadeira causa do terramoto», na qual exprimia as suas piedosas preocupações com um calor e uma veemência tais que o Marquês de Pombal, o Núncio Apostólico Filippo Acciaiuoli e todos os que com eles procuravam acalmar os ânimos e reconduzir Lisboa à normalidade, ficaram alarmados.

MALAGRIDA — Sabe, ó Lisboa, que quem destruiu as tuas casas, os teus palácios, as tuas igrejas, os teus conventos, quem causou a perda de tantas vidas humanas e a destruição de tantos bens, não foram nem vapores, nem exalações, nem estrelas, nem cometas, nem outros fenómenos naturais, mas os teus abomináveis pecados. Que grande seara de almas perdidas o Inferno colheu com este cataclismo! Homens santos e

iluminados por Deus tinham anunciado que um terramoto havia de devastar-te, mas tu, sem curares do futuro, não renunciaste aos teus vícios. Ora o teu caso é desesperado. Prouvera aos céus que mostrasses na contração o mesmo zelo de que dás provas construindo barracas e abrigos (como se achar asilo fora da cidade equivallesse a collocarmo-nos fora da jurisdição de Deus!). Ó fútil Lisboa, Deus segue-te por toda a parte, e o seu látego está sempre pronto para te castigar!

NARRADOR — A difusão de semelhante estado de espírito era precisamente o que o Marquês de Pombal e o Núncio Apostólico, empenhados em aliviar os já graves sofrimentos dos portugueses, trabalhavam por impedir. Mas Malagrida prosseguia, imperturbável, a sua cruzada, batendo-se com indefectível zelo pela salvação espiritual de Portugal. Mandou o seu opúsculo a todos os membros da família real e às autoridades civis e religiosas, conseguindo assim exasperar Pombal e o Núncio Apostólico Acciaiuoli. Este último, esgotadas todas as tentativas para acalmar o ardente Malagrida, fê-lo transferir para Setúbal. Quanto a Pombal, não só não perdeu ao pobre jesuíta os aborrecimentos que lhe criara com as suas prédicas sobre as causas da catástrofe, mas ainda achou maneira, alguns anos mais tarde, de se vingar cruelmente. Continuando Malagrida, no seu retiro de Setúbal, a fazer terríficas discursos, alinhavados com extravagantes profecias, Pombal lançou mão de um pretexto, mandou-o prender e condenar à morte. A sentença foi executada a 21 de Dezembro de 1761. Um decreto régio proibiu a impressão e difusão do «Juízo sobre a verdadeira causa do terramoto», tido como obra herética.

A notícia do cataclismo de Lisboa espalhará-se entretanto rapidamente por toda a Europa, provocando em toda a parte consternação e espanto.

As primeiras e mais fortes reacções deram-se nos países que tinham interesses comerciais em Lisboa. Em Inglaterra, Samuel Richardson escrevia:

RICHARDSON — Que espantosas notícias nos chegam de Lisboa, a única cidade do mundo que, situando-se fora das possessões britânicas, podia, com tão tremendo abalo, atingir-nos tanto. Quando o raio do Omnipotente cai sobre os nossos vizinhos, queira o Céu que não fiquemos surdos ao aviso.

NARRADOR — Porém, muitos ingleses reagiram de início com certo cepticismo. Walpole, por exemplo:

WALPOLE — 25 de Novembro. Correm fabulosos boatos sobre um terramoto em Lisboa, mas muita gente não lhes dá crédito.

NARRADOR — Poucos dias decorridos, todavia, numa carta a Henry Seymour Conway, admitia que a impressão suscitada entre os seus compatriotas era enorme:

WALPOLE — Entre os franceses e o terramoto não podeis imaginar como nos tornámos bons; hoje não há quem faça um fato que o não queira de serapilheira com bandas de cinza.

NARRADOR — E o vice-reitor da Universidade de Cambridge ao duque de Newcastle:

VICE-REITOR — 20 de Janeiro. Aqui reina um sossego total, sequer tive de Cambridge informação de qualquer irregularidade cometida pelos estudantes. Tornou-se quase moda o bom comportamento.

NARRADOR — O dia 6 de Fevereiro de 1756 foi proclamado dia de jejum e de expiação em Inglaterra, no País de Gales, na Escócia e na



A parte baixa de Lisboa quando do terramoto
— Gravura holandesa

Irlanda; multiplicaram-se as funções religiosas, os sermões e as polémicas. Um *dandy* do tempo, Dick Edgecumbe, ao entrar, no dia de jejum, em *White's*, local da moda, exclamou: «Deus meu, que tempos! Noutra altura um jejum teria enchido a sala, agora deixa-a deserta».

Em França o terramoto não despertou menor impressão. Segundo um mexerico que corria pela Europa, Luís XV, perturbado pela notícia, ter-se-ia deixado persuadir pelo seu confessor a iniciar uma vida mais morigerada e, em primeiro lugar, a romper a sua ligação com Madame de Pompadour. Esta, pelo seu lado (assevera Walpole) prontificou-se a sacrificar a sua posição no altar dos demónios do terramoto, e achou maneira de tirar partido da sua conversão, fazendo-se nomear dama de honor da rainha.

Em Março de 1756 foram publicadas em Paris anònimamente «Cartas sobre a impossibilidade física de um terramoto em Paris, a uma senhora que se retirou para o campo no receio de tal eventualidade».

Foi sobretudo no mundo da cultura, entre os eclesiásticos e os filósofos, que o terramoto de Lisboa deu azo a reacções e comentários de vasto alcance. Um jansenista, Laurent-Étienne Rondet, publicou *Réflexions sur le désastre de Lisbonne*, onde sustentava que o terramoto fora o instrumento de que Deus se servira para punir os perseguidores dos jansenistas. Que tal facto se tivesse dado em Lisboa, não tinha importância: Lisboa era um dos principais centros comerciais da Europa, onde os franceses tinham muitos interesses, e aos franceses como aos outros povos da Europa cabia agora entender o significado desse aviso divino. Isto não era no fundo mais do que transferir para o seio do mundo católico a polémica que os protestantes já haviam iniciado, partindo dos eventos de Lisboa, para denunciar o que consideravam como a superstição romana e em particular a severidade da Inquisição.

Muitas obras literárias, geralmente más, se inspiraram no terramoto de Lisboa em diversos países. Isso constituiu óptimo pretexto para se discutir em longas cartas e em metros diversos o problema da teodiceia, caro ao pensamento da primeira metade do século XVIII, e para chamar os homens aos olvidados deveres para com Deus. O poeta e autor trágico italiano Alessandro Varano trata este último tema na «visão» *Per il terremoto di Lisbona*, onde a responsabilidade do acontecimento é atribuída à pouca afeição dos portugueses pelas suas igrejas. A linguagem obscuramente profética, as imagens truculentas e, mais ainda, os túrgidos versos da «visão» de Varano lembram a poesia barroca do século precedente. Eis como ele descreve a figura de um homem esmagado entre os escombros:

VARANO — Uma cintura de mármore tinha o
[homem despedaçado,
que do alto caíra; duma trémula alpendrada
tentara acaso o salto desesperado.
No intacto eirado, forma cruel,
sem cabeça jazia o informe tronco
pesado, rumorejando sangrenta chuva.
Um e outro braço brutalmente decepados,
ambos com as mãos arrancadas, e, desfeitas
em mil bocados, as goelas fora do peito.

NARRADOR — Giuseppe Baretta, que esteve em Lisboa pouco tempo depois do terramoto, descreveu, numa carta que havia de tornar-se famosa, a catástrofe que arrasou a cidade. Mas até ele, pondo de lado por uma vez aquela enxuta mordacidade que o tornou o escritor mais vivo do século XVIII italiano, cedeu à tentação da ênfase e da retórica:

BARETTI — Oh, visão cheia de infinito horror: ver as pobres mães e os pais mesquinhos, aper-

tando nos seus braços ou arrastando pela mão os filhos desfalecentes, correndo como forçados para os lugares mais abertos; os maridos embriagados de raivosa dor empurrando ou puxando com desastuinada pressa as suas consortes, e elas com enlouquecidas, mas enamoradas, mãos agarrando-se aos desesperados esposos, ou aos filhos e filhas, e os affectuosos servos correrem ofegantes com os patrões doentes às costas, e as mulheres grávidas desmaiarem e abortarem, tombadas nos pavimentos, ou abraçando-se, sem senso algum, com tudo o que topavam!

NARRADOR — Não seria, porém, justo considerar este texto de Baretti como um simples exercício literário. As suas palavras soam hoje um pouco vazias e altissonantes, mas a alma setecentista exprimia assim a sua comoção. Porque não admitir que até um cínico e petulante italiano como Baretti tenha podido ser tocado por um flagelo que, como diz o artigo *Lisboa* da *Encyclopédie*, fez derramar tantas lágrimas a todas as almas sensíveis da Europa?!

Mas quem sentiu mais vivamente, ao ponto de ficar quase perturbado, a notícia do terramoto, foi Voltaire. Do seu retiro de Genebra enviou grande número de cartas aos seus amigos espalhados por toda a Europa, dando e pedindo pormenores da catástrofe e suas consequências. Como era possível que acontecessem coisas tão cruéis e tão absurdas? E não seria ingénua explicá-las, como o fizeram Leibniz e os seus sequazes, recorrendo à ideia de uma harmonia pré-estabelecida, na qual o mal era mais aparente do que real? Como acreditar que o cataclismo de Lisboa pudesse de qualquer modo contribuir para confirmar uma pretensa regularidade superior, uma ordem justa, um Bem universal? Voltaire tinha sobretudo em mente os célebres versos de Pope, no qual o optimismo filosófico da primeira me-

tade do século XVIII encontrara a sua mais radical formulação:

Voz — A natureza nada mais é do que um [grande hieróglifo; o acaso um rasto, que não podes distinguir; tem um ritmo a discórdia, que nunca foi entendido;] [dido; todo o evento maligno é um bem universal: e, em contra do orgulho, dos tortuosos giros da razão, um factó é certo: *Whatever is, is right*: é bem tudo aquilo que existe.

NARRADOR — Assim que chegaram as primeiras notícias de Portugal, Voltaire endereçou um bilhete ao seu médico, o famoso Tronchin:

VOLTAIRE — A física, senhor, por vezes é verdadeiramente desapiedada. Não se pode perceber como as leis do movimento provocam desastres tão espantosos no *melhor dos mundos possíveis*. Cem mil formigas, o nosso próximo, são de repente esborrachadas no nosso formigueiro, e metade perece em inexprimíveis angústias no meio de ruínas de que não é possível libertá-las. Que triste jogo de azar é o jogo da vida humana!

NARRADOR — E poucos dias mais tarde, numa carta a um pastor protestante francês de Berna, Élie Bertrand, retomava o mesmo argumento:

VOLTAIRE — Sabeis decerto da horrível desgraça de Lisboa. Trata-se de uma prova espantosa contra o optimismo. Se Pope se encontrasse em Lisboa teria porventura ousado dizer que *tudo o que existe é bem*? O mal reina no mundo, e é uma burla virem contar-me que mil infelizes contribuem para a felicidade. Sim, o mal encontra-se entre nós, e poucos desejariam recomeçar a sua existência, talvez nem um em cem mil. E, quando me dizem que não poderia ser de outro modo, ofendem a razão e a minha dor. Pobre Pope,



Lisboa antes e depois do terramoto
— Gravura alemã

pobre corcunda que conheci e estimei, quem te disse que não poderias nascer sem giba? O optimismo é desesperador; é uma filosofia cruel sob um verniz de consolação.

NARRADOR — As mesmas razões, se bem num tom mais familiar, quase trocista, expunha-as Voltaire alguns dias mais tarde à sua sobrinha Marie-Elisabeth:

VOLTAIRE — Há sem dúvida muito mal sobre a terra e o mal não faz o bem de ninguém, a menos que se afirme que as constipações foram previstas para a felicidade dos boticários. Sofro desse mal há quarenta anos e asseguro que isso não favorece ninguém. Pelo contrário, a última comédia de La Noue favorecê-lo-á muito, embora me digam que não vale nada.

NARRADOR — Naturalmente até em Genebra as gazetas pintavam a catástrofe de Lisboa com as tintas mais sombrias, e Voltaire descrevia o terramoto em termos apocalípticos a Palissot de Monteno, um comediógrafo que era acérrimo inimigo dos enciclopedistas e que, não se sabe como, conseguira conquistar a sua simpatia:

VOLTAIRE — De Lisboa não resta pedra sobre pedra. Tudo foi tragado pelas fendas ou ficou calcinado. Chegou para Portugal o Dia do Juízo; só faltou o som da trompa.

NARRADOR — Complicando ainda as coisas, na Suíça, como noutros países da Europa, houve por aqueles dias pequenos abalos e, mais ainda, rumores de novos terramotos, que espalhavam o pânico e que Voltaire regista, não sem ironia, numa carta ao poeta Sébastien Dupont:

VOLTAIRE — Meu caro amigo, só se fala de terramotos e imagina-se aqui em Genebra que Lyon tenha sido destruída porque o correio não chegou.

Se não houve terramotos em Estrasburgo e em Colmar, diga a Shoepfling que me mande, por favor, o dinheiro que me deve.

NARRADOR — Ao médico Tronchin fala de uma nova, inesperada calamidade natural, que todavia não o impede de se preocupar, com sereno ânimo, das necessidades do dia:

VOLTAIRE — Fala-se aqui em Genebra de inundações, e as pessoas, chocadas com o que aconteceu em Portugal, encontram-se num estado contínuo de angústia. Porém, como, por outro lado, neste infeliz planeta temos de pensar na nossa pobre vida, esperamos o vosso vinho e mandaremos buscar à Alfândega o perfume de alfazema e de flor de laranjeira que tivestes a bondade de nos mandar.

NARRADOR — De resto, como se deduz de outra carta ao mesmo Tronchin, nem sempre se tratava só de boatos:

VOLTAIRE — Decerto já sabeis, senhor, que também tivemos o privilégio de um pequeno terramoto. O desastre saldou-se para nós com a perda de uma garrafa de moscatel, que caiu da mesa e que pagou por tudo o que a rodeava. As pessoas assustaram-se, e há quem sustente que os sinos tocaram sem a ajuda de ninguém, mas não os ouvi. À espera do fim do mundo, vejo-me ainda obrigado, senhor, a importunar-vos com as bagatelas desta vida: podereis mandar-nos oito braças de um galão semelhante a este que temos a honra e o atrevimento de juntar a esta carta? Testemunhamos-vos o nosso mais eterno affecto, caro correspondente, e partimos para ir ver se houve um terramoto em Monrion.

NARRADOR — Também em Monrion o tema da infelicidade humana, tão dramaticamente imposto à atenção de Voltaire pela catástrofe de Lisboa,

não lhe dará tréguas; nem ele cessará de ridicularizar o optimismo de Leibniz e de Pope. Ao pastor Allamand escreverá:

VOLTAIRE — Vim, senhor, abrigar-me para o Inverno em Monrion, depois de ter sofrido, como todos, o meu pequeno terramoto. Já ninguém está certo de repousar na sua própria cama, e quando aí se repousa está-se como doente. Para cúmulo da desgraça, *no melhor dos mundos possíveis* um dos meus cavalos feriu-se ontem.

NARRADOR — Porém, nem toda a Europa partilhava os temores do povo genebrino. Nos países mais afastados de Portugal ou naqueles onde os abalos não se tinham feito sentir, a vida continuava como se nada tivesse acontecido. Voltaire escrevia a Dupont:

VOLTAIRE — Assim que chegou a notícia da destruição de Lisboa, aprontaram-se em Itália novas óperas e em Paris novas comédias. Fez-se até uma lotaria de trinta milhões. Desejo-lhe que compre o bilhete premiado, meu amigo.

NARRADOR — Para combater esta indiferença, para reforçar a sua aversão pelo optimismo simplista de Leibniz e de Pope, Voltaire quer escrever versos, lançar um desafio a quantos pretendiam justificar, em nome de um abstracto racionalismo, as dores da existência. Não o fez de pronto, e, quando o fez, não foi sem tornar a pensar. A tragédia de Lisboa, escrevia aos seus amigos, era mais trágica de que todas as suas *Meropi*, e podia parecer um insulto fazer de tal desgraça matéria para um trabalho literário. Mas por fim prevaleceu o desejo de dar razão aos sentimentos que lhe tinham comovido o coração, e assim publicou o *Poème sur le désastre de Lisbonne*, composição na verdade infeliz, cujo tema estaria hoje completamente esquecido se Voltaire não o tivesse retomado em *Candide*, a sua obra mais afortunada.

Voz — Leibniz não me explica por que nós invisíveis, no melhor ordenado dos universos possíveis, uma eterna desordem, um caos de desgraças, mistura dores concretas aos nossos prazeres ilusórios, nem por que razão o inocente sofre como o culpado este mal inevitável.

Não compreendo como tudo isto possa ser um bem. Eu sou como um médico, ai de mim! Não sei absolutamente nada.

NARRADOR — O doutor Pangloss representa em *Candide* o racionalista que encontra para todas as coisas, para todas as desgraças, uma justificação científica ou filosófica, enquanto o extraviado e imponente bom-senso de *Candide* exprime as objecções de Voltaire. Eis como, perto do fim do romance, os dois protagonistas, apenas salvos de um naufrágio, afrontam a nova calamidade do terramoto:

Voz — Quando se dirigiram para Lisboa, tinham ainda algum dinheiro com o qual esperavam salvar-se da fome depois de terem fugido à tempestade. Mal puseram os pés na cidade sentiram a terra tremer debaixo deles. Turbilhões de chamas e de cinzas cobriam as ruas e praças; as casas desmoronavam-se, os telhados precipitavam-se sobre os alicerces, e estes nem se distinguíam. Trinta mil habitantes de todas as idades e sexos ficavam emagados sob as ruínas. Algumas pedras tinham ferido *Candide*, que jazia no meio de uma rua, coberto de escombros, e dizia a Pangloss:

CANDIDE — Ai de mim! Arranja-me um pouco de vinho e de óleo, que vou morrer.

PANGLOSS — Este terramoto não é coisa nova; Lima, na América, sofreu no ano passado os mesmos abalos; mesmas causas, mesmos efeitos: há certamente uma corrente de enxofre por baixo da terra entre Lima e Lisboa.

CANDIDE — Nada mais provável; mas, por amor de Deus, um pouco de vinho e um pouco de óleo.

PANGLOSS — Como provável? Sustento que é coisa demonstrada.

VOZ — Candide perdeu acordo, e Pangloss trouxe-lhe água de uma fonte vizinha. No dia seguinte ofereceram-lhes a melhor comida que se podia encontrar após semelhante desastre. Os convidados inundavam o pão com as lágrimas, mas Pangloss consolou-os, assegurando-lhes que as coisas não podiam ser diversas, pois, se em Lisboa havia um vulcão, não poderia o mesmo achar-se noutra lugar; porque é impossível que as coisas não aconteçam onde acontecem; e porque *tudo o que existe é bem*.

No mesmo dia a terra tremeu de novo com espantoso fragor. Candide, assustado, interdito, como perdido no mundo, todo ensanguentado e palpitante, dizia a si próprio:

CANDIDE — Se este é o melhor dos mundos possíveis, como serão então os outros?

NARRADOR — O *Poème sur le désastre de Lisbonne* suscitou ressentimentos e polémicas. Voltaire modificou o texto por várias vezes, procurando atenuar as expressões de pessimismo mais cru, que tinham ofendido os bem-pensantes de meia Europa. Entre estes encontrava-se a duquesa da Saxónia, dama sensível e devota, amante das belas letras mas ingénua, admiradora de Voltaire, que pelo seu lado a tratava com deferente distância e recusava responder aos quesitos filosóficos que ela continuamente lhe punha. Também a ela, com mundana solicitude, Voltaire enviou o seu *Poème*, mas com um bilhete que deixava entender que já previa as objecções da duquesa e não tinha a intenção de lhe responder:

VOLTAIRE — Vossa Alteza Sereníssima achará que os meus versos estão sobrecarregados de filosofia. Mas suplico-lhe considere que não podemos

desfazer-nos de chofre dos nossos maus hábitos. Estava muito impressionado com o terramoto quando escrevi esta homília.

NARRADOR — A duquesa não se desencorajou com estas palavras, e tentou do mesmo modo iniciar um debate epistolar, tanto mais que alguma coisa acontecera na sua pequena capital, que aos seus olhos parecia dar um desmentido a Voltaire:

DUQUESA DA SAXÓNIA — Contrariamente a vós, senhor, creio mais do que nunca que *tudo o que existe é bem*. Haveis de perdoar este preconceito ao meu coração, grato à Divina Providência, que precisamente nestes dias esconjurou um perigo que parecia ameaçar-nos. Sabei, pois, senhor, que na quarta-feira passada um ligeiro abalo de terra estremeceu os alicerces do nosso castelo e alarmou os pacatos habitantes de Gotha. Foi às oito da manhã, o tempo estava calmo e sereno: o fenómeno foi notado num raio de três léguas. Mas não houve danos, e o nosso susto transmudou-se em alegria: não terei razão para afirmar que *tudo o que existe é bem*? Dizei-me, então, a que devemos atribuir este universal tremor de terra que parece tornar-se habitual e permanente? Tenho muita vontade de conhecer a vossa opinião.

NARRADOR — Mas Voltaire não se deixou arrastar para a polémica. Aliás, também ele podia opor à duquesa novos factos e desastres que justificavam o pessimismo do *Poème*: dois terríveis terramotos tinham sacudido Fez, na África, e Quito, na América. Saiu-se, todavia, com uns chistes:

VOLTAIRE — A teoria de que *tudo o que existe é bem* parece-me um pouco em crise quer na Europa, quer na América ou na África. Da Ásia chegam-nos notícias de sanguinolentos conflitos na Pérsia e no Indústão. Comprendo, senhora, que deve ser doce viver em Gotha.

NARRADOR — Pouco depois Voltaire recebeu uma longa carta, quase um pequeno tratado, combatendo a tese que expusera no *Poème*. Esta carta era assinada por Jean-Jacques Rousseau. Era, como todos os escritos de Rousseau, obra só aparentemente argumentativa: as razões e os desabafos de Voltaire constituíam apenas um pretexto para ele expôr diversos sentimentos, para dar livre curso a outros desabafos, mais pessoais. Os versos de Voltaire sobre a catástrofe de Lisboa davam azo a que Jean-Jacques, depois do *Discours sur l'Inégalité*, onde rompia com os iluministas, reafirmasse a sua religiosa visão do mundo e ao mesmo tempo retomasse a sua polémica contra a civilização.

ROUSSEAU — O vosso *Poème*, senhor, chegou-me às mãos na solidão em que vivo, e, embora todos os meus amigos saibam com que amor leio os vossos escritos, não consigo imaginar quem possa ter-mo mandado senão vós. Devo confessar-vos que esperava dos vossos versos efeitos mais dignos da humanidade que parece tê-los inspirado. Reprovais a Pope e a Leibnitz ofenderem as nossas dores afirmando que *tudo o que existe é bem*, e pintais com tão foscas cores o quadro das nossas misérias que as tornais quase insuportáveis. Em vez de me consolardes como esperava, mais não fazeis do que afligir-me. Dir-se-ia que receais que eu não veja até que ponto sou infeliz, e que julgais tranquilizar-me provando-me que *tudo o que existe é mal*.

A causa do mal moral deve procurar-se no homem livre, incivilizado, só mais tarde corrompido. Quanto aos males físicos, creio que também são, em grande parte, obra nossa.

Sem nos afastarmos do vosso tema, o terramoto de Lisboa, haveis de convir em que a natureza não tinha apinhado naquele lugar vinte mil edifícios de seis e sete andares; e que, se os habitantes daquela cidade tivessem habitado casas mais afastadas umas das outras e construídas com materiais mais ligeiros, os danos teriam sido menores, senão

absolutamente insignificantes. Mas eles não quiseram fugir, obstinaram-se em permanecer junto das suas casas, expuseram-se a outros abalos porque aquilo que temiam perder tinha para eles mais importância do que aquilo que podiam levar consigo. Quantos infelizes morreram em Lisboa por quererem salvar as roupas, os documentos, o dinheiro! Acaso não se sabe que a pessoa se tornou a parte menos importante do homem, uma parte que não vale a pena salvar quando todo o resto se perdeu? Queríeis que o terramoto se tivesse dado num local deserto, em vez de se ter dado em Lisboa; mas quem vos diz que tal não virá a suceder? A única diferença é que disso não se fala, porque daí não resulta dano algum para os senhores da cidade, os únicos homens que temos em conta.

NARRADOR — Com este discurso Rousseau não respondia de modo pertinente ao *Poème*, e mais não fazia do que alongar-se sobre temas que tomava a peito. Não causa pasmo que Voltaire tenha oposto à carta de Rousseau um cortês «*fin de non-recevoir*»:

VOLTAIRE — Meu caro filósofo, vós e eu podemos ambos, quando os nossos males nos dão trégua, razoar em verso e em prosa. Mas de momento deveis perdoar-me que deixe cair uma discussão filosófica que é somente um divertimento. A vossa carta é muito bela, mas tenho aqui comigo uma sobrinha que há três semanas se encontra em grave perigo. Sirvo-lhe de enfermeiro, estando eu próprio bastante doente. Quando melhorar e a minha sobrinha estiver curada, tornarei a pensar em vós.

NARRADOR — Não só Voltaire não manteve esta promessa, como também não escreveu mais a Rousseau: um pouco devido à íntima, quase constitucional antipatia que o apartava de Rous-



O terramoto de Lisboa
— Gravura francesa

seau, e um pouco porque, apesar de tudo, se achava em muitas coisas de acordo com ele. O arruído que na «*république des lettres*» se fizera em torno do terramoto de Lisboa começava além disso a enjoá-lo. Para que servia fazer belos discursos, escrever versos e dissertações acerca de uma desgraça que desgraça ficaria? A ironia com que felicita o pastor protestante Vernes, que acabava de publicar um escrito sobre o terramoto, é verdadeiramente ferina:

VOLTAIRE — Soube que fizestes um magnífico discurso sobre a catástrofe de Lisboa, a tal ponto que ninguém desejaria que a cidade tivesse sido poupada, tão belo a todos pareceu o vosso discurso. Felizmente algo semelhante aconteceu agora em Mequinez, onde cem mil árabes foram engolidos pela terra. Que magnífico tema para a vossa eloquência!

NARRADOR — Esta ironia não poupava sequer o seu próprio *Poème*. Poucos dias antes, com efeito, Voltaire escrevera aos seus editores de Genebra:

VOLTAIRE — Senhores, sois demasiado bons cristãos, e demasiado vos afectou a catástrofe de Lisboa para não dardes à estampa o mais rapidamente possível o meu sermão, que desarmará a ira divina e após o qual não haverá mais terramotos.

NARRADOR — Se tinham sido vãos os seus versos, vã era também a resposta de Rousseau. Porque continuar então uma inútil polémica? Aliás, Voltaire, como Renan, era sempre um pouco do parecer dos seus contraditores. Rousseau dera aos homens a culpa do mal que reina no mundo; as calamidades naturais eram para ele facto marginal, senão consequência directa da incapacidade

dos homens para darem à sua vida uma justa direcção. Voltaire aproximava-se deste ponto de vista quando escrevia ao pastor Allamand:

VOLTAIRE — Compadeço como vós os portugueses, mas os homens, no seu pequeno covil, fazem mais mal uns aos outros do que lhes faz a natureza. Se neste mundo houvésemos de temer sòmente aventuras como a de Lisboa, a vida seria ainda suportável.

NARRADOR — É ao duque de Richelieu, que partia para a guerra, demonstrava ele a absurdidade dos conflitos entre os homens, que agravam inútilmente a tragédia da existência:

VOLTAIRE — Não direi que *tudo o que existe é bem* antes que vos tenhais juntado à guarnição de Port-Mahon. Entretanto, penso tristemente em tudo o que acontece no mundo. Escrevem-me de Buenos Aires que Quito foi destruída. É uma desgraça pior que a de Lisboa. O nosso globo é uma mina, e é sobre esta mina que vos preparais para lutar.

NARRADOR — Rousseau não estava pois totalmente em erro. Sim, um terramoto era uma tragédia, mas era ao mesmo tempo um acontecimento natural, algo que transcendia a responsabilidade e a personalidade dos indivíduos. Tremesse a terra ou não, todo o homem tinha uma pena, que era sua e de nenhum outro: uma tormentosa incerteza no espírito, uma espinha no coração, um incurável mal no corpo. O particular destino de cada um, a solidão, a indigência, as dores físicas contavam mais do que todas as coisas. Só Jean-Jacques podia pensar que Voltaire fosse um homem feliz, quase sem problemas; e por isso mesmo lhe não perdoava o seu pessimismo:

ROUSSEAU — Não vou demorar-me a observar, ilustre Voltaire, que há entre mim e vós uma singular diferença. Carregado de glória e saturado

de vã grandeza, viveis, livre, em meio da abundância; certo da vossa imortalidade, filosofais remansosamente, e, se o vosso corpo ou o vosso coração sofrem, tendes Tronchin como médico e como amigo; não obstante, só vedes dor e injustiça no mundo. E eu, homem obscuro, pobre, e atormentado por um mal sem remédio, medito serenamente na minha solidão, e acho que *tudo o que existe é bem*.

NARRADOR — Pobre Jean-Jacques! No fundo, nada do que dizia era verdade. *Le Devin du village* e o *Discours sur l'inégalité* tinham feito dele um dos homens mais discutidos e celebrados de França. A sua pobreza era real mas voluntária, os seus males sem remédio não o impediriam de escrever as obras mais aplaudidas do século, de viajar pela Europa, de viver ainda mais de vinte anos. Mas, à força de dizer que era incompreendido, que não era amado, que não tinha nem casa, nem amigos, nem pátria, que vivia tangente à morte, acabara por acreditar em todas estas desgraças, e tornara-se verdadeiramente infeliz. Errava, além disso, julgando Voltaire feliz. Este tinha à sua disposição Tronchin, um dos maiores médicos do tempo, mas Tronchin, dizia Voltaire, «cura todos menos a mim». Também Voltaire, quase vinte anos mais velho do que Jean-Jacques, tinha os seus achaques, e nas cartas desses meses, entre uma e outra consideração sobre o terramoto de Lisboa, só falava de cólicas, de dores, de remédios. Assim, escrevia um dia à sua sobrinha Marie-Elisabeth:

VOLTAIRE — Sabeis certamente que Briga, grande povoação a poucas léguas daqui, foi devastada por um terramoto. Esse facto não criou no mundo a mesma sensação do de Lisboa, mas, por outro lado, vemo-lo daqui de mais perto. Se ao menos tivesse o estômago são, consolar-me-ia; mas nada é mais triste do que passar a vida entre ruínas e não poder digerir.

NARRADOR — Assim, quanto mais não fosse no plano dos achaques e, mais ainda, no dos desabafos e dos suspiros, Voltaire achava-se perto de

Rousseau; tanto mais que também ele exagerava. O seu rosto pálido e a sua magreza espectral tinham-lhe permitido arranjar uma pensão vitalícia, que havia de revelar-se assaz desvantajosa para a companhia seguradora: durante muitos anos ainda teria ele, de facto, lazeres para viver, escrever e lamentar-se.

Mas, tal como os padecimentos de Jean-Jacques, à força de imaginação e de auto-sugestão, acabavam por se tornar reais, assim a posição de Voltaire em relação aos problemas da vida, nos meses que se seguiram ao terramoto de Lisboa, trai um genuíno e crescente cansaço. Não se tratava só de uma crise ideológica: a velhice estava à porta. Voltaire não tinha a fé de Jean-Jacques, mas tão-pouco se decidia pelo caminho do mecanicismo e do materialismo, o caminho de La Mettrie, de Diderot, de Holbach. Diversamente destes, nascera no século XVII, fora o mestre de uma geração que se encaminhava num sentido que não era, que não podia ser o seu.

Para Voltaire a catástrofe de Lisboa teve tão grande importância porque foi o acontecimento, a confirmação do que a sua consciência esperava. E acentuou a sua desconfiança de homem cansado e desiludido, que não via perspectiva alguma para além da que sugeriam as últimas palavras de Candide: «*Il faut cultiver notre jardin*». Conclusão no fundo não totalmente pessimista, pois, se implicava a renúncia a qualquer teodicéia, a qualquer justificação do drama quotidiano de viver, postulava por outro lado uma reconsideração de tudo aquilo que o homem possuía: uma ciência limitada nos seus objectivos podia, em suma, ter a sua validade e funcionalidade. Mas tal problema não respeitava directamente ao anção Voltaire.

Voz — Foi, porém, este o ponto de mira de numerosos homens de ciência e filósofos, que em toda a Europa se impuseram investigar as causas naturais dos terremotos, procurando sugerir re-

médios e sistemas aptos a prevenir as consequências mais desastrosas. E, se podemos dar crédito ao que escreve o cônsul de Hamburgo em Lisboa, Stoqueler, enquanto a terra ainda tremia houve quem fosse empolgado pela paixão científica a ponto de esquecer o perigo iminente. No dia do terramoto, Stoqueler encontrava-se na sua casa, na parte baixa da frontaria de Lisboa voltada ao rio; o seu relato dos acontecimentos revela um desprendimento da sua vida e bens que de todo em todo se acha ausente das narrações de outras testemunhas:

STOQUELER — Conservei-me no mesmo lugar até terminar o terceiro abalo, e observei que a oscilação das paredes era no sentido Leste-Oeste. Desloquei-me então para outro ponto de observação, de onde podia ver a costa; daí notei que de uma das colinas, vizinhas da praia de Adraga saía muito fumo, bastante espesso mas não muito negro, o qual aumentou quando do quarto abalo e se manteve depois até ao meio-dia de 2 de Novembro, momento em que me retirei do meu posto de observação.

NARRADOR — O senhor Stoqueler viu-se constringido a afastar-se da cidade, mas não desarmou e, logo que lhe foi possível, tornou sobre os seus passos, para prosseguir as observações:

STOQUELER — Pelas nove da manhã notei dois abalos de notável violência, mas não vi sinais de fumo. Fui examinar o local de onde vira sair o fumo, mas não encontrei fenda alguma no terreno, nem qualquer sinal de incêndio nas paragens; daí concluí que o fumo brotara de qualquer abismo que bruscamente se abrisse ao solo e que o movimento sísmico depois fechara.

NARRADOR — Estimulados pelos inúmeros depoimentos que chegavam de Portugal, homens de ciência e sismólogos mais ou menos improvisados

princípios em todos os pontos da Europa a adiantar hipóteses e a formular teorias sobre as causas do terramoto. O Governo português e a Royal Society promoveram debates, que foram apaixonadamente seguidos. Em Espanha um tratado de Juan Luís Roche, *Nuevo Systema sobre la causa physica de los terremotos, explicado por los phenomenos eléctricos*, publicado em 1756, reclamava dos estudiosos maior aprofundamento dos fenómenos eléctricos, sugerindo embora cautela e discernimento:

BINA — Como succede que quando os fenómenos eléctricos são conhecidos estamos em plena escuridão quanto à sua origem, derivar deles a explicação dos terremotos é atribuir a estes uma causa ignota, o que não está certo nas ciências naturais.

NARRADOR — Havia quem, abraçando a causa da electricidade, chegasse às mais extravagantes conclusões. John Bevis, autorizado membro da Academia Real de Berlim, num poderoso volume intitulado «História e filosofia dos terremotos desde os tempos mais antigos até aos presentes», depois de ter enumerado em dezasseis parágrafos os fenómenos comuns a todos os terremotos, assevera, contra todo o bom-senso, que só a preparação da energia eléctrica poderia explicar aqueles factos:

BEVIS — Como explicar, sem a electricidade, que, durante os terremotos, muitas pessoas sintam dores de estômago e de cabeça, vertigens, dores nas articulações e outros incómodos que por vezes duram alguns dias? A quem atribuir, se não à electricidade, o facto de os candelabros vibrarem nas igrejas e os sinos tocarem sem a ajuda de ninguém? Só à electricidade se deve que o alto das torres e dos minaretes turcos sejam os lugares de onde mais facilmente se seguem os movimentos sísmicos.

NARRADOR — Não causa pasmo que a teoria da electricidade tenha encontrado não só estrênuos defensores mas também encarniçados adversários. Muitos a consideravam não uma descoberta mas uma nova invenção; e como tal ela tinha aos olhos de bastantes algo de diabólico: fora, dizia-se, produzida pelo homem por meio de uma máquina, o mundo antigo não a conhecia, não perencia, em suma, à categoria dos fenómenos naturais. Maior aprovação recolheu a teoria que, renovando uma antiga doutrina, attribuia a causa dos terremotos à explosão de gases libertos pelo súbito contacto do fogo, da água e dos outros elementos presentes nas vísceras da terra. Um colaborador científico do *Gentleman's Magazine* forneceu, com toda a seriedade, uma receita que permitisse aos seus concidadãos experimentarem directamente a validade da teoria dos gases subterrâneos, provocando artificialmente terremotos em miniatura.

SÁBIO — Posto que, depois de um terrível terramoto ter destruído Lisboa, só se fala da causa dos terremotos, gostaria eu também de sugerir uma explicação racional dos vários fenómenos que aqueles apresentam. Oferece-nos a química esta explicação, pois consente realizemos terremotos artificiais, com efeitos em tudo semelhantes aos que os terremotos autênticos produzem. Juntai a vinte libras de limalha de ferro outras tantas de enxofre, misturai e empastai essa mescla com um pouco de água até obterdes uma massa compacta; escavai em seguida uma cova e enterrai aquela massa à profundidade de alguns pés abaixo da terra. Após seis ou sete horas assistireis a um espectáculo prodigioso: a terra começará a tremer, a fender-se e a deitar fumo, até dela saírem fogo e chamas. Tal é o efeito produzido no terreno frio por uma simples mistura de dois corpos frios com um pouco de água: basta uma pequena quantidade desta mixórdia para obter um verdadeiro vulcão.

A Sé de Lisboa após o terramoto
— Gravura de Jac. Ph. Le Bas (1757)



NARRADOR — Se a teoria era antiga, a proposta de experimentar a sua validade era indubitavelmente nova. O homem não se limitava pois a compreender, senão que podia imitar os prodígios da Natureza. Em todo o caso, os terramotos não deviam ser considerados fenómenos irracionais, aceites com resignação, sem buscarmos entendê-los as causas e delas tirar proveito. Um novo optimismo, diverso do que Voltaire estigmatizara, afirmava-se assim nas páginas dos naturalistas e dos homens de ciência. Bastava um pequeno esforço de abstracção e de generalização: os dados resultantes de sucessivas experiências permitiriam a formulação de uma lei, e essa lei dar-nos-ia a possibilidade de prever e prevenir. Outro sábio inglês, que intervém na discussão com um artigo igualmente publicado no *Gentleman's Magazine*, sobre o fenómeno da contemporaneidade dos terramotos em diversos continentes, revela talvez melhor do que qualquer outro a fé numa nova, positiva interpretação dos processos naturais:

SÁBIO — É intenção do autor deste contributo colher informações precisas que indiquem se os lugares mais violentamente atingidos estão situados na extremidade de cadeias de montanhas, se os abalos se produziram em vibrações horizontais, etc. No caso de tais dados só poderem ser obtidos com novas catástrofes, o autor augura que este ramo da filosofia permaneça no actual estado de obscuridade e incerteza. Todavia, até das desventuras nos podem advir vantagens, e é sem dúvida uma vantagem poder estudar as mais terríveis manifestações da Natureza.

NARRADOR — Sobre as vantagens que se podem retirar dos terramotos e em especial do de Lisboa escreveram-se livros e artigos em diversos países. Se alguns sublinhavam as vantagens que advém do conhecimento científico dos fenómenos naturais da recente experiência de Lisboa, a maioria

demonstrou os benefícios económicos. Em França Ange Goudar publicou um livro intitulado «Relação histórica do terramoto de Lisboa, precedida de um discurso sobre as vantagens que Portugal poderia retirar da sua desgraça»; sobre as vantagens que, de toda a maneira, dela teria retirado a Inglaterra muito se escreveu e se ironizou em toda a Europa.

Sem chegar a estes extremos de optimismo e de cinismo, até o jovem Kant se ocupou, em três escritos, da natureza dos terramotos, encarados de um ponto de vista exclusivamente científico. Unindo embora a sua voz ao coro universal de compaixão por Lisboa, ele quer provar que só no plano da pesquisa naturalística podia ser útil afrontar o problema. Era, de facto, vão indagar as superiores razões que condicionavam a vida humana e que a nossa mente nunca poderia compreender.

KANT — A terra do nosso intellecto é uma ilha, fechada pela sua própria natureza entre imutáveis confins. É a terra da verdade (nome atraente!), circundada por um vasto oceano tempestuoso, o império da aparência, onde densas névoas e gelos prestes a liquefazerem-se dão a cada instante a ilusão de novas terras, e, enganando incessantemente com vãs esperanças o navegante errabundo em busca de novas descobertas, devoram-no em aventuras a que ele não sabe subtrair-se e das quais não pode sair. Mas, antes de nos aventurarmos a este mar, para o explorarmos em toda a sua extensão e nos assegurarmos se dele há algo a esperar de futuro, será bom que ponderemos primeiro se não será melhor contentarmo-nos com o que a ilha contém; pode acontecer além disso que tenhamos de contentar-nos por necessidade com isso mesmo, por não haver outro terreno onde possamos fabricar a nossa casa. Apuraremos assim a que título possuímos essa mesma região e como assegurá-la contra qualquer pretensão inimiga.

NARRADOR — Não era este no fundo o convite de Candide a «cultivar notre jardin»? Naturalmente, o jardim de Kant não era o de qualquer cidadão de Koennigsberg. Para este último, como para os seus semelhantes de Paris ou de Londres, passada a vaga de pavor que tanto impressionara o pequeno Goethe, o problema não consistia seguramente em definir os limites do cognoscível; o jardim a cultivar eram as preocupações, os desejos, as distrações de todos os dias.

Voz — A Europa não esqueceu de repente os acontecimentos de Lisboa, mas a pouco e pouco habituou-se a vê-los a uma luz diversa, uma luz tão diversa que pareciam irreconhecíveis. De um tema que os pregadores e filósofos estavam deixando cair assenhorearam-se o teatro e a moda.

Um francês, Jean-Henri Marchand, escreveu em 1756 uma «tragédia burlesca» intitulada «O Terramoto de Lisboa», que, publicada anònimamente, foi atribuída a Charles André, cabeleireiro da rua de la Vannerie, que acabou por acreditar ser ele verdadeiramente o autor. O terramoto inspirou além disso pantominas, trajes, leques. Em Inglaterra foi inclusivamente criado um novo jogo de sociedade, o jogo do terramoto. A ciência por um lado e a fragilidade dos sentimentos humanos pelo outro reduziram pois as dimensões da catástrofe de Lisboa. Que acontecera afinal de tão extraordinário? Dera-se uma desgraça, uma calamidade natural entre tantas: uma cidade, situada no extremo ocidental da costa europeia, fora agitada por um movimento sísmico no dia de Todos os Santos do ano de mil setecentos e cinquenta e cinco.

Tradução do texto radiofónico pela RAI — Rádio Televisione Italiana, em 29 de Março de 1952, que a pedido da Câmara Municipal foi obsequiosamente cedida pelo «Istituto Italiano di Cultura in Portogallo», a quem a Direcção da Revista muito agradece as facilidades que proporcionou para tornar possível esta publicação.

Por M. VAN DE WINCKEL

ATRIBUIÇÃO DE DATA
A EDIFÍCIOS
ANTIGOS
PELO MÉTODO
DAS SIGLAS
LAPIDARES

BREVE EXEMPLO
DA APLICAÇÃO
DESTE MÉTODO:
A SÉ DE LISBOA

Na sua forma actual a Sé de Lisboa apresenta-se-nos pela fachada ocidental cujas torres se encontram bem mais próximas da traça de tipo defensivo do que da linha esbelta dos campanários.

Sólidos contrafortes erguem-se à altura das ameias do topo, e até por volta do primeiro andar apenas as seteiras deixam penetrar luz para a escada. No primeiro andar, duas janelas geminadas iluminam vastas salas cobertas a abóbada.

No segundo andar abrem-se largas janelas sineiras onde se baloçam grandes sinos de bronze. Finalmente, a parte superior das torres, de onde se disfruta uma lindíssima vista sobre o Tejo, é em terraço, rematado por ameias cortadas em pirâmide — tipo este que encontramos coroando numerosas torres de menagem em Portugal.

Entre as duas torres e servindo como uma espécie de nártex, rasga-se um pórtico profundo, sobrepujado por um grande arco que abriga uma rosácea.

Das outras fachadas do monumento apenas se podem obter vistas parciais. Anichada, como ao tempo da sua construção, no meio de ruelas estreitas e sinuosas, cujo traçado obedece a imperativos topográficos, a Sé está encravada nas construções circundantes.

A fachada norte é antiga, enquanto que no lado sul foram necessários múltiplos restauros — consequência de vários tremores de terra. Entretanto e mau grado todas as vicissitudes, o monumento conserva o seu aspecto antigo. Aliás, não muito longe daqui, nos azulejos de S. Vicente de Fora, pode-se encontrar a prova desta nossa afirmação: um painel representando Lisboa. Ora estes azulejos foram feitos uns quinze anos antes do mais terrível de todos os abalos sísmicos que Lisboa sofreu, o terramoto de 1755.

Examinemos agora a planta do edifício.

A circunstância do portal ser único levar-nos-ia, em França, a supor que a nave seria única também. Em Portugal, não é assim, e geralmente o portal ocidental único dá acesso a uma nave tripla (como acontece em Braga, Coimbra, Évora) de seis tramos. A nave central, coberta a abóbada, é cega, e uma fraca claridade escoar-se por entre as colunas e através das aberturas do

trifório. Actualmente, porém, isto não constitui uma desvantagem: os sucessivos restauros desfiguraram esta parte do edifício e, por ocasião do último, integrou-se o conjunto na sua forma primitiva, preferindo deixar os capitéis lisos a fazer imitações de escultura românica.

Ao transepto de braços rasgados, corresponde, ao centro, na vertical uma bela torre-lanterna.

Para lá do transepto penetra-se na parte mais recente: o antigo coro (capela-mor), completamente modificado, e a entrada para o deambulatório faz-se junto a um arco mais antigo que ela e que, sem dúvida, dava acesso às capelas laterais. O deambulatório e as capelas radiais, acrescentados na época gótica, formam um belo conjunto, harmonioso nas suas formas, equilibrado nos seus volumes (meados do século XIV).

Para este segundo período de construção foi escolhida uma pedra cinzenta, enquanto que no século XII se preferiu uma pedra de grão mais grosseiro, mas cujos tons dourados são uma maravilha à luz do sol poente.

Ao antigo coro sucede-se o claustro que obedece também àquelas leis de topografia que foram em geral seguidas no país. O claustro, herdeiro (!) da arte da Batalha, foi construído no século XIII.

Em conclusão, mesmo que a Sé de Lisboa não seja um monumento de primeiro plano, as suas diferentes partes oferecem-nos uma visão de conjunto, quase completa, da arte medieval em Portugal.

SIGLAS LAPIDARES, CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE DATA

Vamos agora ver, nas diferentes partes deste monumento, o que é autenticamente antigo e o que foi, de facto, restaurado.

Como descobrir, com maior ou menor grau de certeza, o que foi conservado? Seria interessante apresentar cronologicamente as várias partes antigas, segundo as diferentes etapas de reconstrução.

Oferece-nos, naturalmente, um método que não é novo, mas que nós retomámos e desenvolvemos: o das siglas lapidares.

De que é que se trata exactamente?

De finos gravados que aparecem sobre uma das faces das pedras, feitos pelo canteiro medieval, a partir do momento em que ele era aceite como «companheiro».

Esta tradição espalhou-se largamente pela Europa e até na Terra Santa. Estes tipos de assinaturas, das quais nós estudámos, no decurso dos nossos trabalhos, mais de 3000 exemplares, encontram-se também em Portugal. (Nota J. P. N. da Silva).

Admite-se geralmente que a sigla foi, no início, a marca duma «oficina» — escola que transmitia o conhecimento técnico por meio da prática diária no local de construção — composta por vários artífices e aprendizes. Dentro de cada «oficina» em acção vão-se formando pouco a pouco variações da sigla base: estas variações irão individualizar os homens. A partir de então, torna-se relativamente fácil situar no todo do edifício, quase exactamente, a parte que corresponde às diversas gerações de «oficinas», e por consequência, a parte correspondente aos diferentes períodos de construção. Este foi, aliás, o tema do estudo que empreendemos há alguns anos e que apresentámos como tese de doutoramento.

Note-se que foi o facto de, em certos casos, a sigla ser acompanhada dum nome (e isto em cerca de 200 casos) que nos permitiu pôr em termos válidos a hipótese da individualização progressiva da sigla. Além disso, na Alemanha do século XVI, os estatutos das corporações proibiam ao «companheiro» mudar a sua sigla de honra. Concluídos daqui que as nossas hipóteses de investigação podiam ser proveitosas.

É interessante verificar que em Portugal, mais cedo que nos outros países, onde estudámos as siglas lapidares, são apostas nas pedras verdadeiras assinaturas. Já por exemplo, no século XIV, um canteiro-escultor, Gomez, apunha o seu nome por extenso em numerosas pedras da Igreja do Carmo em Lisboa (1389-1423), aliás precedido pelos escultores do claustro do Porto e de um pórtico de Tuy.

Vejamos agora quais as conclusões que o estudo das siglas lapidares nos pode permitir sobre a Catedral de Lisboa.

(!) No original «héritier».

EXEMPLO DA APLICAÇÃO DO MÉTODO NA CATEDRAL DE LISBOA

Começámos por examinar devidamente as pedras da Sé, anotámos todas as diferentes siglas aí encontradas assim como a sua exacta localização, e depois trabalhámos sobre estas fichas.

CLASSIFICAÇÃO DAS SIGLAS POR PERÍODOS:

1 — *Fases de construção no século XII: o Românico:*

As siglas 1, 2, 3, 4 e 5 figuram na torre norte e sul.

As siglas 6, 7, 8, 9, 10 e 11 figuram na torre lanterna e no trifório no lado sul da nave.

As siglas 12, 13, 14, 15, 16 e 11 figuram na parte alta das escadas do transepto.

O que é que nos permite definir estas siglas como típicas da primeira fase de construção?

Em primeiro lugar, razões estilísticas em que se têm baseado todos quantos estudaram este monumento. É impossível buscar apoio em documentos nos arquivos, visto que estes desapareceram em 1755 no incêndio que devastou a Cidade depois do terramoto.

Em segundo lugar, as diferentes qualidades de pedra que se utilizaram na época românica e na gótica. Os artistas românicos preferiram uma pedra de grão muito grosso, uma espécie de calcário conchoso de um amarelo claro.

Pelo contrário, os «companheiros», mestres e escultores da época gótica preferiram os blocos de pedra lisa, cuja finura de grão permitia um desenho mais preciso, uma escultura mais trabalhada. (Esta diferença encontra-se em outros monumentos tais como a Sé de Coimbra).

Mas a estas, outras razões se juntam: as próprias siglas lapidares. Com efeito e por comparação destas siglas com as de outros edifícios, cremos que é justificável a aplicação deste método aos monumentos portugueses.

Passemos em revista algumas siglas (todas, não; isso seria fastidioso e, dentro dos limites deste modesto ensaio, não traria maior contribuição).

A sigla 10 encontra-se nas paredes das diferentes partes da Sé de Lisboa, na Sé de Coimbra, na modesta igreja da Ermida, e na basílica de Santiago de Compostela. Mas esta sigla lapidar encontra-se também frequentemente nos edifícios românicos do Sul da França e mais particularmente no Anjou e na Provença do século XII.

A sigla 7 encontra-se várias vezes repetida na Catedral de Lisboa e na de Coimbra.

A distribuição da sigla 17 na Catedral de Lisboa pode parecer estranha, visto que se encontra ao mesmo tempo nas torres românicas e no deambulatório gótico. Esta mesma sigla encontra-se, entretanto, em Santiago de Compostela, Coimbra, Ermida e Ciudad Rodrigo. (Admitimos mesmo a hipótese de que esta sigla, de execução cuidada, seria uma sigla especial outorgada aos mestres das grandes catedrais: investigações futuras permitir-nos-ão, talvez, esclarecer este problema).

A sigla 2 assim como a 17 encontra-se em partes de épocas diferentes, mas a sua grafia varia de um estilo para o outro. Encontramo-la, entre outros lugares de Portugal, na igrejainha da Ermida, na torre de menagem de Lamego (século XII), e também em Lisboa, no portal dos Jerónimos, e na fachada, igualmente manuelina, do Convento de Cristo (*), em Tomar. Nós consideramos esta sigla como sendo a do «mestre-da-obra», em muitos monumentos franceses de alta categoria: nas catedrais de Poitiers, Soissons, Estrasburgo, Vaison e Viviers (nas partes que datam do século XII), na igreja da Abadia de Saint-Benoît sur Loire, para não citar senão os monumentos mais importantes.

Temos considerado a sigla 3 como um derivado da 2 e encontramos-la também em Santiago de Compostela e nas grandes catedrais francesas.

2 — *Segunda fase: os mestres do Gótico ao serviço do rei D. Dinis (1279-1325):*

As principais siglas das capelas radiais e da face este do transepto são as seguintes: 18, 19, 20, 21, 10, 5; 22, 23, 24, 25, 26, 27, 2 e 28. Notamos em primeiro lugar, que se reencontram aqui as siglas 2, 10 e 5. Verifica-se, bem entendido, uma persistência nas siglas: ou aconteceu que

foram dadas aos artífices ao longo de várias gerações, ou, como se tratava de uma figura simples, foram utilizadas espontaneamente.

Discutamos, agora, a título exemplificativo, algumas destas siglas.

Um motivo tipo chave, que nem sempre se apresenta como a 29, sob a mesma forma, encontra-se no belo claustro gótico de Coimbra. Propomos como hipótese que dois «companheiros» se formaram na importantíssima «oficina» funcionando no local e receberam siglas de forma aproximada, mas as individualizaram, entretanto, com pormenores. Não sabemos se esta sigla foi a herdeira de uma outra, românica, da capela redonda de Tomar, 30, ou se foi uma maneira original de simbolizar a possível origem dos homens ou da «oficina»: Chaves.

Encontra-se esta sigla 20 na maravilhosa rosácea da Igreja de Santa Clara Velha de Coimbra (fundada, aliás, pela Rainha Santa Isabel, esposa do rei D. Dinis). Até mesmo em Lisboa, na Igreja do Carmo, edificada imediatamente após as construções góticas da catedral, apresentam-se-nos numerosíssimas siglas acompanhadas de o. Não será temerário crer que, uma vez fechada a «oficina» da Sé, os pedreiros sem trabalho se fizeram ajustar nas obras do Carmo.

Encontra-se a sigla 31 numa construção contemporânea da anterior, pois se trata do castelo de Pinhel, mandado construir por D. Dinis. Toda uma série de outras siglas é comum a Sé de Lisboa e à igreja de Odivelas, fundada no reinado do mesmo monarca.

3 — *Primeiro restauro da Catedral: reinado de D. Manuel I (1495-1521):*

As siglas 32, 33, 34 e 30 são do restauro feito nesta época.

Encontram-se estas mesmas siglas no Mosteiro dos Jerónimos (²), em Belém, na nave manuelina do Convento de Cristo (³) e na Igreja de S. João de Tomar, todas elas, notáveis construções do reinado deste mesmo monarca, D. Manuel I, grande protector das artes.

(²) No original «chappelle du Christ».

(³) No original «cloître des Hieronimites».

(⁴) No original «enf manueline do cloître du Christ».



4 — *Restauros posteriores:*

É absolutamente natural que, passado um século e meio, fossem indispensáveis obras de restauro. Estas obras sucederam-se, e as mais importantes foram feitas depois de 1755 e no século xx. Fez-se o primeiro restauro para manter a estabilidade do edifício e ao mesmo tempo para lhe dar um aspecto de acordo com a nova moda de então. Os restauros dos séculos xix e xx tiveram a pesada tarefa de restituir ao edifício as suas características originais.

ATRIBUIÇÃO DE DATA ÀS DIFERENTES PARTES DO EDIFÍCIO, SEGUNDO AS SIGLAS QUE AÍ SE ENCONTRAM:

1 — *Os vestígios românicos:*

Quais são os vestígios da fase de construção românica?

Na fachada ocidental: pórtico e torre norte e sul até à altura do primeiro andar.

Na fachada norte: toda a parede exterior até ao transepto, o trifório da nave e as partes altas do transepto no interior, assim como as escadinhas.

Na fachada sul: uma parte interior do trifório tanto na nave como no transepto.

A torre-lanterna: que foi logicamente a última etapa, conserva em proporção o maior número de pedras verdadeiramente antigas. Isto está em contradição com as hipóteses que até aqui se têm posto, segundo as quais esta torre foi quase inteiramente reconstruída após a queda do campanário que lhe fora sobreposto. Podemos afirmar que o que hoje se conserva é autenticamente do século xii, quer no interior, quer no exterior, (salvo algumas substituições de pedras que nós não chamaremos de restauro, mas de conservação) quer igualmente, nas partes altas do transepto.

2 — *As partes góticas:*

A parte que corresponde às obras deste período é fácil de determinar, visto que se pode considerar que todo o deambulatório com as capelas

radiais foi edificado durante uma campanha relativamente breve, ao mesmo tempo que se alteou a parede este do transepto. É necessário chamar a atenção para o facto que os arcos botantes destas capelas foram sem dúvida, consolidados durante umas obras de restauro.

O claustro da Sé fez parte desta campanha de construção, mas a menor frequência de siglas parece provar nestas obras a existência de um grande número de aprendizes ou então uma mão-de-obra restricta.

3 — *As partes restauradas no principio do século xvi:*

Siglas desta época encontram-se mais particularmente nos arcos botantes das capelas radiais embora também no último lanço da escada e sala dos sinos da torre norte.

TRÊS CONCLUSÕES:

Estas longas comparações entre as siglas da catedral de Lisboa e as de outros edifícios permitem-nos concluir com muita probabilidade que:

- 1.º — Certas partes do edifício, bem mais vastas do que geralmente se crê, datam verdadeiramente do período românico. Com efeito, generalizou-se o costume de supor que o terramoto foi, para a Sé de Lisboa, uma catástrofe bem maior do que (depois dos nossos estudos) parece, de facto, ter sido.
- 2.º — Se deve fixar no reinado de D. Dinis a data da edificação do antigo coro.
- 3.º — Os artífices do rei D. Manuel I, habituados a uma decoração fulgurante, souberam dominar-se para não alterar o carácter duma construção dos seus predecessores. Esta característica, a de, de um século para o outro, saber respeitar as obras de um estilo mais antigo, é absolutamente excepcional na arte portuguesa. Por isso devemos dar o nosso apreço quer a construtores quer aos dirigentes. Quem dera que os outros que lhes sucederam tivessem sido tão esclarecidos.



SUBSÍDIOS PARA UMA BIBLIOGRAFIA GERAL DE LISBOA

POR COSTA GARCEZ

NOTA PREVIA

De valor incontestável ao serviço dos trabalhadores do espírito as *bibliografias* não abundam, infelizmente, entre nós.

Múltiplos factores têm contribuído para que, em Portugal, se tenha dedicado quase nenhuma atenção a tal género de trabalhos.

A ideia, radicada em muitos, de que a sua elaboração constitui mera tarefa subsidiária, sem as consequentes ressonâncias literárias, para os seus Autores, tem a sua quota-parte de culpas em tal estado de coisas a que, não raro, não é alheio,

também, um certo sentimento de egoísmo. Este, na medida em que alguns acham exagero facultarem a todos elementos de exclusiva utilização pessoal e que, por isso mesmo, julgam mais conveniente conservarem em sigilo, esquecendo-se, consciente, ou inconscientemente, de que, por via de regra, a vida humana é, suficientemente, pouco dilatada para que nela se realizem todos os nossos projectos.

Perde-se, assim, com certa frequência, em ficheiros avaramente guardados, material que em muito facilitaria a investigação dos estudiosos, suavizando-lhes, sobretudo, em parte, o seu labor.

O presente trabalho surge, pois, com o desejo evidente de divulgar elementos de estudo úteis a todos os que se dedicam à investigação de assuntos referentes à Capital, ou mesmo, tão só, aos que têm apenas, o desejo de conhecerem o que a ela diz respeito, sem outros objectivos que não os de aumentarem os seus conhecimentos, ou por puro passatempo.

★

É evidente que não somos os primeiros a tentarmos carrear subsídios para uma bibliografia geral de Lisboa. Outros nos antecederam, servindo-nos de guias na concretização do nosso objectivo.

Creemos, no entanto, que o nosso esforço foi mais longe do que até aqui tem acontecido, uma vez que nos foi dado coligir e ordenar fichas que correspondem a mais de 2500 espécies diferentes, quer aparecidas em volume, quer insertas em revistas.

No que respeita a publicações periódicas (cit. *O Panorama*, antigo e moderno; *O Ocidente*, idem, idem; a *Revista Municipal* e as suas antecedentes; *A Feira da Ladra*; *Olisipo*, etc.) não nos limitamos a fazer-lhes o índice. Seleccionamos o que nos pareceu trabalho capaz de contribuir para o conhecimento de qualquer pormenor dos inúmeros que dizem respeito à cidade, à sua fisionomia do ponto de vista — que nos perdoem o galicismo — humano, paisagístico, urbano, ou até, meramente, literário. Tal atitude não isentará, como é óbvio, de certo subjectivismo o nosso trabalho. Tínhamos, no entanto, que adoptar um critério e servirmo-nos do que nos pareceu o mais lógico e razoável.

★

A ordenação do material obtido foi feita por ordem alfabética de Autores e dentro deste, por igual seriação em relação do nome das obras.

Desdobraram-se em duas ou mais fichas aquelas obras com mais do que um Autor e, sempre que necessário, fizeram-se fichas remissivas para facilitar a consulta dos nomes desses mesmos Autores, quando os seus pseudónimos literários não correspondem aos verdadeiros nomes, ou estes aparecem,

por via de regra, abreviados, não se esquecendo, também, mencionar os nomes por que este ou aquele autor são mais conhecidos.

Por vezes, surgirão fichas a que faltam elementos: local de impressão, data, ou mesmo qualquer outra informação, incluindo o número de páginas, ou a sua exacta localização dentro de uma determinada publicação periódica. Estarão neste caso aquelas espécies que não conseguimos consultar e que apontamos, apenas por as encontrarmos referenciadas em notas insertas noutras obras e que eram, sem culpa nossa, incompletas.

Igual procedimento adoptamos, de resto, em duas outras bibliografias (S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde) que, recentemente, elaboramos para o Boletim de Bibliografia da Fundação Calouste Gulbenkian.

Estamos certos de que aqui e ali vão, concerteza, apontar-nos erros, — não acreditamos na perfeição absoluta — mas fizemos o possível por evitá-los e os que venham a surgir são involuntários e deles pedimos desculpas.

★

Não vão seguir-se páginas de agradável leitura — nem sabemos se as que vos costumamos oferecer o são; fazemos, todavia, o possível por isso — mas, unicamente, as que contêm a seriação de elementos de trabalho, necessariamente, áridos, como todas as bibliografias.

Que nos perdoem, pois, os que delas não venham a necessitar, lembrando-se dos outros, dos que nelas possam achar abundante, útil e prático manancial para os seus estudos, sempre bemvidos, sobre a nossa querida Lisboa.

Lisboa, (Graça), 1964.

A

A. D. S. R.

Carta, ou narração conciza da festividade feita na Cidade de Lisboa, na colocação da estátua equestre do nosso fidelíssimo monarca—Lisboa, 1775, 11 pp.

Segunda parte da carta, ou narração conciza da festividade feita na colocação da estátua equestre — Lisboa, 1775, 15 pp.

- A. P. D. G.
Sketches of portuguese life—London, 1826, XVII + 364 pp.
- A. P. F.
Dia (O) das três inaugurações, breve discurso sobre a régia função do dia VI de Junho de MDCCLXXV—Lisboa, 1775, 10 pp.
- Ilustríssimo (Ao) e Excelentíssimo Senhor Marquês de Pombal, no dia felicíssimo dos seus annos, XIII de Maio de MDCCLXXV*—Lisboa, 1775, 16 pp.
- Lusitaniae redivivae decora ac Tropaea Josepho Primo Rerum Potiente. Pombaliensi Marchione Administrante*—Lisboa, 1774.
- Paralelo de Augusto César e de Dom José o Magnanimo, Rei de Portugal*—Lisboa, 1775, 35 pp.
- ABADE CASTRO
Ver: Sousa (António Dâmaso de Castro e)
- ABADE DE MIRAGAIA
Ver: Ferreira (Pedro Augusto)
- ABECASSIS (Duarte)
Considerações acerca de alguns problemas de asso-reamento in «Revista da Ordem dos Engenheiros»—Lisboa, 1945.
- ABELHO (Azinhal)
Boa noite, Lisboa!—in «Lisboa, cidade de turismo», pp. 164 a 173, Lisboa, 1963 **
- Ronda nocturna de Lisboa*—in «Lisboa e os seus encantos», pp. 55 a 62—Lisboa, 1959. ***
- ABLANCOURT
Mémoires de Monsieur (...) envoyé de sa majesté très-Chrétienne Louis XIV en Portugal—Amsterdam, 1701, 382 pp.
- ABRANCHES (Joaquim Cândido)
Convulsões da terra—Notícias destes fenómenos—Ponta Delgada, 1877, 237 pp.
- ABRANTES (Duquesa de)
Ver: Permont (Laure de Saint Martin)
- ABREU (Cristóvão Soares de)
Conversas políticas e filosóficas—Visita das Fontes.—Lisboa, 1657.
- ABREU (Eduardo)
Notícia de dois documentos raros relativos ao Hospital de Todos os Santos de Lisboa—Porto, 1887, 20 pp.
- ABREU (Francisco de)
Ver: Faria (Mannel Severim de)
- ABREU (João António Peres)
Roteiro do viajante no Continente e nos caminhos de ferro de Portugal em 1865—Coimbra, 1865, 367 pp.
- ABREU (José Evangelista de)
Anteprojecto das obras e melhoramentos do Arsenal de Marinha in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo II—Lisboa, 1871.
- ABREU (José Manuel Pereira de Azambuja e)
Notícia histórica da capela da Bemposta—Publicação do Manuscrito de (...), datado de 9 de Janeiro de 1834, com prefácio e notas de José Mendes da Cunha Saraiva—Lisboa, 1943, 35 pp.
- AÇA (Francisco Zacarias de Araújo Costa)
Caçadas portuguesas—Lisboa, 1898, 280 pp.
- Lisboa moderna*—Lisboa, 1906, 522 pp.
- ACCOROMBONI (Ottavio)
Relatione succinta della solenne processione de S. Carlo Fatta in Lisbonna (...) Compilador Mons (...)—Lisboa, 1616, 35 pp.
- ADAM (Juliette Lamber)
Patrie (La) Portugaise—Souvenirs personnels—Paris, 1898, 398 pp.
- ADLERHOLD (Germanum)
Macht (Die) des portugiesischen scepters—Frankfurth, 1702, 669 pp.
- AGUDO (Anacleto Fernandes)
Colégio (O) Calipolense—Fundado em 1887—Lisboa, 1922, 64 pp.
- AGUIAR (António de)
Vistas de Lisboa in «Olisipo» n.º 57, pp. 12 a 16, n.º 59, pp. 202 a 206, n.º 60, pp. 245 a 251, n.º 61, pp. 49 a 57, n.º 62, pp. 118 a 124, n.º 63, pp. 155 a 159—Lisboa, 1952.
- AGUIAR (António Augusto de)
Melhoramentos do Porto de Lisboa—Conferência—Lisboa, 1885.
- AGUIAR (António Augusto de) e RIBEIRO (Ernesto Rodolfo Hintze)
Proposta de lei apresentada à Câmara dos Deputados sobre melhoramentos do Porto de Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XVI—Lisboa, 1885.

- AGUIAR (Elias António de)
Inauguração (A) da estátua consagrada ao fidelíssimo Rei D. José I, Nosso Senhor—Lisboa, 1775, 8 pp.
- AGUIAR (José Pinto de)
Visita (Uma) ao Convento da Encarnação in «Olisipo» n.º 67, pp. 117 a 128—Lisboa, 1954.
- AGUILAR (Manuel Busquets de)
Real (O) Colégio dos Nobres (1761-1837)—Lisboa, 1935, IV+218 pp.
- AIRES (Cristóvão)
História (Para a) da Academia das Ciências de Lisboa—Coimbra, 1927, 542 pp.
História Orgânica e Política do Exército Português—4 volumes+10 de Provas—Lisboa, 1896/1908 e 1902/1919.
Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no terremoto de 1755—Lisboa, 1910, 60 pp.
- ALBERTO (Caetano)
Lisboa monumental in «O Ocidente», Vol. XXXVI, n.º 1239, pp. 161—Lisboa, 1913.
Visita (Uma) ao Limoeiro in «O Ocidente», Vol. IX, pp. 171—Lisboa, 1886.
- ALBRIZZI (Giovanni Batista)
Stato (Lo) presente di tutti paesi. Ver: Volume XV—Veneza, 1745.
- ALBUQUERQUE (Zeferino de)
Ver: *Baçam (Sebastião Joaquim)*
- ALDEMIRA (Luís Varela)
Ano (Um) trágico—Lisboa, em 1836—Lisboa, 1937, 277 pp.
- ALDRETE (Bernardo José)
Varias antiguedades de España, Africa y otras provincias—Antuérpia, 1614, 640+67 pp.
- ALEGRETE (Marquês do)
Ver: *Silva (Manuel Teles da)*
- ALEMANY (José)
Ver: *Bolsfer (José Alemany)*
- ALEX
Ver: *Aumer (M.)*
- ALEXANDER (Jaime Eduardo)
Sketches in Portugal, during the civil War of 1834—London, 1835, XVI+328 pp.
Skissen aus Portugal während des bürgerkrieges in Jahre 1834—Meissen, 1836, X+287 pp.
- AL-HIMYARI (Ibn Abd Al-Mun'im)
Péninsule (La) Ibérique ao moyen age d'après le kitabar-rawd al-mitar fi babar al-aktar d'ibn'abd al-mun in al-Himyari, texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et ao Sud-Ouest de la France, publié avec une introduction (...) par Levi-Provençal—Leiden, 1938, XXXIV+310 pp.+121 fls.
- AL-MAKKARI
Analectes sur l'Histoire et la Littérature des arabes d'Espagne—publiés par D. Dozi, G. Dougart, L. Krehl et W. Wright—Leyde, 1855/60.
- ALMECH (Francisco Iñiguez)
Casas Reales y Jardines de Filipe II—Madrid, 1952, 272 pp.
- ALMEIDA (Alberto Pereira de)
Portugal artístico e monumental (Inventário de suas obras de arte)—Lisboa, s/d, 1020+XII pp.
- ALMEIDA (Amadeu Ferreira de)
Aproveitamento dos cimos da capital in «Primeira Reunião Olisiponense», Vol. II, pp. 71 a 73—Lisboa, 1948*
Casas compradas por andares in «Primeira Reunião Olisiponense», Vol. I, pp. 499 a 500—Lisboa, 1948*
Comunicações internas—Comunicações externas in «Primeira Reunião Olisiponense», Vol. I, pp. 43 a 48—Lisboa, 1948*
Lisboa continua a ter sede in «Primera Reunião Olisiponense», Vol. I, pp. 105 a 166—Lisboa, 1948*
Lisboa precisa dum bloco moderno para escritórios in «Olisipo» n.º 39, pp. 158 a 160—Lisboa, 1947.
Primeiro (O) Arranha-Céus in «Primeira Reunião Olisiponense», Vol. II, pp. 75 a 77—Lisboa, 1948*
Torre (A) do elevador de Santa Justa imponente miradouro in «Primeira Reunião Olisiponense», Vol. II, pp. 85 a 86—Lisboa, 1948*
Urbanização (A) Económica de Lisboa in «Primeira Reunião Olisiponense», Vol. II, pp. 37 a 41—Lisboa, 1948*
Visão duma Lisboa mais bela—Lisboa, 1947, 312 pp.

- ALMEIDA (Amaro de)
Duas (As) «Severas» do Vimioso in «Olisipo» n.º 60, pp. 226 a 229—Lisboa, 1952.
Morreu (De que) a Severa? in «Olisipo» n.º 30, pp. 100 a 107—Lisboa, 1945.
«Pulmões» da Cidade in «Olisipo» n.º 30, pp. 155 a 157—Lisboa, 1947.
Reflexões sobre o fado in «Olisipo» n.º 25, pp. 5º a 55—Lisboa, 1944.
- ALMEIDA (António de) [Dom]
Cais—Projecto para ligar a estação do caminho de ferro do Leste com a Alfândega Grande de Lisboa—Memória descritiva in «Revista de Obras Públicas e Minas» tomo II—Lisboa, 1871.
- ALMEIDA (Cristóvão de)
Sermão do acto de fé que se celebrou no Terreiro do Paço, desta cidade de Lisboa, a 17 de Agosto do ano de 1664—Lisboa, s/d.
- ALMEIDA (Duarte de)
 Ver: *Enciclopédia...*
- ALMEIDA (Fialho de)
À Esquina (Jornal dum Vagabundo)—Coimbra, 1908, XXVII+213 pp.
Actores e Autores—Impressões de teatro—Lisboa, 1925, 295 pp.
Barbear e pentear—Jornal dum vagabundo—Lisboa, 1920, 273 pp.
Cidade do vício—Porto, 1882, 323 pp.
Estâncias de arte e de saudade—Lisboa, 1921, 407 pp.
Figuras de destaque—Lisboa, 1923, 308 pp.
Gatos (Os)—5.ª ed., 6 volumes—Porto, 1922/1924.
Lisboa Galante—Porto, 1890, 325 pp.
Lisboa Monumental—Lisboa, 1957, 44 pp.
Pasquinadas—Jornal dum vagabundo—4.ª ed.—Porto, s/d, 380 pp.
Saibam quantos...—4.ª ed.—Lisboa, 1924, 247 pp.
Vida errante—Lisboa, 1925, 343 pp.
Vida Irónica—Lisboa, 1892, 454 pp.
- ALMEIDA (Fortunato de)
História de Portugal—Coimbra, 1899, 134 pp.
- ALMEIDA (Francisco de) e BRITO (José Joaquim Gomes de)
Marialvas (Os)—*Reflexões de Braz Fogaça*—Lisboa, 1876, 78 pp.
- ALMEIDA (Francisco José de)
Apontamentos da vida de um homem obscuro—Lisboa, 1880, 348 pp.
Guia de Portugal—5 volumes—Lisboa, 1880.
- ALMEIDA (Guilherme de)
Men (O) Portugal—Lisboa, 1933, 147 pp.
- ALMEIDA (José Avelino de)
Dicionário abreviado de Corografia, Topografia e Arqueologia das cidades, vilas e aldeias de Portugal, por (...)—3 volumes (Ver: Vol. II, pp 241)—Valença do Minho, s/d.
- ALMEIDA (Mário de)
Cidade-Formiga (A)—Lisboa, 1918, 306 pp.
Lisboa do Romantismo—(Lisboa antes da regeneração)—Lisboa, 1916, 321 pp.
- ALMEIDA (Piteira de)
Problema (O) das comunicações in «Boletim da Junta da Província da Estremadura», pp. 37 a 42, pp. 44 a 46 e pp. 120 a 128—Lisboa, 1938/39/40.
- ALMEIDA (Rodrigo Vicente de)
Belém (Apontamentos Literário-Histórico-Arqueológico) in «Arqueólogo Português», Vol. XVIII, pp. 59 a 77—Lisboa, 1913.
- ALMEIDA (R. Vicente de) e VITERBO (Francisco Marques de Sousa)
Capela (A) de S. João Baptista erecta na Igreja de S. Roque—Lisboa, 1902, 138 pp.
- ALMEIDA (Sebastião Bettamio de)
Descrição da Quinta de Aguas Livres—Lisboa, 1863, 16 pp.
- ALMEIDA (Teodoro de)
Lisboa destruída—poema—Lisboa, 1803, XV+284 pp.
- ALMEIDA (Tomás de)
Guia Ilustrado de Lisboa e suas circunvizinhanças—Lisboa, 1891, XCIV+365 pp.
Guide Illustré de Lisbonne et de ses environs—Lisbonne, 1897, 235 pp.
- ALMEIDA PIMENTEL (Alberto Augusto)
 Ver: *Pimentel (Alberto)*
- ALVARES (António Joaquim)
Indicador dos objectos mais curiosos de alguns monumentos históricos do Reino de Portugal—Rio de Janeiro, 1856, 143 pp.

- ALVES (Artur da Mota)
Documentos Pombalinos in «Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais», n.º 7 a 10, pp. 5 a 7—Lisboa, 1933.
- José da Costa e Silva—Engenheiro-Arquitecto—Subsídios para a sua biografia*—in «Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipal» n.º 20, pp. 38 a 48—Lisboa, 1936.
- Palácio (O) do Pátio do Saldanha—Alguns documentos para a sua história*—Lisboa, 1935, 21 pp.
- Primeiro (O) teatro de ópera de Lisboa* in «Revista Municipal» n.º 7, pp. 35 e 37—Lisboa, 1941.
- Ver: *Pasquins afixados*, etc.
- ALVES (João Carlos)
Abastecimento (O) de água à cidade de Lisboa—A resolução deste problema in «O Império Português», 2.ª série, n.º 63—Lisboa, 1937.
- Abastecimento de água à Cidade de Lisboa*. Sep. do Boletim n.º 16 da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimento de Águas à Cidade de Lisboa—Lisboa, 1940, 23 pp.
- Arsenal do Afeite*—As enscadeiras das carreiras de construção de navios e do plano inclinado—Lisboa, 1939, 8 pp.
- Arsenal do Alfeite*—O novo plano inclinado—Lisboa, 1938, 5 pp.
- Exórdio* in «O Porto de Lisboa» pp. 11 a 17. Ver: *Bebiano (J. Bacelar)*—Lisboa, 1960.
- Notice sur le Port de Lisbonne et description sommaire de la raffinerie de pétrole à Cabo Ruivo*—Lisbonne, 1949, 23 pp.
- Poço (O) de Jacob*—Amadora, s/d, 7 pp.
- Rememorando... Águas de Lisboa*—Lisboa, 1948, 14 pp.
- Reservatório (O) do Contador-Mór*—Lisboa, s/d, 14 pp.
- Vinte Anos depois...*—Lisboa, s/d, 11 pp.
- Ver: *Cunha (L. Veiga da)*
- ALVES (José)
Vida (A) da Severa—Lisboa, s/d, 32 pp.
- ALVES (Vasco de Mendonça)
Meu amor é traiçoeiro—peça em 3 actos—Lisboa, s/d, 99 pp.
- AMADO (José Joaquim da Silva)
Clima (O) de Lisboa—Sep. da «Medicina Contemporânea»—Lisboa, 1908, 13 pp.
- Melhoramentos do Porto de Lisboa—Parecer da subcomissão médica apresentado à comissão especial da Sociedade de Geografia de Lisboa*—Lisboa, 1884.
- AMADO (José de Sousa)
Vida de Santa Estefânia, seguida de uma memória do Mosteiro do Sacramento em Alcântara—Lisboa, 1858, 64 pp.
- Ver: *Marquês de Alorna*
- AMARAL (Francisco Keil do)
Prémio (O) Valmor in «Revista Municipal», n.º 22/23, pp. 53 a 55—Lisboa, 1944.
- AMARAL (José Augusto Monteiro do)
Breve notícia histórica sobre a Irmandade e Provisão de Nossa Senhora da Saúde e S. Sebastião—N. B.—Saiu anónimo—Lisboa, 1957, 8 pp.
- AMARAL (Vasco Botelho do)
Anotações Toponímicas in «Revista Municipal», n.º 38, pp. 18—Lisboa, 1948.
- Lenda, História e Epopeia de Lisboa* in «Revista Municipal», n.º 34, pp. 33 a 38—Lisboa, 1947.
- AMARO JÚNIOR (José)
Jardins, paisagem e paisagismo na Estremadura in «Boletim de Junta da Província da Estremadura», 2.ª série, n.º 4, pp. 427 a 431—Lisboa, 1943.
- AMEAL (João), CARNAXIDE (António de Sousa Pedroso), SANTOS (Reinaldo dos), SEQUEIRA (Gustavo Adriano de Matos) e RIBEIRO (Mário de Sampaio).
D. João V—Lisboa, 1952, 166 pp.
- AMÉ-LEROY (Manoelle)
Aspectos de Portugal in «Revista Municipal», Ano I, n.º 1, pp. 29 a 40—Lisboa, 1939.
- AMEZUA (Fernando Lopez de)
Extracto de una carta sobre el origen de los terremotos in «Diário Filosófico Médico Cirúrgico». Ver: *Ferrer (Miguel)*—Madrid, 1757.
- História de los phenomenos observados em el terremoto que sintió esta Península el dia 1 de Novembro de 1755 (n.º 1)* in «Diário Filosófico Médico Cirúrgico». Ver: *Ferrer (Miguel)*—Madrid, 1757.
- AMOR DE DEUS (Martinho do)
Escola de Penitência, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna.—Crónica da Santa Província de Santo António de regular e estreita observância da Ordem do Seráfico Patriarca S. Francisco no instituto capucho, neste reino de Portugal—Lisboa, 1740, 52+870 pp.

- AMORIM (Jorge Gomes de)
Jardins Municipais (Conferência) — Lisboa, 1941, 16 pp.
- AMZALAK (Mosés Bensabat)
Administração do Porto de Lisboa in «Portos Comerciais» — Lisboa, 1923.
Luís Mendes de Vasconcelos e o seu livro «Do Sítio de Lisboa» in «Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais», n.º 3/4, pp. 5 a 18 — Lisboa, 1932.
Portos francos e zonas francas de Lisboa — in «Portos Comerciais» — Lisboa, 1923.
- ANACLETO (Pedro Garcia)
Freguesia (A) de S. Jorge de Arroios da Cidade de Lisboa in «Revista Municipal» n.º 85, pp. 15 a 41 — Lisboa, 1960.
- ANDRADA (Ernesto de Campos)
Palácio (O) dos Marquês de Fronteira e os seus manuscritos in «Revista de História» n.º 48 — Lisboa, 1923.
 Ver: *Barreto (José Tiazimondo Mascarenhas)*
 Ver: *Portugal (Francisco de Almeida)*
- ANDRADE (Abel Mário de Noronha Oliveira e)
Problema (O) do Tejo — Melhoramentos das suas condições de navegabilidade e defesa dos seus campos marginais in «Boletim da Ordem dos Engenheiros» — Lisboa, 1940.
Relatório das cheias do Tejo e outros rios no Inverno de 1935-1936 — Lisboa, 1938, 120 pp.
- ANDRADE (António Alberto Banha de)
Academia (Uma) Científica Luso-Espanhola antes da expulsão dos jesuítas — Sep. da Revista «Brotéria» — Lisboa, 1945.
Manuel de Azevedo Fortes, primeiro sequaz, por escrito, das teses fundamentais cartesianas em Portugal — Sep. do tomo VII, do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências — Porto, s/d, (1950).
Vernei e a cultura do seu tempo — Coimbra, 1965.
Vernei e a filosofia portuguesa — Braga, 1946, 386 pp.
- ANDRADE (Baltazar de Brito de)
 Ver: *Brito (Bernardo de)*
- ANDRADE (Ferreira de)
«Açacais» (Dos) à escada «Magyrus» in «Olisipo» n.º 40, pp. 241 a 252 — Lisboa, 1942.
Antigas (As) portas de S. Lourenço, da Alfalfa e de Santo André in «Olisipo» n.º 89, pp. 11 a 36 — Lisboa, 1960.
- Arquivo (O) Histórico da cidade e o Castelo de S. Jorge* in «Olisipo», n.º 37, pp. 47 a 51 — Lisboa, 1947.
- Cafés (Os) da Lisboa Romântica* in «Revista Municipal» n.º 56, pp. 29 a 34 — Lisboa, 1953.
- Capela (A) dos Terceiros de Jesus* in «Olisipo», Ano IX, n.º 34, pp. 92 a 98 — Lisboa, 1946.
- Documentos inéditos colhidos nos apontamentos de um cronista franciscano* in «Olisipo», n.º 74, pp. 82 a 89, n.º 75, pp. 198 a 202, n.º 77, pp. 32 a 38 — Lisboa, 1956/57.
- Elogio de Alfama* in «Olisipo», n.º 85, pp. 27 a 37 — Lisboa, 1959.
- Freguesia (A) de S. Cristóvão* — 2 volumes — Lisboa, 1944/45.
- Freguesia (A) de Santiago* — 2 volumes — Lisboa, 1948/1949.
- Freguesia (A) de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa* — Lisboa, 1954, 191 pp.
- Homens do Porto que escreveram sobre Lisboa* in «Revista Municipal» n.º 44, pp. 31 a 46 — Lisboa, 1956.
- Igreja de Nossa Senhora de Jesus* in «Olisipo» n.º 30, pp. 85 a 99, n.º 31, pp. 140 a 158, n.º 32, pp. 217 a 225, n.º 33, pp. 22 a 48 — Lisboa, 1945/1946.
- Igreja (A) de S. Domingos — Fastos gloriosos e fatais da sua história* in «Olisipo» n.º 88, pp. 172 a 225 — Lisboa, 1959.
- Janelas de Lisboa* — Versões: Portuguesa, inglesa e francesa — Lisboa, s/d, 52 pp.
- Lembranças de Norberto de Araújo* in «Olisipo» n.º 76, pp. 227 e 228 — Lisboa, 1956.
- Lisboa* — Lisboa, 1963, 84 pp.
- Lisboa (Da) de Quinhentos à Lisboa da Restauração* in «Olisipo» n.º 68, pp. 154 a 156 — Lisboa, 1954.
- Lisboa (Esta) das Sete Colinas* in «Olisipo» n.º 54, pp. 25 a 31 — Lisboa, 1951.
- Mouraria (A) — O Palácio da Rosa e os templos de S. Lourenço e do Colegíno* in «Olisipo» n.º 51, pp. 105 a 118, n.º 52, pp. 178 a 192 — Lisboa, 1950.
- Paços (Os) de Santo Eloi e os Paços de S. Bartolomeu* in «Olisipo» n.º 48, pp. 217 a 232, n.º 49, pp. 32 a 44 — Lisboa, 1949/50.

- Paços (Os) de Xabregas* in «Olisipo» n.º 41, pp. 26 a 30, n.º 42, pp. 84 a 94, n.º 43, pp. 146 a 152, n.º 46, pp. 129 a 133 — Lisboa, 1948/49.
- Palácios reais de Lisboa* — Lisboa, 1949, 138 pp.
- Relação das casas foreiras, em 1539, à Igreja de S. Cristóvão* in «Olisipo» n.º 26, pp. 87 a 97, n.º 27, pp. 159 a 179, n.º 28, pp. 231 a 244, n.º 29, pp. 32 a 53 — Lisboa, 1944/45.
- Senado (O) da Câmara e a Guerra Civil* — Sep. da «Revista Municipal» n.º 18/19, pp. 48 a 51, n.º 22/23, pp. 63 a 78, n.º 24/25, pp. 41 a 56 — Lisboa, 1943/44/45, 63 pp.
- Senado (O) da Câmara e os seus Presidentes* in «Revista Municipal» n.º 71, 75, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99 (...) — Lisboa, 1956/...
- Touradas (Três) no Terreiro do Paço em 1777* in «Revista Municipal» n.º 30/31, pp. 29 a 45 — Lisboa, 1946.
- Velha artéria da cidade — A Costa do Castelo, ou a História de uma rua sem casas — A Vila Quente* in «Olisipo» n.º 86, pp. 80 a 90, n.º 87, pp. 120 a 123 — Lisboa, 1959.
- ANDRADE** (Francisco Martins de)
Memória acerca duns restos de termas romanas existentes em Lisboa (1859) in «Revista de Arqueologia», Vol. III, pp. 149 — Lisboa, 1889.
- Notícias (Algumas) acerca do sumptuoso templo de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. N. B. — Está assinado apenas F. M. de A. — Lisboa, 1877, 39 pp.
- ANDRADE** (José Sérgio Veloso de)
Memórias sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos lugares do termo — N. B. — Segundo B. Aranha são autores do trabalho Francisco Xavier da Rosa e Joaquim António Lúcio dos Santos — Lisboa, 1851, 398 pp.
- Resumo dos trabalhos feitos no mês de Março de 1861* in «Arquivo Municipal de Lisboa» n.º 70, 4 de Maio, pp. 559 — Lisboa, 1861.
- ANDRADE** (Maria Eduarda)
 Ver: *Chantal (Suzanne)*
- ANDRADE** (Miguel Leitão de)
Miscellanea... — Lisboa, 1629, 663 pp.
- ANDRADE** (Rui)
Artista (Como o) lisboeta Alfredo de Andrade, então jovem, encarava alguns problemas de edificação cidadina em 1857 in «Olisipo» n.º 6, pp. 103 a 104 — Lisboa, 1939.
- ANDREAS** (Willy)
Reisebilder aus Spanien und Portugal — München, s/d, 214 pp.
- ANDREW**
Collection (A) of plans of the most capital cities of every empire Kingdon, Republic and Electorate in Europe — London, 1772, 73 pp.
- ANTAS** (Leonardo José Pimenta e)
Bico de obra grossa em ar de festa que por morte do Neptuno do Rocio fizeram os aguadeiros do chafariz do Loreto ao seu Neptuno — Lisboa, 1785, 15 pp.
- ANTONINO PIO**
Itinerário de (...) Ver: *Pereira (Gabriel Vítor do Monte)*
- AQUINO** (José Tomás de)
Carta que se escrevia a certo amigo com a declaração da Palavra «Está». N. B. — Saiu anónimo — Lisboa, 1788, 37 pp.
- ARAGÃO** (Augusto Carlos Teixeira de)
Descrição geral e histórica das moedas — 3 volumes — Lisboa, 1874.
- Mosteiro (O) e a Custódia dos Jerónimos* in «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 6.ª série, n.º 9, pp. 603 — Lisboa, 1886.
- ARANHA** (Pedro Wenceslau de Brito)
Bibliographie des ouvrages portugais pour servir à l'étude des villes, des villages, des monuments, des institutions, des moeurs, etc., costumes, etc. — *Exposição Universal de 1900* — Lisboa, 90 pp.
- Emília dos Anjos* — Lisboa, 1874, 16 pp.
- Esboços e recordações* — Lisboa, 1875, 229 pp.
- Exposição agrícola de 1884 na Real Tapada da Ajuda* — Lisboa, 1884, 46 pp.
- Factos e bomens do meu tempo — Memórias de um jornalista* — 3 volumes — Lisboa, 1907/8.
- Processos célebres do Marquês de Pombal* — N. B. — Saiu anónimo — Lisboa, 1884, 46 pp.
- Quinta dos Marquesses de Fronteira em S. Domingos de Benfica* in «Arquivo Pitoresco», pp. 265 — Lisboa, 1859.
- Romaria (Uma)* in «Globo Ilustrado» n.º 11, 14 de Março de 1880 — Lisboa, 1880.
- ARANHA** (Pedro Wenceslau de Brito) e **CARVALHO** (Tito Augusto de)
Almanaque de Bernardices para 1870 — Lisboa, 1869, 72 pp.

(Continua)



ACONTECIMENTOS
CITADINOS



PRIMEIRA REUNIÃO DA VEREAÇÃO
ELEITA PARA O QUADRIENIO 1964/1967

O PRESIDENTE DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO E UM GRUPO DE DEPUTADOS DO MESMO ESTADO APRESENTAM CUMPRIMENTOS, NOS PAÇOS DO CONCELHO, AO PRÉSIDENTE DA C. M. L.



APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DOS DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DE PORTUGAL — QUANDO DAS JORNADAS AVICOLAS DE 1964 — AO PRESIDENTE E VEREACÃO DA C. M. L.





VISITA DO PRESIDENTE DA
C. M. L. E DA NOVA
VEREAÇÃO AO GABINETE
TÉCNICO DE HABITAÇÃO
E A VÁRIAS OBRAS EM
CURSO, DEPENDENTES
DAQUELE GABINETE



VISITA DO PRESIDENTE
E VEREAÇÃO DA C. M. L.
AS OBRAS DO MERCADO
DE ALVALADE

VISITA DA NOVA VEREAÇÃO AO PALACIO DO PIMENTA, EM PROSEGUI-
MENTO DA SERIE DE VISITAS
A OBRAS EM CURSO





O PRESIDENTE DA C. M. L. INAUGURANDO MAIS UMA PASSAGEM SUBTERRÂNEA PARA PEÕES NO ROSSIO

APRESENTAÇÃO
DE CUMPRIMENTOS
DO «MAYOR» E «VICE-
MAYOR» DE CAMBRIDGE,
ESTADO DE
MASSACHUSETTS,
AO PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA



O PRESIDENTE
DO MUNICÍPIO DE LISBOA
APRESENTANDO
AO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA,
NO PALÁCIO DE BELEM,
O ANTEPROJECTO
DO PROLONGAMENTO
DA AV. DA LIBERDADE



INAUGURAÇÃO DAS NOVAS
INSTALAÇÕES DA CAIXA
DE PREVIDÊNCIA DO PESSOAL
DA C. M. L., COM A PRESENÇA
DO PRESIDENTE DO MUNICÍPIO



COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telefone 36 29 51

